

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Vilma Luiza Bokany

**O GOLPE (IMPEACHMENT) DE 2016: A INTENSIFICAÇÃO DA  
INTOLERÂNCIA NO BRASIL**

**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais – sociologia, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maura Pardini Bicudo Vêras.

**São Paulo  
Março/2022**

**Banca Examinadora**

---

---

---

---

---

## **Resumo**

BOKANY, V. L. (2022). O golpe (impeachment) de 2016 no Brasil e a intensificação da intolerância. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Esse trabalho propõe discutir a intolerância no Brasil, a partir do golpe de 2016, tendo como marco de origem as manifestações de 2013 e seus desdobramentos na avaliação da opinião pública, que culminaram com o enfraquecimento do governo, facilitando o golpe parlamentar de 2016. A intolerância nesse período aparece e se agrava à medida que novas configurações políticas acessam o governo. A principal projeção da intolerância se dirige à figura da ex-presidenta Dilma Rousseff, constantemente tratada de maneira pejorativa. A intolerância que e misoginia extrapola e se estende a todo gênero feminino, sobretudo, às mulheres que atuam no campo da política.

Além da figura da mulher, negros, pobres e periféricos, homossexuais e indígenas, vítimas históricas da intolerância no Brasil, passam a ser alvo dos discursos de ódio que nascem nesse período. A hipótese é que além do ódio ao PT, enquanto partido político, ou a ideias de esquerda, a intolerância presente nas manifestações em São Paulo expressa também certo ódio de classe, contra os pobres, pretos, mulheres e homossexuais.

Para além de tirar o PT do poder, o golpe pretendeu também reduzir a possibilidade de disseminação de políticas reparatórias a esse público, instituídas sobretudo pelo Ministério das Mulheres e SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas Para a Igualdade Racial). Tão logo a ex-presidente Dilma é afastada do cargo, o governo provisório de Michel Temer, incorpora o Ministério de Direitos Humanos, a SEPPIR e o Ministério das Mulheres ao Ministério da Justiça, reduzindo prioridades a esses segmentos populacionais, contribuindo com a manutenção das desigualdades e, afastando a possibilidade de ascensão de uma nova camada social que despontava nos anos de governo petista, ameaçando aproximar-se da classe média.

Para compreender esse processo recente, foi fundamental a leitura da bibliografia atual, produzida no Brasil após o golpe, por autores como Jessé de Souza, Esther Solano, André Singer, entre outros e, acompanhamos o desenvolvimento das manifestações da intolerância por meio de artigos de jornais, sites e revistas, noticiadas no período de 2013 a 2016, e no período imediatamente posterior ao impeachment (2016) passando pelas eleições de 2018, até os dias atuais. Para compreender a interseccionalidade entre gênero, classe e renda, foi importante recorrer a conceitos de Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Judith Butler, Achille Mbembe, Luís Felipe Miguel e Flávia Birolli, Lilia Schwarks, Tiaraju Pablo D' Andrea e Sílvia Almeida, entre outros.

**Palavras-chave:** Intolerância, Diversidade, Alteridade, Golpe

## **ABSTRACT**

**BOKANY, V. L. (2013).** From prejudice to hate crimes: Traces of Intolerance in the São Paulo metropolitan area. Final Master Thesis, Social Sciences Postgraduate Program, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

This work proposes to discuss intolerance in Brazil, starting with the 2016 coup, having as a starting point the 2013 demonstrations and their consequences in the evaluation of public opinion, which culminated in the weakening of the government, facilitating the 2016 parliamentary coup. Intolerance in this period appears and worsens as new political configurations access the government. The main projection of intolerance is directed to the figure of former president Dilma Rousseff, constantly treated in a pejorative way. The intolerance that is misogyny extrapolates and extends to every female gender, especially to women who work in the field of politics.

In addition to the figure of women, blacks, poor and peripheral, homosexuals and indigenous, historical victims of intolerance in Brazil, became the target of hate speeches that were born in this period. The hypothesis is that in addition to the hatred of the PT, as a political party, or of leftist ideas, the intolerance present in the demonstrations in São Paulo also expresses a certain class hatred, against the poor, blacks, women and homosexuals.

In addition to removing the PT from power, the coup also intended to reduce the possibility of disseminating reparatory policies to this public, instituted mainly by the Ministry of Women and SEPPIR (Special Secretariat for Policies for Racial Equality). As soon as former President Dilma was removed from office, the provisional government of Michel Temer incorporated the Ministry of Human Rights, SEPPIR and the Ministry of Women into the Ministry of Justice, reducing priorities to these population segments, contributing to the maintenance of inequalities and, removing the possibility of the rise of a new social layer that emerged in the years of PT government, threatening to approach the middle class.

To understand this recent process, it was essential to read the current bibliography, produced in Brazil after the coup, by authors such as Jessé de Souza, Esther Solano, André Singer, among others, and we followed the development of intolerance manifestations through articles by newspapers, websites and magazines, reported from 2013 to 2016, and in the period immediately after the impeachment (2016) through the 2018 elections, to the present day. To understand the intersectionality between gender, class and income, it was important to resort to concepts from Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Judith Butler, Achille Mbembe, Luís Felipe Miguel and Flávia Birolli, Lilia Schwarks, Tiaraju Pablo D' Andrea and Sílvio Almeida, among others.

**Key-Words:** Otherness, Intolerance, Diversity, Coup.

“O presente trabalho foi realizado com apoio do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPQ** - nº do processo: 140055/2018-5

“This study was financed in part by the **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPQ** – nº do processo: 140055/2018-5.



*À minha mãe, Yolanda (in memoriam),*

*Que como mulher, negra e nordestina  
enfrentou todas as barreiras da intolerância  
e com sua força e incentivo, indiretamente  
iluminou essa reflexão, ainda que o tempo  
não lhe tenha permitido conhecer o produto  
desse trabalho.*

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais Yolanda Gomes Bokany e Gyozo Bokany, que me ensinaram pelo próprio exemplo, a conviver com as diferenças e à minha irmã, Nely Gomes Bokany, que junto comigo cresceu nessa convivência. Agradeço também ao meu filho Leon Victor Bokany dos Santos, pelo apoio, compreensão e por sempre estar ao meu lado me dando a mão, a quem dedico o melhor de mim.

À minha orientadora, Maura Veras, pela paciência e dedicação e por aceitar me conduzir nessa jornada, me incentivando sempre em que pensei em desistir desse projeto, me mostrando que sempre há um caminho e que vale à pena.

Às professoras da casa convidadas para a banca de qualificação Vera Chaia e Rita Alves, pela leitura atenta e contribuições, que espero ter atendido. E aos professores de fora da casa, Marisa Borin e Marcelo Depiere que, prontamente, aceitaram ao convite para colaborar nesse processo e contribuir enriquecendo o escopo desse trabalho.

Agradeço ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio financeiro a esse trabalho, em um momento tão complicado e de tantas perdas no campo da educação, ciência e pesquisa.

Aos meus amigos Marcelo Rocco e Lilian Breschingliaro que me acompanham desde a iniciação científica, na graduação, não permitindo que a chama do interesse pelo conhecimento se apague, e a e Isadora Sousa, incorporada nesse árduo processo de doutorado, pelo interesse, incentivo, ânimo, alegria e acima de tudo à amizade e parceria dedicadas nos momentos de maior abismo.

À memória do meu grande incentivador nessa e em inúmeras jornadas, Gustavo Venturi, parceiro de trabalho e vida, mestre e amigo que tanto me ensinou, apoiou e colaborou na discussão e construção dessa reflexão ao longo da vida, toda gratidão pela amizade e confiança depositadas em mim, a todos os bons projetos, bons conselhos, boas memórias, boas risadas, boas aventuras compartilhadas. Agradeço ao olhar singular, curioso e interrogativo desse tão especial utopista, que sempre acreditou num mundo melhor, mais justo e igualitário.

Sou igualmente muito grata à Gustavo Codas, ou *Paulo Paraguaio*, que também nos deixou e com quem tive o prazer de acompanhar e discutir a Conjuntura Política no

Brasil no período desenvolvido nesse trabalho, através do Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo, por ele coordenado. Agradeço também aos colegas que fizeram parte do grupo, na figura de Márcio Pochmann, presidente da Fundação no período, contribuindo cada qual com sua expertise, na aventura de refletir sobre um momento tão difícil e de tantas perdas para a democracia.

Às minhas sempre amigas Rita Franco, Rita Dias e Andrea Ferraz, mulheres de luta e de risos, de cuidados e distração, obrigada pelas conversas e simplesmente, por estarem comigo!

Aos professores do Programa de Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, que tanto me ensinaram e em especial à Kátia e Rafael da secretaria do Programa, pela paciência e inúmeros esclarecimentos de dúvidas com prazos e burocracia.

E a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa jornada.

A todos, meu muito obrigada!!!

*Vilma Bokany*

## O Que Se Cala

Elza Soares

Mil nações  
Moldaram minha cara  
Minha voz  
Uso pra dizer o que se cala  
O meu país  
É meu lugar de fala

Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala  
O meu país  
É meu lugar de fala

Pra que separar?  
Pra que desunir?  
Por que só gritar?  
Por que nunca ouvir?

Pra que enganar?  
Pra que reprimir?  
Por que humilhar?  
E tanto mentir?  
Pra que negar  
Que o ódio é que te abala?

O meu país  
É meu lugar de fala

Pra que explorar?  
Pra que destruir?  
Por que obrigar?  
Por que coagir?

Pra que abusar?  
Pra que iludir?  
E violentar  
Pra nos oprimir?  
Pra que sujar o chão da própria sala?

Nosso país  
Nosso lugar de fala  
O meu país  
É meu lugar de fala

## **O golpe (impeachment) de 2016; A intensificação da intolerância no Brasil**

<b>I.</b>	<b>Introdução</b>	<b>12</b>
<b>II.</b>	<b>Considerações Metodológicas</b>	<b>20</b>
	<b>Cap 1. Intolerância</b>	<b>21</b>
1.1.	Base conceitual teórica	22
1.2.	Expressões da Intolerância no Brasil no último período	46
	<b>Cap 2. Novos atores, novos contextos, novos cenários</b>	<b>52</b>
2.1.	Manifestações pré-golpe 2016: Das jornadas de junho ao golpe de 2016	52
2.2.	As manifestações nas ruas em SP e os novos atores	58
2.3.	Avanço dos movimentos de direita (MBL, Patriotas, Muda Brasil, Vem pra Rua)	67
2.4.	Expressões de intolerância frente ao golpe (impeachment) de 2016	79
2.5.	O golpe de 2016, nova configuração de forças e novas prioridades	82
2.6.	Governo de Transição e redirecionamento para a direita	87
	<b>Cap 3. Velhos alvos: Mulheres, Negros, Pobres, LGBTQI e nordestinos</b>	<b>89</b>
3.1.	Periferias: o lugar da intolerância	89
3.2.	Os alvos da intolerância continuam as mesmas: o avanço da intolerância sobre os sujeitos sociais	94
3.3.	Gênero: A misoginia projetada na figura de Dilma Rousseff	100
3.4.	Raça: Extinção da SEPPIR e políticas de reparação de igualdade racial	104
3.5.	Gênero e raça e o conceito de interseccionalidade: a sobreposição da opressão sobre sujeitos periféricos, uma agenda necessária	110
	<b>4. Considerações Finais</b>	<b>117</b>
	<b>5. Bibliografia</b>	<b>119</b>

## **I. Introdução**

Esse estudo deriva de um desdobramento do tema intolerância, iniciado na dissertação de mestrado sob o título **“Do preconceito aos crimes de ódio: As marcas da intolerância na metrópole paulista”**, sob orientação da Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras, com apoio do CNPQ, realizada no período de 2010 a 2013. Esse estudo procurou compreender as origens e transformações do conceito intolerância e suas diferentes formas de expressão ao longo da história. Fixou-se nos crimes de intolerância registrados em delegacia especializada, especificamente na cidade de São Paulo, no período de 2011.

No período de agosto de 2007 a julho de 2008, no projeto de pesquisa de iniciação científica, participei da pesquisa “Estrangeiros na Metrópole Desigual: A produção da territorialização da alteridade, também sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras, com apoio do CNPq. Nessa pesquisa trabalhei com os temas Vínculos e Rupturas, Territorialização, Desigualdade, Diferença, Alteridade, como se manifestam na singularidade da Metrópole, em particular em São Paulo e as configurações adaptadas, por meio do recorte “Estudantes Estrangeiros na Metrópole - Experiência política: influência na participação política de jovens estudantes estrangeiros”. Essa pesquisa possibilitou reconhecer os fluxos migratórios, observados nas últimas décadas na cidade de São Paulo, que apontam para um significativo movimento de latino-americanos, asiáticos - coreanos e chineses, e uma forte presença de africanos.

Enquanto objetivo do estudo, essa pesquisa propõe recuperar parte do referencial teórico já trabalhados anteriormente, acerca dos temas: a) alteridade e b) intolerância, temas desse estudo, bem como a incorporação de um novo foco temático, que consiste na busca da compreensão de uma forma específica de manifestação da intolerância: a política. A pesquisa procura refletir sobre o fenômeno da intolerância política que abala as relações pessoais e políticas na sociedade brasileira contemporânea, a partir dos movimentos de contestações políticas ocorridos em 2013, que deram início a uma nova polarização política no Brasil, marcada pela intensificação de comportamentos intolerantes.

A intolerância política no Brasil se intensifica no Brasil a partir da tentativa de destituição da esquerda no poder, em um primeiro momento especialmente contra o Partido dos Trabalhadores, no período de 2013 a 2016. Marcada por manifestações de

rua, que se iniciaram com as jornadas de junho, motivadas pelo movimento passe livre, foram apropriadas pela direita, que desencadeou as manifestações pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff, do PT, em 2016 e posteriormente, com o atual governo Bolsonaro, se expandiu para além de membros e simpatizantes do espectro político de esquerda sobre determinados segmentos sociais.

Em junho de 2013, a sociedade brasileira foi tomada por uma série de manifestações, as chamadas ‘jornadas de junho’, que trouxeram novos atores políticos e novas reivindicações sociais. Apesar de os questionamentos sobre as relações de classe e propriedade não serem o objetivo principal das manifestações, elas estiveram diretamente associadas aos protestos, sobretudo na forma de cobrança de mais e melhores serviços por parte do Estado.

Lideradas pelo Movimento Passe Livre, as manifestações que tomaram as ruas do Brasil em junho de 2013, de alguma maneira eram previstas. O movimento vinha crescendo desde 2003, quando em agosto, a juventude e o movimento estudantil saíram as ruas de Salvador para barrar o aumento das tarifas de ônibus – de R \$1,30 para R \$1,50. A principal pauta, redução da tarifa, não foi alcançada, mas estava aberta a temporada para uma série de manifestações que abalaram o Brasil em junho de 2013.

Em 2004, Florianópolis – SC inicia a Revolta das Catracas, com representantes também presentes em Belém – PA, Belo Horizonte – MG, Curitiba – PR, Rio de Janeiro – RJ, Campinas, Sorocaba, Itu e São Paulo – SP. A Revolta das Catracas deu início à Campanha Nacional pelo Passe Livre. Em outubro de 2004, o movimento consegue a primeira vitória significativa, a Lei do Passe Livre, promulgada pela Câmara dos Vereadores de Florianópolis, derrubada no início do ano seguinte pelo Tribunal de Justiça.

No ano seguinte, em 2005, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre – RS, unem-se a outros ativistas como o CMI – Centro de Mídia Independente e fundam o MPL – Movimento Passe Livre, baseado em princípios de autonomia, independência, horizontalidade e apartidarismo e reunindo correntes de pensamento ligados ao trotskismo, dissidentes de organizações de esquerda tradicionais, movimentos antiglobalização e correntes anarquistas, tendo como principal objetivo a luta pelo passe livre.

Outros encontros são organizados, um em julho de 2005, na UNICAMP, Campinas – SP, outro um ano depois, em 2006, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, em Guararema – SP. A partir deste marco quase todas as capitais assistem na última década alguma manifestação juvenil relacionada ao transporte público, seja pelo passe livre ou devido ao aumento de tarifas. Em 2009 o governo do Distrito Federal anuncia o passe livre para todos os estudantes. A medida passa a vigorar em 2010.

Entre os jovens, movidos por nossa baixa identidade partidária, começa a se formar um sentimento de aversão aos meios institucionais de representação política e partidos, considerados obsoletos quanto ao diálogo com essa juventude, suscetíveis a serem cooptados pelos meios tradicionais da política por adotarem as mesmas formas corruptas de atuação, posicionamento e discurso. A juventude busca uma outra forma de organização e participação política:

Articulam-se em rede, em relação de poder mais horizontais. Dominam novas técnicas, sobretudo associadas à tecnologia, e sua linguagem política é menos engessada, se comparada aos grupos tradicionais de organizações de juventude de esquerda. (JUDENSNAIDER, et al, 2013).

Inspirados nos movimentos antiglobalização do início da década anterior (anos 2000) e espelhados no movimento occupy, que acontece na Europa e nos Estados Unidos, no início da década (2010), os protestos que se espalharam pelo Brasil, guardam diferenças importantes, mas trazem características muito semelhantes no que diz respeito a serem movimentos urbanos, que se expressam nas grandes metrópoles, reivindicam mais e melhores direitos e são frutos de sociedades desiguais, onde convivem grandes avanços tecnológicos, interesses de grandes corporações financeiras, do capital imobiliário e financeiro lado a lado com a pobreza, a falta de oportunidades, a migração e a busca de melhores condições de vida nas grandes cidades.

Nesse sentido, pensando a dinâmica das grandes cidades e os processos de exclusão que impõem a necessidade de mobilidade urbana, devido à distância dos equipamentos públicos das franjas da cidade, para onde as cidades crescem por pressão dos investimentos imobiliários, o que exige tempo de deslocamento para a produção e

reprodução da vida, não surpreende que nas grandes cidades do Brasil, o ciclo de manifestações se inicie em torno do problema dos transportes.

Em São Paulo, em maio de 2013 os governos municipais e estaduais decretaram aumento das tarifas de transportes. Nos primeiros dias de junho, começaram a surgir manifestações de forma descentralizada, em diversas localidades do município, como Pirituba, Leopoldina, MBoi Mirim. Segundo Judensnaider, além da descentralização e intensidade dos atos, o que esse movimento trouxe de diferente foi a tentativa de dar voz a outros atores políticos e sociais e não permitir que interesses políticos de outra ordem interferissem no planejamento das ações, comprometendo a autonomia do movimento e desviando o foco das reivindicações. O MPL, que buscava autonomia em relação aos partidos e outros atores políticos, mobilizou milhões de pessoas e se espalhou por mais de 350 municípios.

Para situar politicamente, no momento em que eclodem as manifestações, o partido político que está tanto na administração da prefeitura de São Paulo (eleita em outubro de 2012) quanto no governo federal (eleito em 2010) é o Partido dos Trabalhadores, tradicional partido de esquerda, nascido das lutas dos trabalhadores organizados e dos movimentos sociais no início dos anos 80.

Desde 1989 disputando o governo federal, o partido sempre fora associado no imaginário social, às ideias de esquerda, de redução de desigualdades sociais, vistas por alguns como comunistas. A bandeira vermelha, a forte presença dos movimentos sociais na formação do partido, a defesa de pautas voltadas à reforma agrária, redistribuição de renda e reforma política sempre fizeram do PT um partido temido e rejeitado por determinados setores da sociedade. O PT é também o único partido que gera identidade política forte e consistente, fazendo com que se volte contra ele, todo o antagonismo político, frente a essas questões.

A crise gerada por essa dificuldade de diálogo e aceitação da alteridade provocou uma guinada política no país, que vinha experimentando, desde o início dos anos 2000, uma experiência de governo mais progressista, centrada em políticas afirmativas e distributivas de renda, com foco na redução das desigualdades sociais.

A imagem do partido, passa gradativamente, de 1980 quando nasce, até 2002, quando se elege pela primeira vez ao governo federal, por inúmeras mudanças. A “Carta ao povo brasileiro,” documento decisivo para a eleição do partido em 2002,

expressa essa mudança não somente na imagem do partido como também em sua forma de atuação, com a proposta de conciliação de interesses.

Não vamos aqui nos deter nas origens e formação do partido, bem como transformações pelas quais o partido passou ao longo de sua existência, mas apenas situá-lo no espectro político como um partido de centro-esquerda, que vinha de sua 3ª eleição direta consecutiva para o governo federal, promovendo desde 2003, mudanças na sociedade baseadas em políticas de inclusão e redistribuição de renda.

Pelo que os dados indicam, nos dez primeiros anos de governo petista, a promessa de conciliação de interesses foi, de fato, cumprida: os trabalhadores tiveram aumentos salariais acima da inflação, redução de desemprego, acesso a crédito e ao consumo facilitados, ampliação de benefícios e acessos a programas sociais de redução de pobreza, ampliação de acesso à educação universitária, entre outras. Por outro lado, também o empresariado de áreas estratégicas teve incentivos e redução de impostos, o que contribuiu para o aumento da produção, permitiu o crescimento do PIB e elevou o Brasil a 6ª maior economia do mundo no período.

É também nesse momento que, aparentemente, temas morais como legalização do aborto, posse de armas e descriminalização das drogas passaram a tomar o lugar dos tradicionais temas socioeconômicos no debate político, polarizando o debate público em torno de um conflito de visões de mundo. A disputa teria sido deflagrada pela reação de setores conservadores aos avanços dos novos movimentos sociais que promoviam mudanças econômicas, mexendo com a base da pirâmide social e recolocava em pauta os valores que regem as relações interpessoais no Brasil

Não por acaso, no último período dos governos petistas surge no espectro político uma nova direita, com posições visivelmente mais acirradas e extremas de combate à esquerda, ao “lulo-petismo” e a ideologias entendidas por essa nova direita, como comunistas. Dentre as principais expressões dessa “nova direita brasileira” surgem os movimentos Renova BR, idealizado pelo empresário Eduardo Mufarej; Agora! ligado aos empresários Ademar Bueno e Alice Freitas; Acredito; RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade ligado ao empresário Guilherme Leal; MBL – Movimento Brasil livre, representado pelo depois deputado, Kim Kataguiri; Vem pra rua, movimento liderado por Rogério Chequer e Movimento endireita liderado por Ricardo Salles. Figuras públicas como o humoristas, Danilo Gentili; e o youtuber

Arthur do Val e a jornalista Joice Hasselmann, entre outros, também se alinharam aos protestos.

Segundo Brugnago e Chaia, para a nova militância da direita sair às ruas foi uma grande novidade. Um sentimento inicial de prazer contagiou as pessoas nos protestos, porém, ao ganhar gosto por esse poder de ir para as ruas, a direita tentou impor suas ideias ao movimento. Essa imposição tomou aos poucos a forma de radicalização, uma vez que ideias diferentes das colocadas por eles não eram aceitas, impossibilitando a busca por pautas comuns com seus colegas de manifestação. (DIAS, L.A e SEGURADO, R, O Golpe de 2016: Razões, Atores e Consequências, Pag. 22, S.Paulo, 2018)

As consequências do embate entre essas forças políticas e o governo federal levaram a desestabilização: política, institucional, social, informativa, ideológica e moral do governo Dilma, minando o governo e impedindo inteiramente sua capacidade de governar. Tal processo levou, conseqüentemente a um golpe parlamentar que destituiu uma presidenta eleita e passou a ameaçar a democracia, uma vez que as condições em que se deu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff não foi baseada em crimes de responsabilidade, como reconhecido publicamente.

Paralelamente, perseguições políticas se tornaram frequentes, e demonstraram a parcialidade e politização da justiça brasileira, desde a prisão sem provas de uma das maiores lideranças políticas do país, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e diversos filiados da mesma agremiação partidária assim como a perseguição de vários de seus simpatizantes. Junto com eles, diversos empresários e políticos de várias siglas e escalões.

Como já reconhecido atualmente, inclusive com manifestações do judiciário brasileiro e do exterior e da ONU, a prisão de Lula ocorreu sem provas, em uma nítida tentativa de impedimento de disputar a eleição e de que pudesse ser eleito como presidente novamente, em 2018. A mídia tradicional teve um grande papel, na articulação desse processo de construção de uma imagem negativa do ex-presidente Lula, associando-a a chefe da quadrilha que comandava o processo de corrupção no país. Após 580 dias de prisão, Lula foi inocentado ou as ações foram interrompidas devido a questões processuais que levaram ao seu arquivamento.

Está entre os objetivos deste estudo tentar compreender as motivações que promovem esse tipo de intolerância dirigida à preferências políticas, vinculada ou não

a alguma agremiação, entre uma crescente parcela da população. Esse comportamento se insere num contexto mais amplo, à medida que se volta contra um campo político identificado com o da defesa dos direitos dos trabalhadores, uma vez que, apesar das limitações, os governos petistas significaram melhoria das condições de vida. e para uma expressiva parcela da população, ainda que do ponto de vista das disputas políticas não tenha havido rupturas com o empresariado e a indústria nacional. Assim, segundo Singer *“As relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa.”* (SINGER, 2013).

Embora tangenciem essa questão, as disputas não se centram exatamente na relação capital versus trabalho, ou de classe. Elas recaem, sobretudo, na forma de criminalização e intolerância a um partido político e seus representantes, apoiadas no argumento contra a corrupção do governo e estatais, algo não demonstrado em provas concretas, mas em delações premiadas em processos e julgamentos parciais e questionáveis.

Nesse sentido, é foco do atual estudo é verificar como as novas manifestações políticas se deram em São Paulo, metrópole que se insere como cidade mundial, atravessadas por questões trazidas pela diversidade cultural, pluralidade étnica, desigualdade econômica e de acesso, além de sua inserção em condições periféricas, o que favorece a violência, discriminação, preconceito, racismo e xenofobia.

Assim como a pesquisa anterior, as novas manifestações de intolerância pautadas nas diferenças de ideologia política pretendem possibilitar, mais uma vez, verificar a intensidade, motivações e afetos gerados por essa nova expressão de intolerância que termina por recair sobre as vítimas de sempre. Os resultados demonstram que o fenômeno da intolerância é comum e cotidiano e concentra-se em motivações geradas por racismo, misoginia, homofobia e a discriminação por classe social e nos possibilita entender que a relações de poder, em geral, envolvem raça, classe e gênero e as relações interseccionais presentes nas sociedades mistas como a nossa.

A hipótese é que mais do que o ódio ao PT, enquanto partido político, a intolerância que está presente nas manifestações em São Paulo é um ódio de classe, contra os pobres, mas interseccionado contra pretos, mulheres e homossexuais, historicamente também oprimidos. Expressões como “gente diferenciada”,

“mortadelas” evidenciam esse ódio de classe, que associada a termos como “vaca”, “vagabunda”, “arrombada” e traduzem a intolerância de gênero.

Com o PT no governo, o objetivo principal da direita política, mais do que opor-se ao governo federal, passa a ser tirar o PT do poder e, se possível, impedi-lo de voltar a disputa eleitoral, para com isso, afastar a possibilidade de vir a ser ameaçada por uma nova camada social que despontava e aproximava-se de posições tradicionalmente ocupadas pela classe média, nos anos de governo petista.

Em suma, ao que parece, a intolerância política, no Brasil pré-impeachment, ainda que travestido de bandeiras anticorrupção ou por melhores serviços públicos, traz em seu cerne a manutenção da desigualdade.

Dentre os autores utilizados para compreender a sociabilidade nas metrópoles, os clássicos **Georg Simmel**, **Max Weber** e **Norbert Elias** embasam a compreensão da abordagem histórico-estrutural da sociologia urbana, e autores atuais contemporâneos como **Henry Lefebvre**, **Michel Wieviorka** e **Achille Mbembe** possibilitam ampliar e atualizar a compreensão do tema violência e intolerância na atualidade. Trazendo para o Brasil da atualidade, outros autores como **Jessé de Souza**, **Sebastião Velasco**, **Esther Solano**, **Lilia Schwarcz**, nos ajudam a pensar a questão da intolerância política atualmente.

Ainda, para a compreensão de novos atores, sobretudo os que surgem da resistência a essa política de morte e intolerância imposta pelos novos tempos e novas direitas às populações mais discriminadas, a saber, negros, pobres, mulheres, homossexuais e populações periféricas **Tiaraju Pablo D’ Andrea**, em sua tese de doutorado nos ajuda a pensar **A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo** e o conceito de interseccionalidade, trabalhado por **Patrícia Hill Collins**, **Carla Akotirene** e **Adriana Piscitelli**, torna possível construir respostas de vida e luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

## II. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS:

A fundamentação metodológica deste trabalho se estabelece em dois planos. Na primeira parte desse estudo, contemplamos a discussão sobre natureza da discriminação, compreendendo como este fenômeno social articula-se a processos de estigmatização de Norbert Elias e Erving Goffman, e dominação simbólica de Bourdieu, e Jessé de Souza. Por meio de leitura da bibliografia sugerida sobre a sociologia urbana e psicologia social, buscamos definições mais adequadas das noções de preconceito, discriminação e violência.

Na segunda parte do trabalho, recorreremos especialmente a artigos de jornais, sites e revistas, onde identificou-se as manifestações de intolerância recentes ocorridas no período de 2013 a 2016, e no período imediatamente posterior ao impeachment (2016) passando pelas eleições de 2018, até os dias atuais 2021.

Os dados e pesquisas sobre preconceito, discriminação e violência foram coletados através da consulta de dados de pesquisas de opinião pública de âmbito nacional realizadas pelo Instituto Datafolha, Ibope e pela Fundação Perseu Abramo

O centro da análise buscou compreender, por essas duas vias, vítimas e agressores das manifestações de intolerância, na tentativa de identificar o que está por trás das diversas formas de sua manifestação e os processos indeníveis que as compreende, além de localizar os principais momentos de focos de intolerância política, por meio de levantamento de notícias do período, buscando identificar os momentos sociais e políticos vividos no país, que propulsionaram tais manifestações, buscando compreender suas motivações e reconhecer “estigmas” nas vítimas e autores.

Desta forma, evidenciamos uma pluralidade de definições, conceituações, estratégias de mensuração do fenômeno no âmbito das ciências sociais, econômicas e políticas.

## **Cap 1. Intolerância**

### **1.1. Base conceitual teórica**

Essa pesquisa propõe recuperar parte do referencial teórico trabalhado durante a graduação e o mestrado acerca dos temas: alteridade e intolerância.

A problemática da alteridade e os conflitos nas relações sociais estão presentes na sociedade nas grandes cidades contemporâneas, onde a convivência e o compartilhamento não apenas do mesmo espaço geográfico, mas também do mesmo conjunto de regras e configurações simbólicas estimulam o fenômeno da intolerância, principalmente e em maior escala, nas metrópoles contemporâneas.

As sociedades constroem seus inimigos e sempre existe no interior delas grupos estigmatizados. No Estado moderno, marcado pelo estado de direito, pelo regime político democrático e pelo sistema econômico capitalista tanto no Brasil como na maioria dos países do ocidente, o fenômeno da intolerância está presente em alto grau, demonstrando as fragilidades e limites da democracia. Indivíduos que não se alinham ao pensamento hegemônico, a dificuldade de conviver com a diferença, a visão universalista, a tendência a destruição sistemática de modos de vida, pensamento e culturas alheias e, por fim, o individualismo como ideologia trazem fortes contradições ao conceito de democracia.

A defesa da tolerância é uma resposta mínima às disputas do dia a dia no que diz respeito à defesa da diferença e respeito à diversidade. É o mínimo exigível para a convivência social. O conceito de tolerância se faz necessário porque a intolerância com a diferença sempre esteve presente na história da humanidade e ainda hoje é recorrente em nossas sociedades.

A ideia de tolerância nasce a partir da ruptura com a tradição e o combate ao absolutismo monárquico. As raízes conceituais de tolerância, tal como a concebemos hoje, reivindicando o direito de ser, pensar, entender, discordar e se expressar de modo diferente, aparecem mais nitidamente durante o século XVII a partir dos conflitos religiosos e a separação entre religião e política, onde a religião passa a ser pensada no âmbito da vida privada e a política na esfera pública; a descentralização dos poderes do Estado e Igreja e o direito à possibilidade da livre escolha da fé, independente da determinada ou imposta pelo Estado.

O termo começa a ser discutido a partir de John Locke, um dos principais contratualistas, traz em suas obras as bases do liberalismo político e é considerado um dos precursores da democracia liberal, devido ao destaque dado à liberdade e à tolerância, contra o Absolutismo, propondo a divisão e independência dos poderes – legislativo, executivo e judiciário. Defendeu o tema das liberdades individuais no sistema político, sobretudo na defesa da liberdade de expressão.

Locke fez um estudo profundo da religião e ali encontra um rico e polêmico campo relacionado à moral, política e se aprofundou na questão da tolerância. Publicou a Carta acerca da Tolerância, em 1689, onde enunciou a tolerância como ato político: “uma coisa é persuadir, outra ordenar; uma coisa insistir por meio de argumentos, outra por meio de decretos.” (LOCKE, 1978). Naquele momento histórico, a tolerância, dizia respeito ao direito à diferença e implicava, sobretudo, no direito à convivência de todas as religiões, possível pela separação entre Estado e Igreja. Somente o estado laico poderia garantir que tantas posições políticas e doutrinas religiosas pudessem conviver, sem que nenhuma, se impusesse de maneira totalitária sobre as demais posições.

(...) numa palavra, ninguém pode impor-se a si mesmo ou aos outros, quer como obediente súdito de seu príncipe, quer como sincero venerador de Deus: considero isso necessário sobretudo para distinguir entre as funções do governo civil e da religião, e para demarcar as verdadeiras fronteiras entre a Igreja e a comunidade. (LOCKE, 1978).

Montesquieu contemporâneo de John Locke e Voltaire, admitia a possibilidade de co-existência e a primazia do poder político, admitindo uma “razão de Estado”. Escreveu um texto chamado “Constituição”, no qual afirma que cabe somente ao poder político, por orientação dos que governam, tomar providências que contenham a intolerância, não de acordo com suas concepções pessoais, mas pela lei, impondo a tolerância civil a todos: “Meu dever me diz para não aprovar interiormente os que não pensam como eu; mas minha consciência me diz também que há casos em que é meu dever tolerá-las externamente” (MONTESQUIEU. *Constitution*. In: *Euvres Complètes*, tparis:Seuil, 1964, p.1218, apud SANTOS, 2010).

Rousseau assume o termo no sentido da preocupação da convivência entre os homens, associada principalmente à relação entre religião e moral. “Chamo de intolerante por princípio todo homem que imagina que não se pode ser um homem de bem sem crer em tudo o que ele crê, e condena impiedosamente aqueles que não pensam

como ele” e afirma, no Contrato Social que cada homem pode ter as opiniões que lhe agradar, sem que o soberano precise conhecê-las. (ROUSSEAU, O.C. IV, Lettre à Voltaire, p1073, trad. Brás. P.177-8, apud SANTOS, 2010.)

A tolerância em Rousseau representa uma condição necessária para a manutenção da unidade política; para ele a intolerância promove o estado de guerra de todos contra todos e admite que a perseguição sempre acarreta danos sociais. Associa a intolerância não ao objeto, mas à postura intolerante, ao fanatismo, à superstição, ao preconceito, que pode se vincular a qualquer objeto – indo além da disputa teológica e atingindo efeitos civis. Para Rousseau a tolerância representa a impossibilidade de uma escolha única perante a diversidade de opiniões e crenças. O que deve estabelecer o tolerável é um código moral: “podemos nos enganar em nossas ideias, mas vós também podeis nas vossas” (ROUSSEAU, Cartas escritas da montanha, (1764) O.C. III, p-697-702) apud SANTOS, 2010). A intolerância, ao contrário, é a persistência na divergência, “quando cada um quer seguir totalmente a sua opinião e crê ter razão com exclusividade em relação ao resto do gênero humano” (ROUSSEAU, Profissão de fé do vigário saboiano, Livro IV de Emílio (1762) O.C. IV, p-624-5 e 627-8, apud SANTOS, 2010).

O verbete “tolerância” na *Enciclopédia* afirma que são várias as fontes de discórdia e ninguém tem o direito de dar sua razão por regra e subjugar os outros: “a razão de um não é regra de outro”, nossos sentimentos e opiniões são diversos e não há unanimidade de opiniões. **Denis Diderot** Foi responsável pelo verbete Intolerância e Intolerante na Enciclopédia. Define o intolerante como o pior dos seres humanos, presunçoso, tirânico, malévolo e mau cristão ao tratar o outro sem nenhum respeito

“O intolerante ou o perseguidor é aquele que esquece que um homem é seu semelhante e que o trata como um bicho cruel porque ele tem uma opinião diferente da sua. (...) O intolerante **deve** ser olhado em todos os lugares do mundo como um homem que sacrifica o espírito e os preceitos da sua religião ao seu orgulho...”. (SANTOS, A.C., 2010 – PG 209).

**Voltaire** escreveu o *Tratado Sobre a Tolerância* (1763), onde define a intolerância como um crime de fanatismo, contra a humanidade. No *Tratado Sobre a Tolerância* indica os horrores e a irracionalidade da intolerância, assemelhando-a a barbárie, e anuncia tolerância como marco de civilidade.

**Stuart Mill**, atribui à tolerância um lugar de importância para a sustentação do pluralismo de idéias, essencial ao desenvolvimento das sociedades: Seu pensamento dá origem à teoria econômica liberal, à ética utilitarista e à defesa da liberdade individual.

Stuart Mill, considerado o filósofo da liberdade, , defensor da tolerância e a favor da ampliação dos direitos políticos. A tolerância, para Stuart Mill, está baseada na diversidade do pensamento, consiste na abertura às críticas de suas opiniões e condutas, distantes da ideia de verdade e conduta universal. As liberdades civis, individuais defendidas por Stuart Mill são fundamentais para o conceito de tolerância. Para ele natureza humana se caracteriza pela diversidade de pensamentos, hábitos, religiões, culturas, etc. Segundo ele, a tolerância é necessária para que a humanidade se preserve tal como é, ou seja, plural.

Portanto, a intolerância existe desde sempre, não é um fenômeno típico do nosso tempo ou sociedade, tem a mesma raiz de experiências já vistas na história em diversos países, com diferentes nuances, que encontra nas práticas sociais e políticas antigos argumentos, reelaborados em novos contextos. A defesa da tolerância considera uma resistência contra a intolerância e uma afirmação da possibilidade da diferença. Estabelece-se na luta pelos direitos humanos, a defesa do direito à diferença, sejam diferenças naturais – étnicas, de gênero etc. ou sociais - de pensamento, de expressão ou de condição identitária.

O pensamento do Séc. XX, acerca da tolerância se apoia fundamentalmente nas ideias liberais de Stuart Mill, tendo **John Rawls**, como um de seus seguidores. Rawls, transfere a discussão para o âmbito do direito, procurando conciliar os problemas das diferenças, a partir da garantia de direitos iguais as oportunidades em sociedades desiguais, abrindo com isso a discussão sobre ampliação de direitos civis aos menos favorecidos. Seu foco não era o debate sobre tolerância, mas a ampliação de direitos e o estado de bem estar social a partir de uma melhor distribuição das riquezas, não desrespeitando os princípios liberais, tentando articular a liberdade individual à igualdade de oportunidades. Defende a pluralidade de visões de mundo, afirmando a tolerância como uma virtude democrática.

**Norberto Bobbio** (1909-2004), cientista político contemporâneo, preocupa-se com a tolerância enquanto crença em verdade absoluta. Admite a pluralidade de ideias reguladas pelo direito, como própria da democracia.

A crença em uma verdade absoluta é a raiz da intolerância política e é também fonte dos preconceitos e discriminação. Segundo Bobbio, cientista político contemporâneo (1909-2004) a verdade é plural, e o preconceito a discriminação do outro, nada mais é que é uma

ideia errônea que afirma interesses de um grupo sobre outro. Atribui valor as diferenças, para ele as desigualdades naturais são insuperáveis e as sociais, superáveis.

Uma coisa é o problema da tolerância de crenças ou opiniões diversas, que exige uma reflexão, ... Outra coisa é o problema da tolerância diante daquele que é diverso por razões físicas ou sociais, que põe em primeiro plano o tema do preconceito e da conseqüente discriminação. A primeira deriva da convicção de possuir a verdade; a segunda se fecunda geralmente num preconceito (BOBBIO, 2002:19).

Por uma perspectiva marxista, o Estado e o Direito não são abstrações, surgem e se legitimam a partir de disputas da sociedade, e da ação concreta dos homens.

E sendo, portanto, o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. (MARX & ENGELS, A questão judaica, 1843)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) presente no Ocidente há mais de 60 anos preconiza o direito a igualdade como um valor por princípio, defendido pelos regimes democráticos, ainda que as relações hierárquicas e as minorias sociais existentes em cada sociedade nem sempre sejam devidamente levadas em consideração. Assim, a alegação de que políticas afirmativas ferem este valor de uma ou outra maneira, o princípio da igualdade é ferido e a cada vez um direito humano é ferido, vozes se levantam para lembrar seu valor.

O Brasil é um Estado signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, nossa Constituição referenda esses direitos. A Constituição Federal, em seu art. 3º, elege como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil o princípio da pluralidade e da tolerância. Cito:

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
II – garantir o desenvolvimento nacional;  
III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação<sup>1</sup>

A omissão do Estado nas questões referentes à intolerância, no sentido de garantir o que ele mesmo preconiza, gera uma tensão na sociedade civil, motivada pelo sentimento de exclusão e desproteção. O fato de estar excluído de um direito legítimo que deveria

---

<sup>1</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo, Editora Atlas, 1989 – pg 11

ser garantido, promove, nos cidadãos, um sentimento de enfraquecimento da cidadania e injustiça. Essa tensão entre o sujeito e o Estado corroboram com a discussão que atravessa essa pesquisa sobre os sistemas binários igualdade/diferença; tolerância/intolerância.

Sejam quais forem as condições materiais básicas, os espaços de socialização sempre se organizam em relações hierárquicas e essas relações comprometem o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos e estimula o surgimento comportamentos totalitários. Segundo Adorno, “*as mudanças mais amplas nas condições sociais e nas instituições terão relevância direta no tipo de personalidade que se desenvolve em uma sociedade.*” (ADORNO, 1950).

A busca é, pois, pela garantia da igualdade e de reconhecimento coletivo ou individual pautado em diferenças sociais. A demanda pelo reconhecimento implica em uma dimensão de aceitação. O sujeito do reconhecimento tem uma característica a ser defendida em um sistema que o oprime (MARCUSE, 1970).

Na segunda metade do século XX os conceitos de identidade e intolerância assumem talvez sua característica mais desumana, na forma do nazismo, como um fenômeno singular, que mereceria em estudo a parte, caracterizado por um estado totalitário que, segundo **Hannah Arendt** exerce “poder arbitrário, sem freio das leis, exercido no interesse do governante e tem o medo como princípio de ação. Muito se tem falado sobre as semelhanças do atual estado brasileiro a características desse período da história.

A insegurança e o temor gerados no período afastou a análise desse foco centrado nas intolerâncias das novas direitas, procurando retratar, mais as respostas geradas a partir de uma sociedade viva e plural que aposta no poder da coletividade com a produção de subjetividades em suas expressões criativas para driblar as crises.

Em todos os tempos o que está em questão é a igualdade enquanto um valor fundamental. Afirmar a diferença, não significa negar a igualdade. Trata-se de buscar respostas plausíveis para as tensões reais colocadas pelo confronto entre a ênfase na defesa da igualdade formal de direitos universais e a ênfase na afirmação do direito à diferença, pleiteado para (e por) identidades coletivas.

No âmbito da teoria social, identidade e reconhecimento estão entre os temas mais importantes da última metade do século XX, Axel Honneth (2003) está entre um de seus maiores expoentes. Para este autor, o conceito de identidade é central no desenvolvimento de suas reflexões e suas formulações denunciam as desigualdades e propõem a elaboração

de políticas afirmativas, auxiliando não só na conquista de direitos para determinadas populações, mas também na compreensão de identidades coletivas, em busca de justiça social.

Segundo Honneth, a luta pelo reconhecimento é motivada pela busca de justiça social, segundo a qual a experiência de desrespeito provoca “*o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente, para uma luta por reconhecimento*” (Honneth, 2003, p. 253). Na análise dos conflitos sociais, o autor parte de experiências práticas individuais, dando ênfase ao aspecto empírico, para a luta social, traçando o caminho entre o indivíduo e a sociedade e a construção de identidade coletivas:

Processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento. (HONNETH, 2003, p. 257).

A questão da identidade única e fixa retorna, pois há sempre mais de um classificador do sujeito, trazendo o tema da interseccionalidade. A dimensão da identidade estaria, portanto, além de uma universalidade, essência ou autenticidade/originalidade. Trata-se de reconhecer um tipo de identidade deslocada e pertencente a inúmeros sujeitos, uma identidade coletiva.

Segundo Stuart Hall o conceito de identidade precisa ser revisto e ampliado:

Não servem mais – não são mais “bons para pensar” – em sua forma original, não reconstruída. Mas, uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles. (HALL, 1995)

O contexto sociocultural no qual Hall insere a questão da identidade, é a contemporaneidade. Diferentemente da identidade do sujeito do iluminismo, caracterizada pela sua unicidade e singularidade, e da identidade do sujeito sociológico, construída a partir da relação do sujeito com a sociedade, a partir da interação com o outro, o sujeito da contemporaneidade é o chamado “sujeito pós-moderno”, cuja identidade é, para ele, caracterizada pela fragmentação. (HALL, 2006, p. 10). O sujeito pós-moderno, para Hall, caracteriza-se pelo seu descentramento, sua fragmentação, “*com várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas*”, pois mesmo o processo de “*identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático*” (HALL, 2006, p. 12-13).

Diferentes grupos buscam sua afirmação e diferenciação cultural pela adesão a novos valores, marcando suas identidades, seja por traços étnicos, econômicos, sexuais, religiosos ou outros enquanto outros fortalecem a permanência de valores anteriores ou pensamentos ortodoxos, estimulando o racismo, o nacionalismo, o sexismo, a homofobia e outras formas de manifestação de intolerância.

A intolerância se apresenta, não apenas em questões de Estado, mas nas micropolíticas, em diversas situações singulares, todos os dias de nossas vidas, não só no crime e na transgressão, mas também, de forma velada, de modos mais ou menos sutis, na ausência de práticas reguladoras dos Estados, nas relações profissionais, pessoais e íntimas que cada um estabelece. As raízes da intolerância, bem como suas motivações são irracionais e se sustentam no processo civilizatório, nas relações de disputas estabelecidas por sociedades hierárquicas.

O que é "patológico" hoje pode se tornar a tendência dominante de amanhã, com a mudança das condições sociais. (ADORNO, 1950)

Com a globalização, valores globais e hegemônicos são estimulados, por meio de uma inclusão perversa e, segundo Milton Santos, impõe uma universalidade, sobre as particularidades. A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Há um conjunto de técnicas baseado na ciência, e uma forma de utilizar esse sistema presidida por um mercado global que resulta nessa globalização perversa. Para o autor, poderia ser diferente se seu uso político, econômico, cultural fosse outro.

Esse movimento torna o momento, ainda que de maior integração, também o de maior individualismo e rejeição ao diferente. Segundo Achile Mbembe com o fim da distinção entre Estado e sociedade, proposto na globalização, a tendência é a de se erradicar pluralidade da condição humana. Assim os confrontos na era da globalização, visam forçar o inimigo à submissão independentemente de consequências imediatas, efeitos secundários e “danos colaterais”.

Com efeito, superação das divisões de classe, o desfinhar do Estado e o florescimento de uma verdadeira vontade geral pressupõem uma visão da pluralidade humana como principal obstáculo para eventual realização de um telos da História predeterminado. (MBEMBE, A., 2018, pg 26)

Há uma maneira de agir, um ‘habitus’, que segundo Bourdieu, ainda que seja construído individualmente, é mediado por referências sociais e valores culturais. Em

nossa sociedade este ‘habitus’ apresenta-se na perspectiva de classe dominante, que instaura o seu modo de vida, impondo-se como modelo de civilidade e cultura a ser seguido. Coloca seus valores, particularidades e diferenças, como pontos de partida para impor um modo de vida sobre os demais povos.

As camadas sociais não são diferenciadas entre si apenas a partir de condições objetivas, mas também subjetivas. Tais condições subjetivas refletem em seus estilos de vida. Nas palavras de Bourdieu:

às diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. (BOURDIEU, 1983, p. 82).

A sociedade contemporânea traz a tentativa de homogeneização e integração da sociedade, ao mesmo tempo em que marca a diferenciação cultural e exclusão. Nunca antes na história da humanidade tantas pessoas foram mortas em conflitos e guerras, quanto durante o século XX. Conflitos estes que representam a sobreposição e submissão de um grupo sobre outro, seja por razões políticas, econômicas, religiosas ou ideológicas. A perspectiva universalista de inclusão de todos em uma unidade pode deixar de fora o respeito e dignidade ao diferente e a possibilidade de uma convivência integral, constituindo uma ameaça à própria identidade.

Novos valores pautados no próprio indivíduo, sua auto-responsabilidade, busca de autonomia, independência e distinção, cria um sujeito histórico singular, autônomo e independente, em quem as relações anônimas e o desinteresse (quando não a aversão) pelo próximo, preconizados pelo espírito capitalista e o Estado Moderno se desenvolvem. O pluralismo de ideias implica em termos de conviver com pensamentos com os quais discordamos, com modos de vida que não nos agradam: a escolha política, a sexualidade, a religião, os hábitos do outro. O pluralismo de ideias nos obriga ao compromisso de que mesmo nos momentos de conflito democrático, a diferença será respeitada.

Colocarmo-nos sob a égide da tolerância nos compromete a não excluir o outro pelo que pensa ou por ser minoria; também quer dizer suportar as críticas e as discordâncias dos outros frente a nós. E, inclusive, o pluralismo traz em seu bojo a possibilidade lícita de mudarmos de ideias e posições por considerações advindas de nosso foro íntimo – de maneira que implica a tolerância voltada para si mesmo.

... Quando temos laços de identificação com o outro podemos reconhecê-lo como semelhante a nós. As situações de intolerância são ataques carregados de narcisismos e voltados aos mais diversificados alvos. São ataques que desconsideram o direito da alteridade à diversidade. (SALAIBE, 2009)

Não concordar com uma ideia ou prática não necessariamente implica em combatê-la, nos opondo a elas. É necessário, acima de tudo, que se estabeleça o respeito ao outro que porta ideias ou práticas que condenamos, rompendo com o eixo da lógica binária do bom – mau, certo – errado. Ser tolerante não implica em concordância passiva ou omissão, mas expor opiniões contrárias, com respeito, sem ofensas e sem submissão.

Simmel ressalta que a existência de discordâncias, interesses discrepantes, desacordos e conflitos e os consequentes sofrimentos que provocam no indivíduo, fazem parte da sociedade. No entanto, os indivíduos não podem viver em constante conflito. Deve haver uma relativa "paz" e ordem social, ainda que precárias. Segundo Simmel, se não há conflitos graves, grupos antagônicos convivem no mesmo espaço, mas em situação de conflito, os membros de um grupo se unem e se afastam dos outros indivíduos, se isolam e rejeitam os que a eles se opõe ou se diferenciam, neste caso ou os indivíduos concordam totalmente ou se rejeitam completamente.

Ainda para Simmel, o conflito não é um elemento dissociante, mas tem uma força associativa, uma função unificadora e especificamente gregária que traz um sentido de identidade comum, com arranjos sociais distintos. As diferenças internas de um grupo se acentuam ou minimizam diante de um conflito, de modo a manter unidade do grupo. "Amor e ódio", estão presentes na sociedade como forças atrativas e repulsivas, na competição de indivíduos, sobretudo na esfera econômica ou na delimitação de espaços urbanos, como em uma metrópole. A competição se dá por demarcação de território, poder de autoridade e costumes, que agem como forças de coerção, presentes mesmo em sociedades aparentemente igualitárias.

Estamos longe de sermos uma sociedade igualitária, a desigualdade social é evidente e o mercado e o mundo global corroboram esta constatação.

*A tolerância é a harmonia da diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz...*

*A tolerância deve ser praticada pelos indivíduos, pelos grupos e pelo Estado. A tolerância é o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da democracia e do Estado de Direito. Implica a rejeição do dogmatismo e do absolutismo e fortalece as normas enunciadas nos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos.*

*Em consonância ao respeito aos direitos humanos, praticar a tolerância não significa tolerar a injustiça social, nem renunciar às próprias convicções, nem fazer concessões a respeito. A prática da tolerância significa que toda*

*pessoa tem a livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade.*<sup>2</sup>

Para a compreensão dos processos de intolerância na cidade de São Paulo, observa-se que ela se manifesta de múltiplas formas e por diferentes motivações, não sendo possível, portanto, estabelecer um critério único que as motive, nota-se tanto motivações econômicas quanto culturais, religiosas e de outras esferas. A metrópole moderna, por seu caráter economicista e de produção para o mercado, cria indivíduos anônimos, relações de impessoalidade, interesses voláteis e humanos descartáveis. Esta condição, gerada pelas relações econômicas na divisão do trabalho e do mundo especializado, é uma característica que se expande para além do mundo do trabalho e avança sobre quase todas as outras esferas da vida cotidiana.

De acordo com Lefebvre, o individualismo limita a percepção do social. Quando pensamos em metrópole, mais do que a ocupação da cidade e a distribuição geográfica da população, o foco recai sobre o difícil processo da sociabilidade, e as formas que essa dificuldade adquire no contexto das grandes cidades. Para que a vida se processasse nos termos requeridos pela globalização, é necessário desagregar os sistemas sociais existentes. Trata-se de deixar a população sem vínculos com o passado, sem a compreensão do presente e sem expectativa de futuro. Em São Paulo, cidade do capital internacional, que incorpora culturas e pessoas provenientes de todo o mundo, preconiza a diversidade, mas traz também seu contraste, a exclusão e segregação.

Por mais que a metrópole, se pronuncie democrática, acolhedora e mundial, essa não é a mesma para todos. É um espaço de disputas, de vencedores e vencidos, do “nós” e a do “eles” e a incapacidade de conviver com o outro, o diferente se transforma em intolerância. Há uma recusa da História que não seja a história do ocidente e do capitalismo nega-se a igualdade aos povos que sustentam outras culturas. Assim, a metrópole cria seus inimigos, a quem os direitos são negados, segundo Goffman, o “normal” e o “estigmatizado” ou, como diria Elias, os “estabelecidos” e os “outsiders”.

Norbert Elias, a partir da sociologia da cultura e do cotidiano, oferece como base para pensar a intolerância, a análise do processo de socialização dos indivíduos a partir da perspectiva de figuração, da construção de pares antagônicos de representações ao

---

<sup>2</sup> Declaração de Princípios sobre a Tolerância, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 28ª reunião, em Paris, 16 de novembro de 1995.

colocar clara a dicotomia entre “o eu” e “o outro”, revela as contradições e conflitos existentes na sociedade, num contexto de relações bilateral.

A fim de entender estruturas e processos sociais, nunca é suficiente estudar um único estrato funcional no campo social. Para serem realmente entendidas, essas estruturas e processo exigem um estudo das relações entre os diferentes estratos funcionais que convivem juntos no campo social e que, com a mais rápida ou mais lenta mudança nas relações de poder provocada por uma estrutura específica desse campo, são, no curso do tempo, reproduzidas sucessivas vezes. (ELIAS, 1994)

A configuração que predomina como a representante dos processos sociais é entre os “estabelecidos” e os “outsiders”, entre dominantes e dominados e esta não se dá apenas pelo poder econômico, mas no sentido exato que coloca Norbert Elias, em “Os Estabelecidos e outsiders”: os grupos em disputa muitas vezes não possuem diferenças de nacionalidade, ascendência étnica ou cor da pele, ocupação, renda ou nível educacional. O que os diferencia são os grupos aos quais pertencem, que é o mesmo que se observa nas manifestações de intolerância na cidade de São Paulo. (ELIAS, 2000). As análises trazidas por Elias permitem refletir sobre o quanto o sujeito se confunde com seu papel e função social.

Essas contradições existentes na sociedade podem ser analisadas através da sociologia do cotidiano ou da psicologia social por meio de elementos da realidade que são sociais e individuais ao mesmo tempo, tais como projetos de vida, desejos, necessidades, satisfações e frustrações que alimentam a vida do indivíduo enquanto experiências, mas também carregam significados comuns à vida cotidiana de uma sociedade, atuando como símbolos.

Para compreender os processos das práticas de intolerância na cidade de maneira crítica, é necessário romper com os paradigmas sociais construídos e considerar a posição de onde se vê a realidade e o processo analisado, reconhecer seus atores e manifestações atuais, introduzindo novos elementos que atualizam e ampliam a compreensão das práticas de desintegração das relações sociais provocadas pelas desigualdades sociais, medo coletivo, a banalização da violência.

Vivemos hoje uma época marcada pela mundialização da economia, da velocidade da comunicação, do deslocamento das populações, do processo de urbanização e de novos arranjos da organização social, disputa de verdades e vaidades, diferenciações que acirram conflitos. Bauman também chama a atenção para o espaço que a tecnologia e comunicação assumem nesta nova fase do capitalismo e que interfere

na maneira como o homem assimila e traduz a realidade, atuando como uma “*razão artificial*”, à medida que media a relação dos indivíduos, por meio da mídia ou redes sociais, e impõe uma relação de distanciamento, rápida, efêmera e superficial.

○ fenômeno da intolerância não deve ser analisado por partes do fenômeno isoladamente, como o racismo ou a pobreza, por exemplo, não se trata de um problema de raiz puramente econômica. Não negando a importância dessa esfera nos processos de intolerância, uma análise mais detalhada nos levará a concluir que a esfera econômica o compõe, mas não o esgota, podendo ser verificado também em outras esferas. Este fenômeno possui uma ampla complexidade para o qual não é possível encontrar uma única explicação.

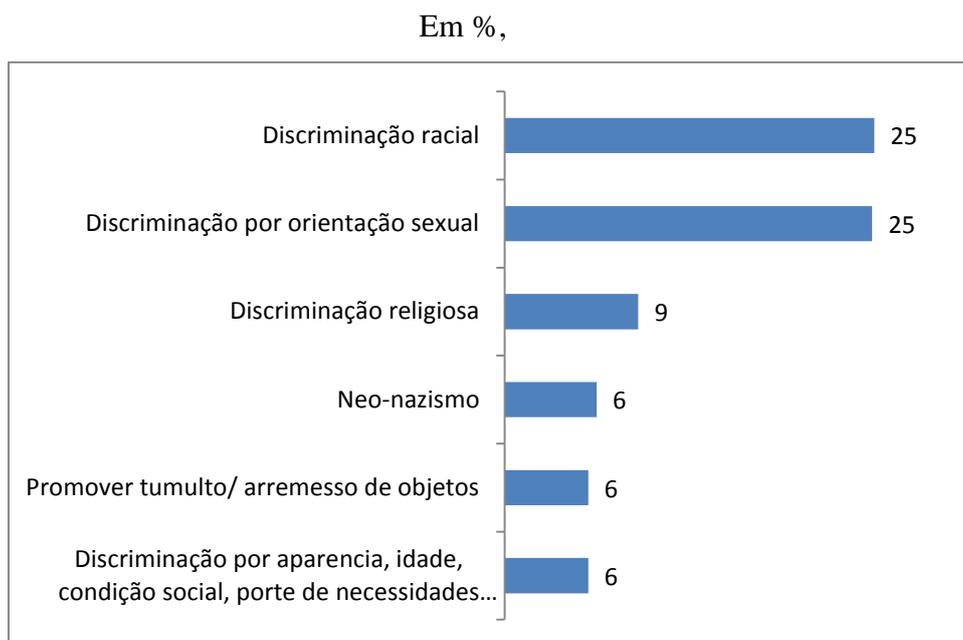
Segundo Veras, a metrópole é o espaço privilegiado da globalização, mas também da segregação. Concentra o local e o global. E ao mesmo tempo que é o lugar da alteridade do Outro, da diferença é também o lugar do homogêneo, do xenófobo. As relações sociais nas cidades mundiais são pautadas pelos processos de inclusão e exclusão nas metrópoles, dificuldade de sociabilidade, acesso, medo e intolerância e uma tendência à segregação, com isolamento tanto das camadas mais privilegiadas da população, por meio da segurança contra a violência, quanto das camadas mais empobrecidas, expulsas e excluídas de espaços inacessíveis.

Para Kowarick (1983), o espaço da metrópole é o da ação e experiências, não somente de cada indivíduo, mas de determinados grupos sociais. O autor enfoca as reivindicações e lutas dos movimentos sociais e de trabalhadores desenvolvida nos bairros, especialmente os periféricos, em favor dos serviços e equipamentos públicos. Coloca, assim, a individualidade e pertencimento, como fortemente necessários para a compreensão do tema intolerância em São Paulo. Segundo Veras, “*essa abordagem revela o quanto existe de conflito de classe no significado das lutas cotidianas*”.

O preconceito e discriminação são explícitos e se revelam de diferentes formas, e todos eles contradizem a multiplicidade de culturas em interação inerentes em uma sociedade global. O fenômeno da intolerância, está presente em São Paulo de modo que a cidade é líder no país em registros de crimes de racismo, homofobia e outros tipos de crimes de intolerância racial, religiosa e relativa à orientação sexual ou à identidade de gênero.

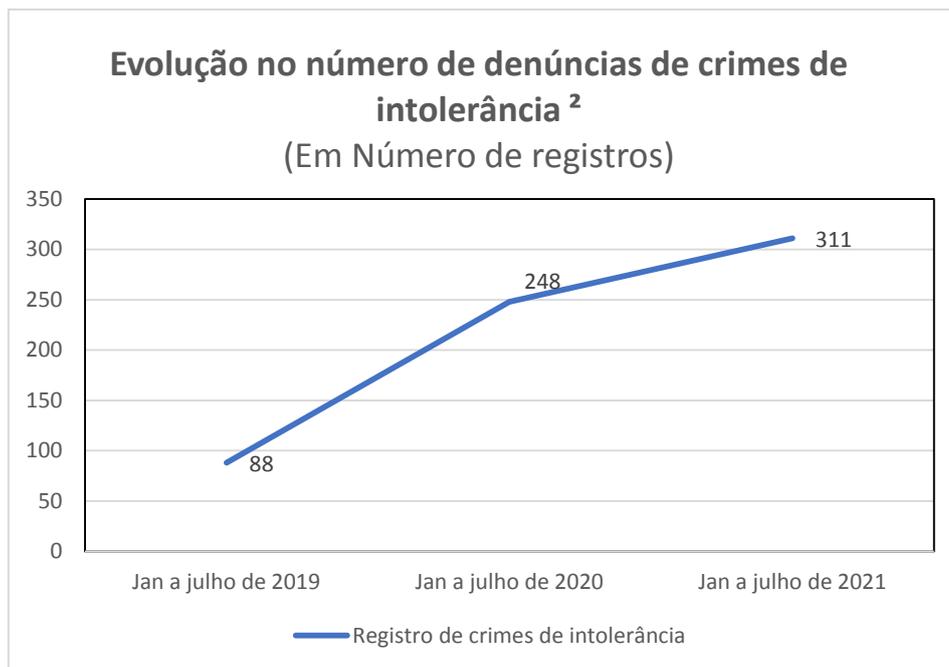
A pesquisa de mestrado realizada em 2011, sobre o título **“Do preconceito aos crimes de ódio: As marcas da intolerância na metrópole paulista”** demonstra as principais focos desses delitos.

**FIGURA 1 – CLASSIFICAÇÃO DOS DELITOS DE INTOLERÂNCIA REGISTRADOS NA DECRADI, SEGUNDO O TIPO DE DISCRICÃO NO HISTÓRICO DO B.O., EM 2011<sup>3</sup>**



Acompanhando longitudinalmente, observa-se que os crimes de ódio ou intolerância ocorrem de maneira direcionada a determinado grupo social, com características específicas. A violência é dirigida a pessoas, que tem seus direitos físicos ou morais desrespeitados ou violados. Os crimes de intolerância mais praticados na cidade de São Paulo, cuja ocorrência foi de 174 casos, segundo o levantamento realizado na pesquisa de mestrado de 2011, sofreram importante evolução ao longo de 10 anos, praticamente dobrando, segundo os atuais números de incidência de casos divulgados pela Secretaria da Justiça e Cidadania, observa-se a manutenção das mesmas vítimas, quais sejam:

<sup>3</sup> Elaboração própria a partir da pesquisa de Mestrado **“Do preconceito aos crimes de ódio: As marcas da intolerância na metrópole paulista”**.



4

Apenas no primeiro semestre de 2021, o número de denúncias de crimes de intolerância registrados em São Paulo, cresceu 24,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Não é possível afirmar se esse aumento dá, porque de fato a intolerância aumentou ou se por que houve maior divulgação dos canais de denúncia e as pessoas passaram a ter mais informação e consciência de que devem buscar seus direitos contra esses tipos de crimes.

A cidade continua assistindo episódios de intolerância, e no último período, vimos reproduzir esse mesmo tipo de crime. Essa nova pesquisa pretende verificar como se dão não entre indivíduos, mas sobre sujeito sociais coletivos, que atuam no combate a essas causas e que, a partir da vinculação dos novos movimentos sociais de direita, passaram a sofrer maior cerceamento.

Ranciere politiza definitiva e radicalmente a questão dos conflitos e coloca em uso o termo político, por que, para ele

A política é, primeiramente, o conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e a qualidade daqueles que estão ali presentes. É preciso antes de mais nada estabelecer que a cena existe para o uso de um interlocutor que não a vê e que não tem razões para vê-la já que ela não existe. As partes não preexistem ao conflito, que elas nomeiam e no qual são contadas

<sup>4</sup> Elaboração própria a partir da pesquisa de Mestrado **“Do preconceito aos crimes de ódio: As marcas da intolerância na metrópole paulista” e dados divulgados pela** Secretaria da Justiça e Cidadania, conforme <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/27/denuncias-de-crimes-de-intolerancia-crescem-24percent-no-estado-de-sp-em-2021-diz-secretaria.ghtml>.

como partes. A "discussão" do dano não é uma troca — sequer violenta — entre parceiros constituídos. Ela diz respeito à própria situação de palavra e a seus atores. Não há política porque os homens, pelo privilégio da palavra, põem seus interesses em comum. Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados, como seres falantes conseguem ser contados e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada. (RANCIÈRE, 1996, p. 40).

Segundo Habermas (2003), as teorias políticas e do direito precisam estar atentas ao discurso simplesmente normativo e buscar incorporar as novas formas de sociabilidade objetivas, reestruturando o direito de acordo com o contexto social e as transformações históricas e tentar superar o impasse teórico e político entre a afirmação de uma igualdade universal e a busca do reconhecimento de identidades coletivas (étnico-culturais, de gênero, nacionais, sexuais etc.). O reconhecimento de identidades coletivas, fortalece as identidades culturais

A importância do reconhecimento de identidades coletivas é “essencial para a cultura democrática”. A mudança na percepção da identidade individual, decorrentes do reconhecimento de identidades coletivas, teve como premissa a noção de igualdade universal, cuja afirmação depende de reconhecimento recíproco. É no reconhecimento mútuo de nossa igualdade jurídica que o Estado de Direito afirma nossa dignidade. Trata-se de combinar o reconhecimento das diferenças afirmadas pelas identidades culturais coletivas com a busca da igualdade universal nunca plenamente obtida.

Não se trata de renunciar ao universalismo diante do “pluralismo de estilos de vida individuais, de formas de vida coletivas e de uma multiplicidade de ideias” para o bem-viver, mas de, diante do pluralismo, concluir que é só por meio do diálogo multicultural, e de uma teoria da justiça que contemple as desigualdades que se torna possível ordenar institucionalmente as sociedades contemporâneas, equilibrando a liberdade (individuais) e igualdade (universais). Trata-se, portanto, não de se submeter ou se calar à crítica, ao contrário, é confrontar concepções e valores conflitantes, legítimos e necessários para a ampliação da democracia e do desenvolvimento do espírito crítico.

Sociedades plurais e periféricas, como o Brasil, são marcadas por antagonismos e conflitos que geram o preconceito e a discriminação. Além disso, tem-se constatado forte recrudescimento de ideias fundamentalistas e conservadoras do ponto de vista moral. No Brasil, e especificamente em São Paulo, tem-se mostrado inúmeras faces da intolerância. Essas formas de discriminação opõem-se aos métodos políticos da negociação, refletindo

mais um elemento da atual formação de nossa sociabilidade. A tolerância com o diferente apresenta-se como uma agenda mínima, urgente e extremamente necessária.

Estamos vivendo uma nova fase de totalitarismo no Brasil e no mundo. O sistema político utiliza os sistemas técnicos e de comunicação contemporâneos, de modo a nos conduzir para formas de relações sociais que não aceitam discussão, que exigem concordância imediata e inibe o questionamento. Assim, determinados atores sociais são calados ou suas falas são consideradas residuais. O totalitarismo impõe que todos obedeçam, de alguma maneira, aos parâmetros estabelecidos. Se estes não são respeitados, os transgressores são desnecessários, marginalizados, excluídos ou, no limite, eliminados. É o chamado pensamento único.

A retirada da possibilidade de compreensão do mundo como ele é, baseado em sua alteridade e complexidade, bombardeado por informações únicas e incorretas, que satisfaz ao interesse direto de um número cada vez mais restrito de pessoas, tiram do sujeito a possibilidade não só de entender o mundo, como a de entender-se a si próprio.

Pensar a alteridade exige de nós entender que a estrutura do processo de produção das ideias se opõe e hostiliza essa produção de pensamento hegemônico. Ideias autônomas e, por conseguinte, críticas e singulares é o que possibilita a criação de alternativas, porque se baseia em ideias centrais à própria ideia da democracia – liberdade de opinião, de imprensa e tolerância. É preciso, portanto, que vozes críticas se manifestem, para legitimar o discurso da democracia.

Estudos marxistas e pós-estruturalistas decoloniais focam na presença desse ator subalterno, desafiando os discursos hegemônicos e trazendo de volta a voz de sujeitos históricos a quem foi negada a interpretação de mundo. É através dos novos feminismos, do multiculturalismo, dos estudos que denunciam o racismo e a singularidade das camadas sociais de menor acesso à renda, que os espaços de interseccionalidade entre estes marcadores sociais se revelam.

A tirania da informação e da formação do pensamento único, associada à tirania do dinheiro e do poder estimulam a proliferação da intolerância, presente, não apenas em questões relacionadas ao Estado, mas nas micropolíticas, de forma velada, em situações singulares, em todos os dias e espaços de nossas vidas, nas relações pessoais que cada um estabelece.

A análise de Wieviorka acerca do tema intolerância traz elementos importantes para compreender os processos contemporâneos de formação de identidade e alteridade, no contexto das sociedades complexas e globalizadas da atualidade, onde acirra-se o

espírito da disputa. A convivência com a multiculturalidade e os problemas decorrentes dela, relacionados principalmente ao racismo, xenofobia, machismo e demais formas de exclusão acentuam a intolerância. Segundo Wieviorka,

Numa sociedade fragmentada culturalmente, os diversos grupos que a constituem, quer estejam em situação socioeconômica favorável ou não, são todos suscetíveis de portar, em suas margens, um racismo que pode significar quer o ódio de tal ou tal outro grupo, segundo uma lógica diferencialista, quer uma reprovação que impute ao grupo, do qual se sente enciumado, uma capacidade de acesso superior à sua, aos frutos da vida moderna, à participação política ou econômica. (WIEVIORKA, 2006).

Na sociedade atual as diversas manifestações de intolerância podem ser compreendidas como parte das relações sociais e apresentam-se de forma intensa, não só com relação a grupos externos como os judeus, negros, ciganos, nordestinos ou caipiras, como também se refletem em relação às mulheres, idosos, homossexuais, e também, na desigualdade econômica, ou seja, a “pobreza”, entendida a partir da perspectiva das elites. Ainda, segundo o autor, as sociedades fragmentadas estão mais suscetíveis a grupos intolerantes e extremistas, que podem ou não se identificar com posições conservadoras:

Podemos compreender então, principalmente, como o anti-semitismo renasce em certas sociedades ocidentais, não apenas do lado da extrema-direita, a partir de um nacionalismo exacerbado, eventualmente carregado de um ressentimento ligado a um processo de queda social, mas também no seio de grupos eles mesmos discriminados politicamente ou sem engajamento, ou tentados por discursos radicalizados à extrema esquerda. (WIEVIORKA, 2006)

No Brasil, e em especial, em São Paulo vemos este processo avançar nitidamente. Chama a atenção o espaço que a tecnologia e comunicação assumem nesta nova fase do capital, atuando como uma “razão artificial” que interferem na maneira como o homem assimila e traduz a realidade, e na maneira como ele se relaciona com o outro.

A sociedade atual se constrói por meio de relações que cultuam a individualidade, a partir de um determinado pertencimento a posições sociais. Estas posições, se referem não só a um espaço físico e geográfico, mas também a uma ordem hierárquica imposta colocada pelo modelo de sociedade, desenvolvendo um estilo de vida e de ideias característicos da contemporaneidade.

As percepções e práticas sociais contemporâneas intensificam a violência, devido às condições de acirramento das disputas econômicas impostas pela globalização e pelo distanciamento da proposta da modernidade no ideal de igualdade, hoje substituído pelo de diferenciação. O homem de hoje é “valorado” assim como os objetos, a partir do poder

econômico e status social que possui, o que permite ver o outro não mais como homem, seu semelhante, mas como coisa ou adversário numa disputa por algo “invisível”.

A prática de atitudes discriminatórias, nada mais é que o abuso do poder de forma a garantir a manutenção de uma posição privilegiada, vantagens ou benefícios, por meio do uso ilegítimo e inapropriado do poder. A intolerância, entendida por Bauman como sentimento de rancor pelo estranho, reflete uma tentativa de salvar o que resta de si mesmo, uma vez que a competição imposta pela sociedade atual corrói os laços sociais. . (BAUMAN, 1989).

As segmentações sociais de grupos identitários revelam os "*novos bárbaros*". São comuns, de tempos em tempos, a depender da conjuntura (crises financeiras, crises de identidade, culturais, de valores, entre outros) surgirem novos ou velhos discursos fundamentalistas/radicais, com base na "demonização do outro" e na intolerância. Iniciam-se processos de falsas imagens dos considerados "diferentes”.

Ainda que, a princípio o preconceito e discriminação se apresentem como impulsos individuais e subjetivos, ressaltando valores e sentimentos pessoais, mas é importante pensá-los como elementos de interpretações coletivas. As práticas de intolerância carregam valores morais que se opõe à diferença, à troca que a vida social requer. Os crimes de intolerância não são praticados somente contra indivíduos, são contra toda uma coletividade e rompe os pactos sociais existentes.

Vimos, no último período, a partir das manifestações desencadeadas em 2013 no Brasil, estabelecer-se uma visão de classe e de ideologia política polarizada, que faz referências indiscriminadas as pessoas negras, mulheres, indígenas, homossexuais e trabalhadores de baixa renda muitas vezes de maneira pejorativa, colocando-as como cidadãos de segunda categoria. Esses segmentos populacionais, de alguma maneira, teriam sido beneficiários de programas de governo nos anos de governos petistas no Brasil, o que fez com que os da base da pirâmide ou de baixíssima renda, tivessem uma certa ascensão social e passasse a “ameaçar os direitos” de parte da classe média tradicional, aquela que “realizou *suas conquistas no passado e hoje tem seus ganhos estabilizados*”. (SOUZA E LAMOUNIER, 2010).

Essa classe média, que sente que perde espaços e privilégios, não foi capaz de elaborar concretamente os motivos de sua insatisfação e também não encontraram respostas em seus valores éticos e morais para justificar essa aproximação das camadas menos privilegiadas. Assim, são as demandas dos excluídos, dos multiculturalistas, as

chamadas causas identitárias ou dos direitos humanos, que passam a ser o elemento material que, somada à questão política ideológica, conduziu à polarização e acentuação da intolerância no país.

O Brasil possui uma população muito diversa do ponto de vista étnico, da diversidade de gênero e cultural e vive um momento marcado por profunda revisão de padrões. Esta diversidade, entretanto, causa tensões e conflitos, impressos na cidade. A dinâmica metropolitana permite pensar as relações de contraste presentes na cidade que acolhe ou segrega determinados aspectos sociais, modelos culturais e tendências comportamentais, possibilitando analisar as manifestações da alteridade no espaço urbano.

Reconhecer a diversidade não é apenas levantar uma causa, mas uma forma mais moderna e dinâmica de se relacionar com questões que colocam enfrentamento de classes, opõem latifundiários e agronegócio aos trabalhadores sem-terra e pequenos proprietários; uma identidade cultural hegemônica e eurocêntrica que despreza a identidade negra, indígena e quilombola e destrói a identidade cultural local; uma cultura machista e misógina que oprime e violenta as mulheres e homossexuais, com a bestialidade moral dos discursos de ódio.

A etapa final deste processo é a intolerância, configurada como um conjunto de práticas e ações discriminatórias, onde a forma de ser e agir do outro não é respeitada e suportada e o agente discriminador impõe uma atitude ofensiva por meio da violência física ou psíquica, manifestando o ódio, fanatismo e atitudes ideológicas totalitárias, muitas vezes traduzidas em crimes.

A discriminação diz respeito a atitudes que impedem o exercício de direitos e cidadania às suas vítimas, diferenciando-as no tratamento e oportunidades concedidos a outros que não possuam as características associadas ao preconceito, passando a discriminá-las com atitudes opressoras, segregadoras e agressivas, que expõe socialmente suas vítimas a situações vexatórias, com desrespeito e violência, impedindo-a a determinadas práticas e relacionamentos com o outro. Caracteriza-se pelo abuso do poder, fazendo uso ilegítimo e inapropriado do mesmo na manutenção das diferenças, de modo a usufruir vantagens em uma posição hierarquicamente “superior”. Remetem à classificação e posicionamento em uma hierarquia social, agindo contra a igualdade de direitos.

Ainda hoje, início do século XXI, a questão da intolerância tem relevância em várias partes do mundo, em especial nas metrópoles, onde a competitividade é mais acirrada e as identidades se revelam por meio de grupos identitários. O surgimento destes diferentes grupos identitários gera pensamentos competitivos, ortodoxos e fundamentalistas de várias ordens, potencializa diferenças, fortalece rivalidades e desrespeito.

Trata-se de vincular a luta pelo direito e liberdade, aos valores anti-discriminatórios relacionados à raça, gênero, condição física, identidade e orientação sexual. Esses marcadores sociais, muitas vezes se sobrepõe e tais indivíduos buscam a proteção da identidade, mas também uma unidade em torno de questões sociais que afetam simultaneamente a todas as identidades. É o que, na definição mais genérica, de interseccionalidade, explicaria

...como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS, 2021)

A tolerância, dentre outras definições, é o respeito às diferenças. Representa uma dimensão ética, que possibilita a convivência social sem distinções. Retomar a questão da intolerância, mais do que questionar as relações do eu com o outro, é também questionar a relação do eu consigo mesmo. Conhecer o outro é conhecer a si mesmo, reconhecer o outro em nós, no processo de alteridade, revelando o desconhecido, onde as fronteiras são desfeitas. Tolerar é, portanto, o esforço por desfazer totalitarismos e ortodoxias; é aceitar a diferença e questionar o homogêneo e a hegemonia<sup>5</sup>. Assim, conhecer o outro, implica em compreendê-lo e aceitá-lo como diferente, porém possuidor dos mesmos direitos.

Além do levantamento acerca do tema intolerância, também foi necessário recorrer a maior compreensão do pensamento liberal, que nasce também no final do século XVIII, a partir das ideias de sobretudo de Adam Smith, John Locke, David

---

<sup>5</sup> Hegemonia nesse contexto significa a superioridade que um povo ou um país tem sobre os demais. O termo ganhou um significado mais preciso a partir de Gramsci, para designar um tipo particular de dominação, uma dominação consentida de uma classe social sobre os demais. Na sociedade capitalista, a burguesia detém a hegemonia mediante a produção de uma ideologia que apresenta a ordem social vigente, com influência em diversas áreas, especialmente em termos econômicos, culturais e políticos, em particular, por meio do governo. (GRAMSCI, A., 1926-1937).

Ricardo, Voltaire, Montesquieu, entre outros, das quais se destaca a crença no livre mercado, no jusnaturalismo, no utilitarismo, e no progresso. O pensamento liberal, se fundamenta, portanto, a partir de um discurso baseado nos ideais de liberdade e de igualdade que redundaram na Declaração dos Direitos do Homem, de 1789, e é rechaçado pelos conservadores ao longo do século XIX.

Para compreender o processo de intolerância política que vive o Brasil contemporâneo, também foi necessário compreender um pouco melhor o pensamento conservador. Para isso foi necessário retomar autores clássicos do Sec XVIII como Edmund Burke, considerado por muitos como um dos fundadores do pensamento conservador juntamente com o diplomata francês Joseph de Maistre (1753-1821) e Louis de Bonald (1754-1840).

Em suas Reflexões sobre a Revolução na França, publicada em 1790, Burke afirmava que a Revolução Francesa pretendia afirmar a tradição, contra o rei que usurpava o poder. O conservadorismo tem fortes raízes católicas e no Antigo Regime. Para o pensamento conservador o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural, de “vontade Divina”.

Se afasta de ideias sobre igualitarismo e se fundamenta na ideia da autoridade, baseada em aceitação de princípios naturais pensamentos conformistas e teológicos, que aceitam das condições de miserabilidade e pobreza, a propriedade privada e a desigualdade social como ordenamentos “naturais”, que derivam do monoteísmo cristão e da ordem teológica. Segundo Burke,

[...] aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão (BURKE, 2014, p. 70).

Tal compreensão visa à manutenção da ordem vigente e se opõe às correntes progressistas que veem nas ideias iluministas, um instrumento de transformação social na busca por uma nova sociedade com princípios divergentes das estruturas tradicionais do cristianismo. O pensamento conservador se apoia na escolha por ideologias elaboradas pelos líderes intelectuais da humanidade.

As ideias de Edmund Burke e da tradição conservadora amplia o eixo temático antirrevolução voltando-se também para o aspecto econômico das sociedades, defender a

ideia de meritocracia e liberdade do mercado, que se estrutura no capitalismo monopolista e se consolida como pensamento antirrevolucionário e anticomunista.

Tal pensamento consiste na manutenção e preservação da ordem institucional e fortalece as tendências de direita e extrema-direita na condução do Estado, criando circunstâncias para sujeitos de extrema-direita baseados no discurso de ordem. É possível, pois, reconhecer algumas aproximações entre o pensamento liberal e o conservadorismo, no que diz respeito a ambos se contraporem à ideia de ameaça do coletivismo econômico e pensamento democrático.

Ambos também comportam a ideia de um pensamento fundamentado na necessidade do Estado, da religião e da ordem com outro que arroga para si o fundamento da liberdade e da razão. O conservadorismo político do liberalismo relaciona-se diretamente com sua análise da relação entre economia e política e da sua forma de compreender o papel das formas do mercado, em detrimento de todas as outras que fazem qualquer tipo de concessão à intervenção do estado na economia.

Para os liberais, a perspectiva teleológica da ação humana que leva o homem a realizar seus desejos e aspirações é racional quando pensada na esfera econômica. Por outro lado, suas escolhas políticas não seguem o mesmo princípio. Se por um lado, nas relações econômicas, o indivíduo é racional e consegue maximizar seus ganhos, na esfera política esse mesmo indivíduo escolheria seus líderes sem que a mesma racionalidade, não sendo capaz de discernir entre ideias falsas e verdadeiras, sendo considerados inaptos para a vida política.

O pensamento liberal entende, portanto, a democracia não como um sistema político inclusivo, como no contexto ocidental das democracias do século XX, XXI. Vê na vida política, o individualismo como uma soma de indivíduos, a massa, a coletividade, entendida como uma legião de homens comuns, com uma visão muito restrita da participação política, mas fundamentalmente focado na liberdade da superação econômica dos indivíduos.

Esses princípios têm servido de base teórica para o liberal-conservadorismo brasileiro, cuja atuação visa a defesa da formação de uma hegemonia liberal, se opondo a qualquer forma de coletivismo econômico, e contra o socialismo.

No Brasil, no último período essa corrente de pensamento tem sido representada por diversas fundações e institutos sem vinculação político-partidária, como o Instituto Millenium, atuado junto à sociedade no sentido de promover o liberalismo econômico, cujo objetivo é promover e garantir valores e princípios como a liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado autorregulável e limites institucionais à ação do governo. Distanciam-se da dicotomia do espectro político direita-esquerda, com ênfase nas políticas de justiça social assumindo em seu lugar a diferenciação entre democracia e ditadura enfatizando práticas de controle estatal da economia.

Assim como os liberais clássicos, se opõe radicalmente a qualquer tipo de intervenção do Estado na liberdade do mercado e do indivíduo e se vinculam ao neoliberalismo, teoria econômica fundamentado nas teorias de Milton Friedman, que surge a partir da década de 80 do Sec XX, a partir do colapso da União Soviética e tem como ícone o governo da primeira-ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher, eleita pelo Partido Conservador em 1979.

O neoliberalismo surge como um sistema adaptado a um mundo em rápido processo de globalização, se propondo ao oposto do socialismo científico: construir um mundo pautado na individualização, despreza toda espécie de movimento social e a ideia de socialização, valorizando a individualização e a participação mínima do Estado na economia.

No debate político brasileiro contemporâneo, mais precisamente, após as “jornadas de junho de 2013”, a corrente liberal-conservadora ganha relevância. Uma nova agenda política e econômica com foco em ‘Reformas do Estado’ de redução de direitos como a trabalhista, a da previdência, a fiscal e a tributária, unifica conservadores e liberais.

Tanto em relação à questão econômica como no que diz respeito à valores morais, como família, propriedade privada, direito a posse de armas, sexualidades, direito a aborto, legalização de drogas entre outros, passam a aparecer como elementos de uma estratégia política. Aparentemente a direita estaria mais compatível com essas aspirações e anticomunismo desponta com a descrença em instituições sociais, organizações da sociedade civil, organização da esfera estatal e políticas, e nas políticas públicas.

Diversos grupos, desde religiosos até setores patronais, passam a cobrar posições do Estado e requerer sua interferência em relação a essas questões e em defesa da

propriedade privada e da livre iniciativa, reivindicando as forças de um mercado livre autorregulável, sem os embargos do Estado, alegando que o liberalismo econômico reduziria a inflação, baixaria os juros, elevaria a confiança e os investimentos, gerando crescimento, emprego e oportunidades.

Assim, todo e qualquer erro na condução de políticas públicas se deve não à incapacidade do mercado de produzir uma concorrência perfeita, ou da livre iniciativa e das forças do mercado de produzirem os melhores indicadores macro ou microeconômicos, mas ao fato de haver alguma intervenção mal pensada e, por isso, malsucedida da esfera política na esfera econômica. (LEMOS, 2019)

Mais que uma guinada a direita, esse processo significa o fortalecimento, na verdade, do conservadorismo e do fascismo.

## **1.2. Expressões da Intolerância no Brasil no último período**

No Brasil atual, ao invés de cultivarmos a tolerância passamos a praticar seu oposto, levando ao extremo a polarização, através de movimentos autoritários, que se apoiam na dicotomia do “nós” contra eles. Essa polaridade binária, acaba por dividir o mundo e impor sentimentos e afetos de ódio e intolerância a tudo o que se diferencie do “nós”, elegendo-os como “o outro”, o inimigo.

Para entender o movimento de intolerância no Brasil atual seja necessário observarmos quais as expressões mais evidentes dos “nós”, ou seja, dos “estabelecidos” como chamaria Elias, o status quo, aquelas que se encontram do lado privilegiado e do centro do poder. O “nós” seria, portanto, os brancos, os homens, os heterossexuais, a direita que se opõe a quem está no polo diametralmente oposto, ou seja os negros, as mulheres, os homossexuais, a esquerda, a quem irá dirigir sua intolerância.

É verdade que nossa sociedade sempre apresentou traços dessa intolerância, mas ela era disfarçada por meio da cordialidade, imposta no convívio social. Com as redes sociais, o convívio e troca passa a se dar de modo cada vez mais fechado, entre pessoas que compartilham das mesmas ideias e traços característicos, fazendo com que esses se aprofundem e fortaleçam, reforçando estereótipos e tornando-se seletivos e excludentes.

Entre o grupo, as mensagens tomam forma cada vez mais exacerbadas e polarizadas, disseminando sentimentos de medo, fobias e ódio, incentivando a polarização. Assim, cessa-se o diálogo e seleciona-se o inimigo a partir da contraposição de características, ideias e valores, construindo-se uma narrativa de desvalorização e mesmo desumanização do outro, que se transforma em adversário e a quem se passa a endereçar mensagens violentas, fortalecendo o discurso de ódio.

E é nesse contexto, onde se busca mais a divisão e exclusão do que o consenso, onde se acentua o desrespeito e a não aceitação das diferenças, onde não se reconhece o outro, prolifera a intolerância.

Num momento em que achávamos que a democracia havia se consolidado como o melhor sistema político e como um valor fundamental – uma vez que ela tem como objetivo garantir a liberdade, a igualdade e um estado regular de direitos, a despeito de jamais consegui-lo plenamente -, temos assistido ao crescimento da intolerância social, no mundo e notadamente no Brasil. (Schwarcz, 2019)

Não queremos aqui afirmar que a intolerância é um fenômeno novo ou que surja em nossa sociedade apenas com os últimos registros, na verdade ela sempre existiu mas de maneira mais camuflada, de forma velada. O que se verifica no último período é a intensificação da intolerância e seu reconhecimento público, quase que uma exaltação desse sentimento de ódio ao outro, que até então, mantinha-se velada, tornando clara a virulência da polarização.

A democracia que o Brasil pleiteava e construía ao longo dos últimos 30 anos, vê, a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, abrir espaço para uma política deliberada de ódio polarizações, dando vazão a ressentimentos, a valores conservadores e exclusão de direitos, de modo a manter os privilégios de sempre, definindo e mantendo as diferenças, reportando a modelos autoritários e pouco propensos ao diálogo para gerir a crise política, econômica e social que assolou o país.

Não por acaso, a intolerância, como fenômeno típico da modernidade e das grandes metrópoles, ganha espaço e se intensifica. O fenômeno da intolerância está presente de modo bastante acentuado e parece ter se intensificado nos últimos anos. A intolerância, como um fenômeno típico da modernidade e das grandes metrópoles, encontra seu fundamento em antigos argumentos sociais e políticos, reelaborados em novos contextos, explicitando a ambiguidade do conceito global. Entender como os efeitos da globalização marcam a metrópole é de importância fundamental.

A cultura democrática define-se como um esforço de combinação entre unidade e diversidade, liberdade e integração. (...) É preciso cessar de opor, retoricamente, o poder da maioria aos direitos das minorias. (TOURAINÉ, 1996a, p. 29).

O Brasil vive uma escalada no número de células que exaltam os nazistas e um aumento de inquéritos que investigam o crime de apologia do nazismo na Polícia Federal. É uma explosão de denúncias de discursos que exaltam essa ideologia de ultradireita nos meios digitais. Determinados grupos passaram a adotar a linguagem da extrema direita e hastear bandeiras como a da “meritocracia”, contra as políticas de cotas para negros e de inserção de faixas de renda mais baixa nas universidades; contra as políticas de complementação de rendas as famílias pobres, contra os direitos LGBT.

Esse comportamento sinistro acompanha uma onda global de grupos de extrema direita, o que levou o secretário-geral da ONU, António Guterres, a insistir na criação de uma aliança global contra o crescimento e a proliferação do neonazismo. A iniciativa

também se posiciona contra grupos da supremacia branca que espalham discursos de ódio e os que pregam dogmas, baseados e falsas informações. “Tragicamente, depois de décadas nas sombras, os neonazistas e suas ideias agora estão ganhando popularidade”, declarou o chefe da ONU em janeiro de 2021.

O Brasil apresenta essas mesmas características de movimento de expansão de ideias nazistas. Nossa sociedade acolheu ao discurso de segurança como maior problema do país, e passou a adotá-lo como necropolítica, com parte das pessoas em defesa do porte de armas para a população; morte para bandidos; considerar desnecessária a proteção do meio ambiente e dos povos indígenas, entre outras ideias de apologia, direta ou indireta, à eliminação do inimigo. Assim, o triunfo dessa ideologia da direita mais radical, encontrou no Brasil uma democracia frágil e suas típicas instituições de mediação de conflitos (executiva, legislativa e judiciária) pouco propensas a defender a democracia.

De 2015 a maio de 2021, células neonazistas no Brasil saltaram de 75 para 530, segundo monitoramento feito pela antropóloga Adriana Dias, professora da Fiocruz, que pesquisa as atividades desses grupos no Brasil há mais de 20 anos. Segundo Dias, esses procedimentos de sociabilidade são dinamizados pela tecnologia e ambiente virtual. As relações que se estabelecem pela internet encontram possibilidade de se fortalecer e proliferar, ampliando seu alcance e atuando também fora dela.

...ainda que a rede seja utilizada pelos sites para divulgação de suas ideias, a Internet é, ainda, lócus ideal, por um paradoxo próprio à rede: o formato da rede garante anonimato, enquanto que a extensão permite alcançar milhares de pessoas ao mesmo tempo, num tempo muito menor do que o necessário por outro veículo, o que exponencializa esta forma de sociabilização. (DIAS, 2007, pag. 37)

O jogo dos algoritmos nas plataformas virtuais, como google, facebook, tweter, instagran, youtube e tic toc formam grupos homogêneos, a partir de filtros, gerando “bolhas” que só se socializam entre si e repercute casos extremados de opiniões intolerantes.

Mais do que isso, os algoritmos e o modo como são administrados pelas plataformas fomentam extremismos de todo tipo, pois a atenção do internauta diante da tela é maximizada quando os conteúdos são “chamativos”, ou extremados. O modelo de negócios das plataformas se baseia na oferta de conteúdo extremado. Como as direitas são muito mais ativas nas mídias sociais, é sobretudo a extrema-direita que se fortalece e se reproduz alimentada pelos algoritmos, o que terminou por favorecer Jair Bolsonaro, que se mostrou (junto com seus filhos) um mestre na mobilização desses recursos em seu favor e das causas de extrema-direita que defendeu durante a campanha eleitoral. (CARDOSO, 2020, pag. 29)

Pesquisa da Central de Denúncias de Crimes Cibernéticos da plataforma Safernet Brasil, de 2018, 39 mil páginas com conteúdos racistas e incitação à violência foram denunciadas por violarem os direitos humanos. A Safernet apurou também, de diferente maneira o mesmo fato ao contabilizar uma explosão no número de denúncias sobre conteúdo de apologia do nazismo nas redes sociais. Em 2015, foram 1.282 casos, e em 2020 chegou a 9.004 - um crescimento de mais de 600%. Ainda, segundo Dias,

No Brasil, crimes de ódio racial ainda são precariamente condensados em dados específicos, muitas vezes caracterizados apenas como lesão corporal, injúria ou até homicídio e não destacados como crimes de racismo, embora a Constituição Brasileira de 1988 o preveja como imprescritível e inafiançável. Ainda assim, as estatísticas dos movimentos anti-racistas apontam para o fato de que pelo menos noventa mil pessoas estejam diretamente envolvidas em grupos neonazistas (DIAS, 2007, pag. 35)

Em 2021, o site The Intercept Brasil publicou uma reportagem intitulada: “Pesquisadora encontra carta de Bolsonaro publicada em sites neonazistas em 2004”. O documento foi encontrado, por acaso, pela antropóloga e estudiosa das manifestações neonazista no Brasil, Adriana Dias. Além da carta, Dias encontrou também um banner que direcionava ao site de Bolsonaro. Segundo a antropóloga, a internet da época permitia identificar que parte significativa do tráfego da comunicação da página do então deputado federal vinha de sites neonazistas.

No Brasil, as primeiras células neonazistas ativas remontam ao início dos anos 2000. As estatísticas dos movimentos anti-racistas identificaram forte relação entre os estados sulistas e o neonazismo no Brasil, e levantou das cerca de noventa mil pessoas envolvidas em grupos neonazistas, cerca de metade estava no Estado de Santa Catarina, onde também tem sede o OValhalla, maior site neonazista brasileiro. O site alcançou a significativa marca de 200.000 visitas diárias antes de ser retirado do ar, em agosto de 2007. Mais um forte indício da relação entre o bolsonarismo e os neonazistas, é o fato que nesses estados o apoio a Bolsonaro é mais expressivo.

No Brasil, o neonazismo adquire características peculiares e é possível identificar elementos racistas complexificadores, eficazes para discutir a complexidade das sociedades complexas — por exemplo, a xenofobia (aversão a estrangeiros), aqui assume a forma de um ódio aos nordestinos. Não por acaso, é na região Nordeste do país que o bolsonarismo tem menor penetração.

Nos últimos anos, observa-se uma franca ascensão da direita ao redor do mundo todo. Nos Estados Unidos, isso se manifestou com a eleição de Donald Trump, em 2016, e no Brasil, com a de Jair Bolsonaro, dois anos depois. Para Dias, tal fenômeno está

alicerçado no ataque à credibilidade das forças progressistas ao redor mundo, sempre sob o argumento de corrupção e em parceria com fatias da imprensa e setores conservadores do Poder Judiciário e das instituições de fiscalização e controle, como promotorias e polícias judiciárias. Para alguns o neonazismo assume um movimento mais filosófico que político, enquanto outros percebem a política como essencial, indispensável “à Causa”.

Nesse cenário, ganham força teorias como o fim do casamento inter-racial como quesito para preservar e garantir a sobrevivência da raça branca, vista como em extinção, por esses grupos que fala em conspiração do “genocídio branco”; a crítica a toda forma de imigração, miscigenação, integração racial, cerceamento de espaço a minorias sociais sabidamente oprimidas, como negros, judeus e grupos LGBTQI+.

O apoio de neonazista aos novos governos como Estados Unidos e Brasil não é uma grande surpresa para muita gente, mas não podemos deixar de pensar o quanto isso significa ameaça às democracias. Há necessidade de uma mobilização para combater o nazismo, e essa mobilização, deva partir apenas não apenas dos grupos subalternizados, vítimas da intolerância que esses grupos proliferam, mas exija um esforço grande maioria da sociedade, que como um todo negativamente é afetada por essa posição política mais violenta que ameaça a todos de extinção, Segundo Dias, “uma hora ele [Bolsonaro] vai achar um motivo para destruir a todos nós”.

Dias explica que, muitas vezes, as autoridades percebem as manifestações neonazistas como algo isolado e pontual, ligado de grupos extremistas isolados. No entanto, o que se observa no mundo é que há uma onda que avança, trata-se de *“uma rede conjunta, que demanda um amplo trabalho para ser combatida”*.

Vivemos em um país que ainda não elaborou a aceitação e apreço pela diversidade que o compõe e onde ideologias neonazistas podem rapidamente proliferar. É preciso dar uma basta e propor uma mudança civilizacional capaz de organizar uma outra lógica política, econômica e social capaz de abarcar a maioria da população.

Em um país como o Brasil, a população excluída não tem como participar da política e é a primeira a recusá-la. o que se pratica hoje é o privilégio das relações pontuais e hierárquicas entre grandes atores, cuja lógica escapa a um raciocínio que faça sentido o homem comum. Hoje empregamos nossos esforços no sentido da perversidade, da eliminação do outro. Isso empobrece o debate e impede que avancemos.

Falta à política, deslocar sua centralidade para o homem e não tratá-lo como um elemento residual, porque se o homem é residual, o território, o Estado e a ideia de solidariedade social também se tornam residuais. Esse parece ser o ponto de partida para

se pensar alternativas para facilitar a vida, a felicidade do homem e a existência de todos. Falta à formulação política atual a ideia do regresso do homem como o porquê da sociedade, onde todos tenham o direito de permanecer existindo e buscando respostas às suas necessidades. Falta a política do estar junto e, por conseguinte, buscar estabelecer formas de convivência, onde haja flexibilidade.

É preciso, dirigir, ainda que, por vezes e apenas minimamente, o olhar para essas questões e reconhecer a presença do outro, de uma outra lógica, contra-hegemônica, que se manifesta no dia-a-dia, nas comunidades, nos guetos, nas margens onde habitam sujeitos que reafirmam suas diferenças e constroem coletivamente sua identidade, para quem a existência é resistência. E essas imagens são verdadeiras e simultâneas, existem como imagem da alteridade e como representação social que reflete o múltiplo, o variável, o incerto e o inesgotável. E por meio deste reflexo se torna possível a promoção de um outro mundo mais justo e igualitário.

Mas, para isso, antes de tudo, é preciso derrotar o fascismo.

## **Cap 2. Novos atores, novos contextos, velhos cenários**

Como explicitado no capítulo anteriormente, diferentes fontes de dados demonstram que embora os grupos neonazistas estejam presentes no Brasil, desde o início dos anos 2000, foi a partir do golpe parlamentar de 2016 que se viu crescer e intensificar a ação desses grupos. Tomaremos então como marco, as jornadas de junho, de 2013, entendendo que neste período, com o descrédito e desestabilização da política, abriu-se precedentes para que expressões de ódio e repúdio viesse à tona com maior veemência.

Procuraremos buscar compreender o que vem acontecendo com os processos de sociabilidade nesse novo período e como a desestabilização da política e sua negação proporcionaram um ambiente fértil para que grupos e expressões neonazistas viessem à tona, de maneira cada vez mais intensa e fosse um ator importante na condução do processo de desestabilização e queda do governo, apontando para o que viria em sua sequência: o descrédito na política, nas eleições, nas instituições democráticas e na própria democracia. Esse talvez tenha sido o momento do início da hegemonia da oposição à esquerda.

Não se trata de culpabilizar determinados atores sociais, pelos reflexos que a suas ações tiveram, ainda que involuntariamente, sobre o triste cenário que se apresenta hoje, mas sim construir um fio condutor que nos possibilite a partir desses movimentos tentar entender, em que momento, algo saiu do controle democrático e abriu-se a brecha para questionar a própria democracia.

### **2.1. Manifestações pré-golpe 2016: Das jornadas de junho ao golpe de 2016**

É evidente que o golpe de 2016 não foi uma “tempestade em céu azul”. Ao chegar ao governo em outubro de 2010, após recorde de satisfação com o governo anterior e base parlamentar maior que a de Lula, seu antecessor, Dilma Rousseff começa a perder apoio parlamentar já na metade de seu primeiro mandato, principalmente após as jornadas de junho, quando passa a perder também o apoio popular.

As manifestações, nascem de uma reivindicação legítima de redução do aumento da passagem. Sem lideranças, os manifestantes atuam horizontalmente, se multiplicam e ganham uma nova dimensão, reivindicando mais e melhores serviços públicos e questionando os gastos da copa, com dizeres como “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro para a saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante

acordou”, entre outros. Rejeitam o apoio de movimentos organizados tradicionais e partidos políticos e questionam a legitimidade das instituições políticas e democráticas. Durante um mês, manifestações diárias levaram milhares de pessoas às ruas.

A mídia e a oposição, oportunistas, redirecionam o foco das manifestações para o governo federal que, sob a mira do Judiciário, com o desenrolar da operação Lava Jato. Iniciadas pela esquerda e incorporadas, pelo centro e direita, as manifestações voltam-se contra o governo, exclusivamente contra o PT e passa a incorporar discursos antipetistas raivosos, com palavras de ordem como, “Fora Dilma! Fora PT!” e encerra a lua-de-mel da população com o governo Dilma e governos petistas, que perdem drasticamente o apoio popular.

No dia 02 de junho, a prefeitura e o Estado de São Paulo aumentam a tarifa do transporte público passando de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Um movimento contra o aumento do preço do transporte se transforma em uma onda de protestos que surpreende o país. O MPL (Movimento Passe Livre) convoca por internet o primeiro ato contra o aumento da tarifa, para o dia 06 de junho, partindo do Teatro Municipal, no centro de São Paulo, as 18hs. Uma hora depois a passeata toma a Av. 23 de Maio, e o batalhão de Choque da Polícia Militar, para tentar contê-la, investe contra os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Após horas de repressão policial, há 15 manifestantes detidos e pelo menos 8 feridos. (JUDENSNEIDER, et al, 2013)

A cobertura dada pela grande mídia desqualifica o ato, acusando os manifestantes de vandalismo e vinculação a partidos ou associações políticas radicais. O MPL se defende das acusações, atribuindo a violência à polícia e as depredações a uma reação à repressão policial e convoca novo ato em São Paulo, para o dia seguinte, 07 de junho, no Largo da Batata, em Pinheiros.

A manifestação reúne cerca de 5 mil pessoas e a polícia militar novamente ataca com bombas e gás lacrimogênio, para impedir que os manifestantes bloqueiem a Marginal Pinheiros. Um grupo de Black Blocs reage à ação da polícia, o comércio fecha e o trânsito paralisa. A grande imprensa, mantém a crítica ao movimento e pede maior rigor da polícia:

Agora mesmo o prefeito Fernando Haddad, em vez de condenar o vandalismo promovido pelo Movimento Passe Livre, se apressou a informar que está aberto ao diálogo. Vai discutir com esse bando de vândalos a tarifa zero? (OESP – Opinião – Puro vandalismo, 08 junho 2013, in JUDENSNEIDER, et al, 2013)

A prefeitura chama para o diálogo, mas, assim como o governo, se mantém irreduzível à diminuição da tarifa. O MPL por sua vez, está aberto ao diálogo, mas em torno da pauta única de redução da tarifa. A Juventude do PT adere às reivindicações em chamada para o próximo ato, agendado para 11 de junho, na Pça do Ciclista, Av. Paulista, em São Paulo. Outras cidades que aderem ao protesto como Goiânia, Natal e Porto Alegre conseguem vitória parcial com suspensão temporária do aumento.

A terceira manifestação, no dia 11 de junho reúne mais de 15 mil pessoas e segue da Av. Paulista ao Pq. D. Pedro, sob forte repressão: 20 pessoas são presas, 2 atropeladas e a sede do PT, em São Paulo, é depredada. Parte dos manifestantes repudia a associação do manifesto aos partidos políticos e começa a difundir a ideia “sem bandeiras” e “sem partido” nas manifestações. O arrefecimento dos vínculos a partidos, traz desdobramentos e impactos sobre os regimes democráticos. A ideia de um desengajamento político toma força nas manifestações e já aponta para o questionamento à obrigatoriedade do voto ou mesmo a validade do voto.

Confrontos entre polícia e manifestantes proliferam. Governo e prefeitura se mantêm intransigentes na negociação de redução. A sociedade, dividida, em parte apoia os manifestantes e considera justas suas reivindicações, aderindo ao movimento, outra, incentivada pela grande mídia, repudia as reações de depredação dos manifestantes aos ataques da polícia. Arnaldo Jabor, jornalista da Globo, criminaliza o movimento, alegando que estão “vandalizando” e as manifestações são fruto de ignorância política, burrice e ausência de causas para lutar, incentivando a incluir entre as pautas a luta contra a PEC 37, que retira o poder de investigação criminal dos Ministérios Público, restringindo-o exclusivamente às polícias federal e civis, a ser votada na Câmara dos Deputados no dia 26 de junho.

A polícia militar, atendendo à solicitação da imprensa de atuação mais rigorosa, reforça a equipe com o Batalhão de Choque e promove uma verdadeira operação militar para a manifestação do dia 13 de junho, marcada para as 17hs, em frente ao Teatro Municipal. Antes do ato 40 manifestantes são detidos por porte de vinagre e o 4º ato começa, sob clima de grande tensão, com mais de 20 mil participantes. Na Rua da Consolação na altura da Rua Maria Antônia, palco de protestos contra a ditadura nos anos 60, o Batalhão de Choque bloqueia a manifestação e, não atendendo aos apelos dos manifestantes, avança contra os manifestantes, atirando balas de borracha, bombas de concussão e gás lacrimogêneo, atingindo também transeuntes e profissionais da imprensa.

O local se transforma em uma praça de guerra, com mais de 200 detidos, 60 por porte de vinagre e pelo menos 100 pessoas feridas, inclusive 7 jornalistas, uma delas da Folha, a repórter Giuliana Vallone, atingida no olho por uma bala de borracha. O ataque mobiliza uma campanha contra a violência policial e obriga a imprensa a mudar sua abordagem na cobertura das manifestações e reconhecer o excesso da polícia. A reivindicação, que a princípio era pela redução da tarifa, ganha novos contornos e traz novas pautas para a rua, dando ênfase ao direito de se manifestar.

Diante de inúmeros relatos e vídeos que evidenciam a forte repressão policial ocorrida nessa noite, as declarações feitas nas redes sociais começam a deslocar o eixo temático das manifestações da questão da tarifa para o direito de se manifestar. (JUDENSNEIDER, et al, 2013)

O excesso de força arbitrária da polícia militar, reforça a opinião pública enquanto favorável às manifestações, inverte a abordagem da mídia e agrega novos manifestantes. A prefeitura convoca o Conselho da Cidade e também o MPL para discutir o transporte público. O Secretário de Segurança Pública e o líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes mantém a defesa da conduta da PM paulista, assim como o governador Alckmin que acusa os manifestantes de depredação dos ônibus e tenta desviar o foco da manifestação da tarifa de transporte para pauta secundária, do dinheiro público para a Copa.

Quanto à opinião pública, pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha no dia 13 de junho, revela que 73% dos paulistanos utilizam o ônibus como principal meio de transporte e 39% o metrô. Para 55% dos que utilizam transporte público o serviço é ruim ou péssimo. A pesquisa também apurou que 75% dos entrevistados consideram as tarifas do transporte público “muito caras” ou “caras” e 67% consideraram o reajuste elevado. A maioria dos entrevistados (55%) era a favor dos protestos e 40% contra a conduta policial. Matéria do O Globo, de agosto de 2010, já havia aferido que 37 milhões de pessoas não tem dinheiro para pagar a passagem regularmente.

A semana seguinte abre com nova série de 4 protestos, entre os dias 17 e 20 de junho. Convocadas pela internet, tomam um volume inédito e paralisam as principais vias públicas, simultaneamente, em dezenas de cidades do país. O movimento se nacionaliza e surpreende os poderes públicos e a mídia. Fora do país, 27 cidades marcam protestos de apoio às manifestações brasileiras para a mesma data, 17 de junho.

A imprensa que até então desqualificava o movimento, alegando não ter representatividade, defesa de pauta absurda – a tarifa zero e atuação violenta, passa a

tratar o movimento como parte de uma crise maior, alegando que por trás do preço das passagens existem outras insatisfações e começa a forçar novas pautas:

Isso é por nossos direitos! Não é pelos 20 centavos. É pela ditadura e democracia inexistentes, repressão e opressão, correntes e prisões sem muros, a roubalheira do governo, pela falta de atenção e prioridade da saúde e educação, pela violência. Nós somos brasileiros e não fugimos à luta. (JUDENSNEIDER, et al, 2013).

Se, por um lado, a indignação com a repressão abusiva da polícia atrai um número cada vez maior de pessoas e amplia a dimensão dos protestos, por outro, também mudar o foco, trazendo como pauta o direito de se manifestar além de outra série de demandas dispersas, também evoca a manifestações contrárias como a demanda pelo direito de ir e vir, reivindicado pelos manifestes, contra a polícia e pelos cidadãos comuns, que se viam impossibilitados de voltar para casa, devido aos longos bloqueios no transito, contra os manifestantes.

A mídia cumpre o papel de dirigir o foco para o governo federal, reivindicando mais e melhores serviços públicos. A revista de domingo da Folha publica matéria sobre as manifestações, ilustrada por um jovem pichando um muro com uma jaqueta com o símbolo do PT riscado por um X, em uma imagem simbólica que demonstra que há uma crise de representação partidária, resultado de um distanciamento crônico e histórico entre a sociedade e seus representantes.

A desqualificação dos partidos abre o precedente para a ascensão de líderes carismáticos, cria problema para a democracia e a sociedade não se beneficia com esse tipo de liderança e que, precisa, na prática, de uma participação política mais qualificada.

O slogan divulgado pelo MPL “Não é por vinte centavos. É por direitos”, em referência ao direito de transporte e mobilidade urbana, é desfocado pela mídia a favor de outros direitos sociais.

Na sexta, a segunda publicação mais compartilhada também aponta para a dispersão da pauta. Trata-se de uma imagem que mostra um o rosto coberto segurando um cartaz que diz  
Copa FIFA = 33 bilhões  
Olimpíadas = 26 bilhões  
Corrupção = 50 bilhões  
Salário Min.= 678 reais  
E você ainda acha que é por 20 centavos??? (JUDENSNEIDER, et al, 2013).

A mudança de abordagem da imprensa é clara, tanto no tratamento aos manifestantes, antes vândalos, agora legitimados, como na tentativa de introdução de

novas pautas, não presentes de maneira expressiva. No dia 17, pela manhã, Arnaldo Jabor se retrata, com pedido de desculpas ao MPL por tê-lo tratado como inconsequente, no entanto, reforça a integração de outras pautas, como a corrupção; a ameaça da PEC 37, alertando que poderia reverter punições ao mensalão; a compra de Pasadena; volta da inflação, entre outras, sempre dirigindo o foco para o governo federal.

Frente ao apoio da mídia às manifestações e potencial ampliação do protesto do dia 17, o Secretário de Segurança Pública do estado, retira o Batalhão de Choque e convida o MPL a negociar o trajeto para ordenar o trânsito. O MPL não negocia a definição do trajeto, como também não negocia sair das ruas sem que a prefeitura revogue o aumento do preço das passagens. O ex-presidente Lula se declara a favor das manifestações e diz que confia na capacidade de negociação do prefeito, Fernando Haddad. Fernando Henrique também se pronuncia justificando o movimento e afirmando que as razões que levam a esses acontecimentos “*se encontram na carestia, na má qualidade dos serviços públicos, na corrupção, no desencantamento da juventude frente ao futuro*” (JUDENSNAIDER, 2013)

As 17 horas, horário marcado para o início da manifestação, mais de 215 mil pessoas se reúnem no largo da Batata e um grupo segue pela Avenida Rebouças e Marginal Pinheiros e outro pela Avenida Faria Lima e Juscelino Kubitscheck, com objetivo de se encontrarem na ponte estaiada. Além da enorme manifestação em São Paulo, acontecem também em mais de 30 cidades brasileiras e 13 capitais, levando as ruas mais de 200 mil pessoas, com uma multiplicidade de demandas que passa pelo direito de manifestação, melhoria dos serviços públicos como saúde e educação, denúncia de gastos com eventos esportivos e corrupção.

## **2.2. As manifestações nas ruas em SP e os novos atores**

A partir desta data as manifestações ganham ar nacionalista, com entoação do hino nacional, bandeiras do Brasil, caras pintadas de verde e amarelo. Com grande apoio da mídia, sem violência e sem a presença ostensiva da polícia, o espírito é de euforia. Além de chamar a atenção pelo volume de pessoas que mobiliza, se destaca também pela dispersão das pautas, com demandas que misturam tarifas, investimento em saúde e educação, contra a PEC 37, contra os gastos com a Copa, etc. torna o risco de descaracterizar o movimento efetivo. Muda também a cobertura dada pela imprensa, se referindo a “caminhada” como “movimento pacífico” de uma “multidão”. Ao final, alguns manifestantes tentam derrubar os portões e invadir o palácio do governo.

Militantes do MPL frisam que estão colocando gente na rua contra o aumento das tarifas e, enquanto movimento social, não cabe a eles apontar a solução para o problema do orçamento dos transportes, mas trazer a demanda, a pressão popular, os próximos passos cabem ao Estado e é a revogação do aumento, avisam que se o governo não baixar irão continuar nas ruas.

A cobertura do dia seguinte, evidencia a proliferação de pautas, o caráter pacífico e em vez do grupo de preto dos black blocs, ganha destaque o verde e amarelo, com muitos manifestantes com a camiseta do Brasil. A Folha de S. Paulo ilustra a matéria de capa com cartazes com os dizeres “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = pilantragem e traição” e “Fora Alckmin” Ao longo das matérias, a tarifa fica em segundo plano (JUDENSNAIDER, 2013).

Se por influência da abordagem da mídia ou pela ampla variação de público, a pesquisa Datafolha realizada em 17 de junho de 2013 entre participantes da manifestação no Largo da Batata, revela que 56% deles foram às ruas protestar contra o aumento da tarifa do transporte público; mas 40% dizem ter ido para reclamar da corrupção; 31%, contra a repressão/violência policial; 27% por um transporte público de melhor qualidade e 24% contra os políticos. O perfil dos manifestantes traçada pelo Datafolha mostra que, estavam reunidos principalmente homens (63%), pessoas com até 25 anos (53%) e o nível superior de ensino, completo ou incompleto (77%) lidera.

A repercussão do movimento atinge níveis internacionais. Importantes veículos como New York Times, Le Monde, El País, The Guardian e BBC noticiam os protestos que acontecem no Brasil em junho de 2013.

Na manhã do dia 18, integrantes do MPL e o prefeito participam de reunião no conselho da cidade, cujos participantes demonstram apoio ao MPL. O prefeito deixa a reunião considerando revogar o aumento. No mesmo dia, 7 prefeituras anunciam voltar atrás no aumento da tarifa: Cuiabá, João Pessoa, Montes Claros, Foz do Iguaçu, Porto Alegre e Recife.

Somente na tarde do dia 18 de junho, a presidente Dilma se pronuncia sobre os protestos pela primeira vez. Em seu discurso refere-se ao orgulho de ser brasileiro demonstrado pelos jovens e ao caráter pacífico do ato. Afirma que *“Essas vozes das ruas precisam ser ouvidas”* e que seu *“governo está ouvindo essas vozes pela mudança... está empenhado e comprometido com a transformação social.* Pouco mais tarde, o presidenciável pela oposição Aécio Neves, também se pronuncia, se contrapondo e responsabilizando o governo: *“Mas o que fica disso tudo é uma clareza maior em relação às dificuldades que o Brasil vive, no custo de vida com o retorno da inflação, na educação de baixíssima qualidade, no transporte público que não avançou absolutamente nada nos últimos anos, na saúde trágica...”*

Ainda nessa mesma tarde, diversos vereadores se pronunciam na Câmara Municipal de São Paulo. Entre eles, sobressai o discurso do vereador Toninho Vespoli do PSol, que denuncia a contradição e mudança de postura da casa e da mídia, que anteriormente criticavam os manifestantes e pediam rigor da polícia; e o do vereador Natalini, do PV, que anuncia *“O povo quer uma nova política. Na internet tem um abaixo assinado que já está com 250 mil assinaturas, pedindo impeachment da Dilma. A cada dois segundos alguém assina. (...)”*. Paralelo a isso o prefeito Haddad se reúne com Dilma, Rui Falcão e o ministro Aloízio Mercadante e pouco mais tarde com Lula, para responder à crise.

No fim do dia 18, tem início o 6º ato, já dividido na Praça da Sé, com direcionamento do MPL para a Avenida do Estado, mas com a maior parte se dirigindo à Prefeitura Municipal, no Viaduto do Chá, onde alguns manifestantes tentam invadir o prédio. A situação foge do controle, edifícios são depredados, lojas saqueadas, carros incendiados. O MPL não consegue conter, a guarda civil fica acuada e a polícia militar não aparece. A ausência da polícia é proposital, motivada pelas críticas que recebera na ação da semana anterior nos protestos

A cobertura feita pela Rede Globo dos acontecimentos diferencia os manifestantes, entre pacíficos e vândalos e aponta as diversas pautas, focando principalmente em críticas ao governo, taxas, juros, impostos, corrupção, desviando completamente da pauta exclusiva do MPL, o aumento do transporte. Identifica-se divergências entre os manifestantes no espectro político, uns mais à esquerda, outros mais à direita, mas ainda tendo em comum a defesa do direito à liberdade de expressão e de se manifestar. Já a partir daí, a mídia passa a diferenciar e dividir a tela com imagens de manifestações de um lado, verde e amarela, e de outro, vermelha.

A nova estética foi extremamente importante. A camisa da seleção brasileira e a bandeira nacional se tornaram os símbolos que ninguém mais conseguiu retirar ou sequer disputar com essa fração de classe. É uma camisa que passa a mensagem mais importante: “Não somos de nenhum “time”, como não somos de nenhum partido. Nosso time é a seleção, e nós torcemos pelo Brasil”. O ufanismo do país indiviso que não tolera a diversidade e ao mesmo tempo se põem como único representante da nação, um protofascismo óbvio, não só não foi criticado pela mídia foi ao contrário louvado e estimulado. O Jornal Nacional sugeria em suas coberturas que os “amarelinhos”, quando iam às ruas, reagiam espontaneamente, enquanto os “vermelhos” eram militantes profissionais sectários. (SOUZA, 2016, pag. 100,101)

Esse ato, marca também a hostilidade e violência contra os partidos de esquerda, tradicionalmente ligados aos movimentos sociais. Juventude do PT, integrantes da CUT, do MST e da PSol são banidos das ruas: “Abaixo as bandeiras!” “Sem bandeiras, sem partido!” transformam-se em palavras de ordem. A perda de vínculo entre manifestantes e eleitores e partidos têm apresentado como um dos principais problemas o antipartidarismo extremo, que consiste na ideia de que nenhum partido existente é capaz de representar a maneira de pensar do eleitor. Causa uma indiferença ou ainda do desencanto deste em relação à política e, em consequência, uma rejeição generalizada e radical aos partidos e à política como um todo. As consequências imediatas dessa postura de desencanto e rejeição da política, e a quebra do diálogo, que abre espaço para grupos extremistas.

A extrema direita, pela primeira vez se apresenta nas manifestações de maneira organizada, incita a população contra o governo, contra o PT, unipartidário e anticomunista, induzindo a uma onda nacionalista – fascista. A última vez que os partidos políticos foram banidos das ruas foi no golpe militar de 64. A ausência de lideranças ou vozes unificadoras e a despolitização do protesto abre espaços para grupos oportunistas, que converge toda a crítica das pautas contra o governo federal e o PT, há dez anos no poder.

No dia seguinte, 19 de junho, 5 cidades anunciam a redução da tarifa: Cuiabá, Recife, João Pessoa, Caxias do Sul e Porto Alegre. Em São Paulo, o prefeito em reunião com o Conselho da Cidade e setores do PT argumentam a favor da revogação do aumento, mas o prefeito insiste publicamente que não há espaço no orçamento para isso, enquanto o governo do Estado se nega a dialogar e não se manifesta.

Na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa a discussão gira em torno da falta de ação da polícia, da ordem do governo estadual para não agirem, em resposta às críticas da semana anterior e o caos que se estabeleceu na cidade em razão dessa decisão.

No meio da tarde a prefeitura do Rio de Janeiro revoga a tarifa. Haddad e Alckmin reúnem-se no Palácio do Governo para discutir a questão. Alckmin ainda resiste, mas Haddad renuncia ao reajuste e decidem anunciar a revogação do aumento da passagem. Após a revogação do aumento em São Paulo, dezenas de cidades tomaram a mesma atitude. O MPL foi chamado para dialogar com a presidente e o governo propôs um pacto pela mobilidade urbana.

No dia 20, um dia após os anúncios de revogação de aumento de tarifa de transporte coletivo em várias cidades do país, ocorreu a maior mobilização popular desde o início das ondas de protestos. Mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas em centenas de cidades do Brasil para comemorar a vitória, nas cidades em que isso ocorreu, ou para incentivar e apoiar a luta nas demais. Os protestos ocorreram em mais de 300 cidades, de todas as regiões do país, incluindo 22 capitais.

Em Brasília a situação foi tensa, com os manifestantes tentando invadir o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto. O choque foi acionado e mais de 130 pessoas saíram feridas. As pautas dos manifestantes foram as mais diversificadas, incluindo o uso de dinheiro público em obras da Copa do Mundo, melhorias nas áreas de saúde, educação e segurança, combate à corrupção, a PEC 37, ao Programa Mais Médicos, entre outras insatisfações generalizadas contra os governantes.

As manifestações trouxeram também um certo repúdio aos partidos e à ordem e instituições políticas. Segundo André Singer *“Um pouco daquele “que se vayan todos” argentino de 2001 apareceu no ambiente. A depredação de edifícios públicos (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Congresso Nacional, Itamaraty), pareceu ser expressão de um clima de repúdio aos políticos em conjunto”*. (2013).

O crescimento da onda de protestos levou a presidente Dilma Rousseff a convocar uma reunião de emergência.

A reação governamental tentou canalizar as manifestações para tirar da imobilidade diversos projetos de interesse popular que se encontravam parados no Congresso por conta do perfil conservador das 2 casas. No dia 24 de junho o governo propôs uma reforma política para combater a corrupção e 5 pactos: transporte público, reforma política, corrupção como crime hediondo, médicos estrangeiros e a distinção destinação de 100% do pré-sal para a educação. A resposta foi inteligente mais tardia e pouco efetiva Ela não só teve reação por parte do Congresso como esbarrou no desinteresse da mídia, que experimentava o auge de seu poder de pautar a agenda política relevante. O Jornal Nacional continuava neste mesmo dia martelando a PEC 37 na Esperança que se revelaria um verdadeiro “filão de ouro” para a estratégia golpista mais tarde de cooptar o alinhamento do aparelho jurídico-policial, com o adjetivo de deslegitimar o governo federal. (SOUZA, 2016, pag. 94)

O governo menosprezou a densidade dos fatos e não previu a gravidade do momento. Estava aberta a oportunidade para a oposição lançar-se como contraponto ao governo, endossando tudo o que a população reivindicava.

No entanto, essa camada da população que reivindicava nas ruas, não necessariamente representava o conjunto total da população. Pesquisa realizada pelo IBOPE em 20 de junho nas capitais São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília e Salvador revela que quase a totalidade dos que foram as ruas (92%) tem ensino médio ou superior (43% superior), na pesquisa Datafolha, realizada em 18 de junho na capital paulista, 69% declararam ter ensino médio ou superior.

Metade (49%) declarou ao IBOPE renda acima de 10 salários-mínimos, 22% declararam essa mesma faixa ao Datafolha. Essas informações revelam que nas manifestações houve preponderância do segmento mais elitizado do ponto de vista socioeconômico, composto por pessoas com renda familiar acima de cinco salários-mínimos, perante dois terços da população brasileira com renda familiar inferior a 5 salários-mínimos. Nas manifestações realizadas em São Paulo, os participantes tinham, preponderantemente, formação superior, enquanto na capital paulista, 12% possuem essa formação escolar essa formação escolar.

Assim, as manifestações foram um fenômeno abrangente, mas não coletivo. Quem estava nas ruas, como demonstram as pesquisas, era um fragmento, a menor parcela da sociedade formada pelos mais privilegiados do ponto de vista de sócio econômico, tanto em termos de renda como de escolaridade. Embora volumosas, as manifestações, foram compostas por uma maioria de pessoas que não representavam o conjunto da população

brasileira, muito embora o apoio às manifestações tenha sido majoritário, como indica pesquisa do Datafolha, realizada em 18 de junho, com 77% dos paulistanos favoráveis às manifestações, independente do estrato econômico.

Apesar das crises políticas internas ao governo, a popularidade do mesmo se manteve alta, em patamares superiores a 50% de avaliação positiva, desde o 2º governo Lula e mantidos no 1º mandato da presidente Dilma, até junho de 2013, quando a avaliação positiva do governo sofre queda de mais de 20 pontos percentuais (Pesquisa Datafolha realizada em 06 e 07 de jun./13, detecta 57% avaliação positiva do governo, 33% regular e 9% negativa, na pesquisa seguinte realizada pelo mesmo instituto, em 27 e 28 de jun./13, a avaliação positiva cai a 30%, a regular via para 43% e a negativa 25%).

A pesquisa do Ibope de 20-01 também revelou que as instituições nas quais os brasileiros menos confiam são partidos políticos (25% de confiança) e o Congresso nacional (29%). Pesquisa Datafolha mediu o prestígio das instituições brasileiras e levantou resultado semelhante, 44% consideram que Partidos políticos não tem nenhum prestígio e 41% acham o mesmo do Congresso Nacional, liderando o ranking de instituições de menor prestígio

Houve desvio de pauta. A pesquisa Datafolha de 20 de junho, também na capital paulista, entre participantes da manifestação, revela que 50% dos manifestantes dessa manifestação foram às ruas reclamar da corrupção; protestaram contra o aumento da tarifa de ônibus 32%; reclamaram dos políticos 27%; clamaram por um transporte público de melhor qualidade 19%, e 16% manifestaram-se contra a aprovação da PEC 37<sup>6</sup>. Na pesquisa IBOPE de 20 de junho, 65% foram as manifestações reclamar do ambiente político, 54% dos transportes públicos e ainda 31% contra os gastos da copa.

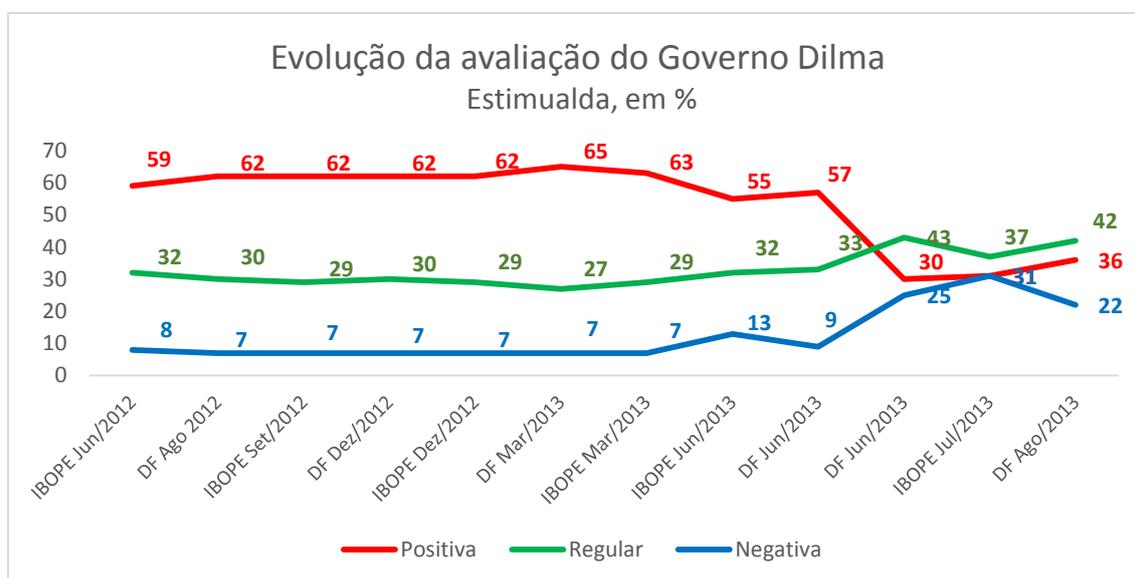
A partir dessa data a popularidade do governo nunca mais retomou os patamares anteriores: As críticas que se voltaram para o governo e rapidamente derrubam a popularidade do governo Dilma em mais de 20 pontos percentuais. A popularidade do governo, que se mantivera alta, em patamares superiores a 50% de avaliação positiva, desde o 2º governo Lula até junho de 2013, cai para 30% de avaliação positiva, 43% de regular e a avaliação negativa chega a 25%. A partir dessa data nunca mais retoma os

---

<sup>6</sup> Proposta de Emenda Constitucional que tinha como objetivo retirar o poder de investigação do Ministério Público, e deixar tal função restrita às Polícias

patamares anteriores. Níveis de satisfação e empatia com o Partido dos Trabalhadores e com o governo também sofrem uma profunda mudança.

### EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA <sup>7</sup>



P25. Falando agora do Governo Federal, a presidenta Dilma completou 1 ano e 7 meses de mandato. Na sua opinião, o governo Dilma está sendo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

Ao mesmo tempo que reivindicavam pautas de esquerda, cobravam as mesmas de governos, eleitos com o apoio da esquerda e a partir de programas progressistas. O caso de São Paulo é emblemático, a princípio acusado de conivente com o movimento, o governo municipal de São Paulo, na figura do prefeito Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores se vê como alvo da crítica:

“Para não ficar mal com os movimentos sociais, por razões políticas, as autoridades têm tolerado os seus desmandos. Agora mesmo, o prefeito Fernando Haddad, em vez de condenar o vandalismo promovido pelo Movimento Passe Livre, se apressou a informar que está aberto ao diálogo. Vai discutir com esse bando de vândalos a tarifa zero? (JUDENSNAIDER, et al, 2013).

Por outro lado, o movimento diz ser “independente e apartidário” apesar de não ser contra partidos. Questionam os argumentos do governo municipal para o aumento das tarifas, que se fundamentam no fato de a população de São Paulo ter sido privilegiada com o aumento baixo e tardio da tarifa, com índice abaixo da inflação e acusando a demanda do movimento como uma reivindicação despropositada. Com

<sup>7</sup> Elaboração própria a partir de Pesquisas IBOPE e Datafolha publicadas no período.

isso o governo do município de São Paulo fica isolado, na opinião pública, associados pelos não manifestantes à convivência com as “arruaças” dos protestos:

Estou há duas horas tentando voltar para casa, mas tem um bando de bugios revoltados parando a Avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros. (...) Petistas de merda. Filhos da puta. Vão fazer protesto na puta que os pariu... que saudade da época em que esse tipo de coisa era resolvido com borrachada nas costas dos merdas... (JUDENSNAIDER, et al, 2013, grifo meu).

Pelo Movimento Passe Livre e protestantes em geral, o governo petista de Fernando Haddad é associado ao “status quo”. As críticas que a princípio se dirigiam especificamente a questão da tarifa do transporte público, ganham maior envergadura e passam rapidamente às más condições dos serviços públicos como um todo, a se dirigir ao governo federal, também do mesmo partido, o PT.

Assim, as manifestações começaram a se dividir, com clara identificação de dois públicos relativamente equivalentes, um formado pelos setores da classe média, com alta escolaridade e renda e outro formado por trabalhadores desqualificados ou de baixa qualificação profissional e baixa renda e ambos predominantemente jovens.

Pode-se notar em as manifestações iniciadas em junho de 2013, causadas em um primeiro momento por um movimento contrário ao aumento das tarifas do transporte público, iniciada por um setor da classe média e convocadas por internet, tomaram um volume inédito, envolvendo milhões de pessoas que paralisaram as principais vias públicas das maiores cidades do país para reivindicar a redução da tarifa dos transportes, por mais e melhores serviços públicos, transforma-se em uma onda para a derrubada do governo, atraindo principalmente a classe média, que passa a criminalizar a política e o PT.

A verdadeira novidade das “jornadas de junho” foi a reconstrução repaginada e turbinada - uma espécie de versão 2.0 - de um ator político velho e bem conhecido da história Brasileira: a fração da classe média moralista e conservadora, que sempre desprezou e odiou os pobres, representantes da maioria da população brasileira. (SOUZA, 2016, pag. 100)

A profunda mudança na popularidade, nível de satisfação e empatia com o Partido dos Trabalhadores deflagrou o início de uma onda apartidária que culminou com 1). Uma queda considerável na preferência partidária pelo PT; 2) um aumento significativo nos índices de rejeição ao PT; 3) a proliferação de um alto grau de antipatia, rejeição, intolerância ao PT, petismo, petistas

Embora não suficiente para derrotar o partido nas eleições seguintes ao governo federal, de 2014, pouco após o início do 2º mandato da presidente Dilma Rousseff, 4º consecutivo do PT, observa-se o arrefecimento das forças contrárias as ideias de esquerdas e a acentuação de cobranças ao governo federal. Manifestações contra o governo tomam as ruas, com forte expressão de raiva e intolerância às ideias de esquerda em geral e em especial não só ao governo petista, mas à militância do partido e seus apoiadores.

### **2.3 Avanço dos movimentos de direita (MBL, Patriotas, Muda Brasil, Vem pra Rua, etc)**

As jornadas de junho trouxeram novos atores e novas demandas. Do perfil socioeconômico que vai às ruas contra o preço das passagens, derivam movimentos alinhados ao pensamento liberal, meritocrático e conservador, que dão origem ao MBL - Movimento Brasil Livre, que pega carona na sigla do Movimento Passe Livre, confundindo os manifestantes, mas nada têm em comum; o movimento Vem pra Rua, o Revoltados on line, o Nas ruas, entre outros, que tomaram as ruas pedindo o impeachment de Dilma, dois anos depois.

A força da mídia também aparece durante o processo, como um importante ator, disposto a conduzir a opinião pública e propor as pautas de seu interesse nas manifestações.

Há intérpretes que colocam nesse período o momento inicial do processo de derrubada da presidente e na tomada das pautas de esquerda pela direita, transformando-as em pautas difusas, dirigidas ao governo, ao PT e à presidente como o início do golpe. Um golpe que não se deu apenas contra a presidente, mas contra as esquerdas, que não souberam como reagir a essa tomada das ruas.

... na verdade, quem até agora ganhou e colheu frutos com a “primavera brasileira” foram as forças mais conservadoras do país. Como isto se explica? Como tantos se deixam enganar?

Para esclarecer este ponto central temos que analisar o que quase nunca chama a atenção de ninguém: a “sociedade” brasileira e seus conflitos de classe essenciais." (“Ralé, batalhadores e classe média ... - Diálogos Essenciais”) É certo que, no início das manifestações em São Paulo e em outras capitais do Brasil, o tema da mobilidade urbana associado às demandas de melhor educação e saúde, sob a pressão de estudantes tanto da classe média quanto da periferia das capitais, dominou a pauta de reivindicações. É certo também que as manifestações se irradiaram, de modo tópico e passageiro, para favelas e para a periferia não estudantil. Nos primeiros dias, uma aliança entre estudantes e “batalhadores” da classe trabalhadora precária, que tratamos mais acima neste texto, foi a grande responsável por uma pauta de reivindicações em consonância com os interesses das classes populares.

No entanto, o dia 19 de junho – fato comprovado pelas pesquisas do Ibope feitas com os manifestantes em dimensão nacional<sup>29</sup> – foi um ponto de inflexão fundamental que ajuda a esclarecer a força narrativa e institucional do pacto conservador brasileiro contemporâneo. Foi a partir deste dia que as manifestações se tornaram massificadas e ganharam todo o apoio da mídia nacional, assumindo a “classe média verdadeira” – os 20% mais escolarizados e de maior renda, segundo a pesquisa – de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento. (SOUZA, J., 2014)

Não vamos aqui divergir dessa análise, mas tão pouco adotá-la como única resposta. O que não convém é deslegitimar os protestos ou encará-los unicamente como atuação golpista. A ausência de orientação política do movimento permitiu essa guinada. A insatisfação geral e pluralidade de demandas estavam latentes na sociedade, caso contrário não encontrariam eco nas ruas. As possibilidades estavam abertas e a promessa de ouvir a voz das ruas não foi cumprida. As respostas do governo (ou ausência delas) aos apelos das ruas foram efêmeras.

Até o momento, não é possível precisar, a partir de quando as tendências de centro e direita pegaram carona nas reivindicações e pautas de esquerda deflagradas nas jornadas de junho e redirecionaram o foco. Na manifestação do dia 20 de junho, na Avenida Paulista, se observa claramente a expulsão simbólica da esquerda partidária, talvez por grupos de direita, sob o lema “sem partido”.

O fato é que, a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem, a partir daí um viés oposicionista que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais. (SINGER, 2013).

O fato é que o momento evidenciou o conflito de classes sociais, ou de frações de classes, estimulado pelas políticas distributivas do governo, que deflagraram o processo, conforme Boito:

O que temos aqui é um conflito distributivo, pela apropriação da riqueza, e ele envolve diversas classes e frações. Os conflitos são, portanto, variados e complexos, não exclui o surgimento de alianças, configurando sucessivas mutações no quadro político, e são justamente essa variedade, complexidade e mutações que podem explicar o fundamental da variedade e complexidade dos enfrentamentos que observamos no conjunto do processo. Os conflitos entre partidos e mesmo os conflitos no interior do Estado, embora possuam as suas especificidades, devem ser reportados aos conflitos de classe. (BOITO JR, A., 2016)

### **2.3.a. Manifestações pré-golpe 2016:**

Corroborando com a hipótese de que as manifestações contra o governo foram protagonizadas por um conflito de classes, dando um salto no tempo, para acompanhar a evolução do perfil de quem foi às ruas pedir impeachment da ex-presidente Dilma e “Fora PT”, e quem foi a favor da democracia e continuidade do governo Dilma, assim como em março de 2015, a Fundação Perseu Abramo, realizou pesquisas nos atos realizados na

Avenida Paulista, em São Paulo, nos dias 13 e 18 de março de 2016, com o objetivo de mapear o perfil e opiniões dos manifestantes, comparando-as entre si e com as de 2015.

A pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo mostra que o perfil de quem foi às ruas se manifestar tanto no dia 13 defendendo o impeachment, como no dia 18, em defesa da democracia é predominantemente elitizado e acima da média quanto a escolaridade e renda, muito embora os contra o impeachment apresentem um perfil mais equilibrado quanto à faixa etária e raça, representando mais adequadamente as características da população brasileira.

Os manifestantes pró-impeachment, apresentam, em média, 45 anos, 4 anos a mais que a média dos que foram as ruas contra o impeachment (41 anos). A juventude, que representa um terço da população brasileira (36%), foi o segmento etário mais sub-representado na manifestação a favor do impeachment, com metade da participação do ano anterior, enquanto foi responsável por 30% da participação nas ruas entre os que eram contra. A participação de manifestantes com mais de 50 anos cresceu entre os manifestantes pró impeachment (40%, contra 24% em 2015, 13 pontos acima da taxa populacional de 27%). Entre os manifestantes pró-democracia, o aumento da participação nessa faixa etária foi menor (36%, contra 28% de 2015, ligeiramente superior a participação desse segmento na população).

Os manifestantes presentes na Av. Paulista no dia 18 de março de 2016, representam de maneira mais similar a composição racial da população brasileira (50% brancos e 40% não brancos, enquanto na população brasileira se verifica 48% brancos e 51% não brancos). Já entre o público presente na manifestação que pedia o impeachment da presidente Dilma em 13 de março de 2016, verificou-se predominância de indivíduos brancos (70%, contra 30% não branca).

Nos dois casos, em termos de escolaridade, predomina o nível superior (76%, entre os contra Dilma e 70%, entre os contra o impeachment), com taxa extremamente elevada quando comparada a população brasileira - 11%. O mesmo se observa quanto a renda familiar, com média apurada de R\$ 8.823,00 na manifestação pró impeachment de 13 de março (em torno de 10 salários-mínimos, valores que menos de 3% da população brasileira alcança) e de R\$ 6.530,00 entre os manifestantes contra o impeachment, do dia 18, ou seja, na faixa entre 5 e 10 Salários-mínimos. A faixa de renda inferior a 2 salários-mínimos, onde 71% da população brasileira se situa, segundo o Censo do IBGE, teve

apenas 7% de representantes na manifestação do dia 13, a favor do impeachment e 16% dos manifestantes do dia 18, contra.

Nota-se, portanto, que ambas as manifestações foram compostas por parte elitizada da população brasileira, porém com diferentes interesses defendidos por cada uma delas, conforme define Boito Jr, o lado contra o impeachment agregava uma frente política mais ampla e heterogênea, composta por “empresas brasileiras inseridas em variados ramos da economia, parte da baixa classe média, a maior parte da classe operária, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal.” (BOITO, 2016).

Para esse grupo, as políticas econômicas adotadas pelos governos eram favoráveis, uma vez que estimulavam o crescimento econômico, com incentivo à participação de empresas nacionais, em detrimento dos interesses do capital internacional, além de incentivar também a ativação do consumo, por meio maior distribuição de renda melhoria de condições de vida das classes populares. Ainda, segundo Boito Jr, as políticas públicas implementadas pelos governos petistas foram mais favoráveis às mulheres (Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida), negros (ações afirmativas e cotas raciais nas universidades) e à população LGBT (regulamentação das uniões homoafetivas, programas transcidadania, entre outras).

Já as manifestações pró-impeachment, reuniam um campo político mais restrito e homogêneo vinculado ao campo político neoliberal mais puro

*... era dirigida razão da burguesia brasileira integrada ao capital internacional, cujas propostas de política econômica e externa preteriam interesses de grupos econômicos brasileiros integrantes da burguesia interna: abertura comercial ampla, compras do Estado e das estatais abertas indiscriminadamente para empresas estrangeiras, venda de estatais e redução de seus investimentos e alinhamento passivo com os Estados Unidos, entre outras. O capital internacional e a fração da burguesia brasileira a ele associada contava com o apoio eleitoral da alta classe média. Essa fração de classe sempre deixou entrever sua oposição às políticas sociais dos governos do PT, percebidas como medidas indesejáveis por custarem caro ao Estado e por ameaçarem a posição econômica e social da classe média abastada (BOITO JR, 2016)*

### **2.3.b. Razões da manifestação**

Como em 2015, o que levou mais da metade dos manifestantes às ruas no dia 13 de março de 2016 foi protestar contra a corrupção. Pouco mais de um terço foram pedir o impeachment da presidente e 22% reivindicar mudança na política, com crescimento nas taxas de pedido de impeachment e mudança na política, em relação ao ano anterior.

Opostamente, entre os que foram as ruas no dia 18 de março, dois terços o fizeram em defesa do governo Dilma (64%), e mais da metade declarou estar nas ruas em defesa da democracia (54%). Em ambas as manifestações, pautas tradicionais relativas a direitos sociais estiveram em segundo plano, com baixíssima menção. “Fora PT” e a prisão de Lula figuram como pautas importantes, com 21% e 6% de menções, entre os que protestam contra a corrupção, enquanto, por outro lado, o enfrentamento em defesa do governo Dilma, traz consigo o apoio ao PT e a Lula (ambos com 11% de menções).

A maioria (73%) dos que foram as ruas no dia 13 pedir o impeachment foi convocada pelas redes sociais, sendo o Facebook a principal forma de articulação. A mídia tradicional também teve papel de suma importância na convocação, embora tenha sido mencionada por pouco mais de um terço dos manifestantes e 20% disseram ter sido atraídos por canais de televisão. Entre os manifestantes do dia 18, pouco mais da metade (56%) foi convocada pelas redes sociais e 16% pelos grupos de ação política aos quais pertencem. Dentre outras formas de convocação da manifestação do dia 18 as mídias independentes foram mencionadas, ao todo, por 7%.

### **2.3.c. Corrupção**

A corrupção passa a ser uma variável de peso na vida dos cidadãos na medida em que há maior exposição sobre o problema, ou seja, a percepção da corrupção é condicionada, pela cobertura midiática. Os escândalos da política passam a ser explorados pela grande mídia principalmente a partir do governo Lula. A falta de apoio da maioria dos órgãos da grande imprensa ao governo eleito pelo voto popular, leva a uma mudança no comportamento mídia tradicional e faz com que essa se volte à investigação de casos de corrupção já em processo desde governos anteriores, protagonizando lideranças do governo atual. Todos os escândalos noticiados passaram a ser atribuídos exclusivamente ao PT. Na obra *O Golpe de 2016*, Rosemary Segurado explica:

Após longo processo de construção da criminalização do partido dos Trabalhadores, no qual a mídia tem um grande papel, nota-se a grande articulação das empresas de comunicação com o Poder Judiciário, que se associou na empreitada de construir uma imagem do ex-presidente Lula como o chefe da quadrilha que comanda o processo de corrupção no país. A partir da construção dessa imagem foi conduzido o processo judicial no âmbito da operação lava jato, cuja ênfase sempre foi a prisão do ex-presidente, prisão diversas vezes anunciada pela imprensa. (SEGURADO, R. 2018. Pa. 109, 110)

Quase a totalidade dos que foram à manifestação do dia 13 de março, pró-impeachment, afirmava que tanto Dilma quanto Lula estavam envolvidos em esquemas de corrupção (93% e 98%, respectivamente) e a grande maioria (91%) considerava justa a condução coercitiva de Lula à sede da polícia Federal. Já entre os que foram a manifestação no dia 18 de março, a maioria (79%) acredita que Dilma não está envolvida em denúncias da Lava-Jato e cerca de dois terços tinham a mesma opinião acerca do ex-presidente Lula e 89% reprovavam a condução coercitiva de Lula à sede da Polícia Federal, metade considerando uma ação exagerada (54%) e injusta (35%).

No ato do dia 13 de março, cerca de dois terços dos manifestantes queriam o impeachment da presidente Dilma Rousseff e novas eleições no mesmo ano. A segunda opção mais apontada entre os manifestantes pró-impeachment era pela intervenção das Forças Armadas, destituindo Dilma e mudando o governo (10%). Para a grande maioria dos manifestantes do dia 18 de março Dilma não devia sofrer impeachment. A expectativa de que o impeachment fosse ocorrer de fato aumentou em ambos os grupos: um aumento significativamente maior entre os que foram as ruas protestar contra o governo, da ordem de 30%, chegando a 70% que apostavam que haveria o impeachment em 13 de março de 2016. Entre os que apoiavam o governo, 18% em 2016 consideravam esse desfecho possível, mas 71% desse grupo ainda estavam otimistas quanto a não haver impeachment.

Para os manifestantes do dia 13, o governo Lula foi o governo em que teve mais corrupção (58%), seguido pelo governo Dilma (27%), ambos com larga distância para o Governo de Collor (7%). Para os manifestantes contra o impeachment, o governo de Fernando Henrique Cardoso foi o período em que mais houve corrupção (44%), seguido pelo governo Collor (30%).

A despeito dos inúmeros casos de corrupção ocorridos no período, a cobertura geralmente parcimoniosa dada pela imprensa invisibilizou o problema e anulou seu efeito sobre a opinião pública durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. O tema da corrupção política, mesmo ocorrendo de modo sistemático, desapareceu do noticiário nesse período. Pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha, nesse período, que medem o principal problema do país apontavam a corrupção como principal problema por, em média, 3% dos entrevistados, chegando ao máximo de 7% nos governos FHC, em junho de 2001 no período FHC

A prática da cobertura política feita pela grande mídia brasileira durante os governos petistas teve a nítida intenção de desestabilizá-lo. A percepção da corrupção como o principal problema do país ganha maior destaque enquanto principal problema do país e a indignação toma conta da opinião pública já durante o primeiro governo de Dilma Rousseff. A espetacularização promovida pela mídia, que assume a posição de promotor, tomando visivelmente partido contra o PT e alimenta a desestabilização do governo.

A partir do segundo governo Dilma, o topo do ranking dos principais problemas do país, antes ocupado por saúde, educação e segurança pública, passa a ser ocupado pela corrupção, chegando a ser citados por 37% em março de 2016, um mês antes de ser instalado o processo de impeachment contra a presidenta Dilma, na Câmara dos deputados

Quanto ao combate à corrupção, segundo os manifestantes pró-impeachment hoje aparecem mais denúncias porque a corrupção aumentou desde o governo Lula (78%, 10 pontos percentuais a mais em relação ao ano passado) enquanto quase dois terços (61%) dos manifestantes contra o impeachment hoje aparecem mais denúncias porque o governo Dilma combate mais a corrupção. Para ambos os públicos a corrupção constitui o principal problema do Brasil, apontado por 66% dos manifestantes do dia 13 e 23% dos manifestantes do dia 18.

O que torna a corrupção tão amplamente percebida e a torna o maior problema em nosso país não são propriamente os valores envolvidos, mas a cobertura dada pelos meios de comunicação. A grande mídia e sites de notícias de internet cobriram exaustivamente casos de corrupção, explorando detalhes e espetacularizando as notícias de denúncias e prisões, veiculando depoimentos, rompendo sigilos de investigação em edições tendenciosas, condenando os envolvidos antes mesmo que fossem julgados. Assim, o discurso contra a corrupção foi um dos grandes instrumentos do Golpe de 2016. Com a propagação de que o Partido dos Trabalhadores tinha “roubado o país” e a “corrupção” se passa a ser o mote escolhido pelos meios de comunicação tradicionais para explicar porque os manifestantes saíam às ruas.

### **2.3.d. Percepção de Mudanças no Brasil**

Entre os que apoiavam o impeachment, expressiva maioria considerava que em 2016 o país estava pior que há dez anos, enquanto os que eram contra o impeachment, a maioria concordava que o país havia melhorado nos últimos 10 anos, opondo as percepções. Ao avaliarem as mudanças em sua própria vida pessoal, a percepção do grupo pró-impeachment de que sua vida piorou no mesmo período caía para menos da metade do grupo (48%), enquanto 29% notavam melhora na vida pessoal e 21% não observavam mudanças. Entre os manifestantes que apoiavam o governo Dilma, a percepção de que a vida havia melhorado nos últimos 10 anos era majoritária (78%).

Comparando os dados, a piora que aparentemente afetava o país parecia não incidir necessariamente na vida do cidadão, em ambos os grupos, demonstrando uma forte construção ideológica e midiática construída a partir do jargão “o PT quebrou o Brasil”, o que não se notava na prática, refletido no cotidiano.

Para a maior parte dos manifestantes do dia 13 de março, a expectativa era de que a inflação aumentaria enquanto entre os que eram contra o impeachment, prevalecia a ideia de que a inflação diminuiria (39%, 24% consideravam que a inflação ficaria estável e 22% acreditavam que ia aumentar). De modo similar, 86% dos manifestantes pró-impeachment naquele momento acreditavam que o desemprego iria aumentar, enquanto entre os que eram contra o impeachment, pouco mais de um terço acreditava que o desemprego iria diminuir e 24% que iria ficar como estava.

Quanto às expectativas econômicas, nota-se divergência entre os dois grupos, com expectativa absolutamente negativa entre quem defendia o impeachment e esperançosa para os que acreditavam no governo, o que demonstra que as políticas econômicas adotadas pelo governo, ainda que não amplamente satisfatórias, não pareciam desagradar tão profundamente a camada mais popular e menos elitizada, a quem as políticas distributivas do governo Dilma se dirigiam mais enfaticamente.

Na opinião de metade dos manifestantes pró-impeachment (48%), a responsabilidade pela crise atual era de todos os membros do governo, 19% a atribuíam unicamente à presidente Dilma Rousseff e 18% a Lula. Um em cada quatro manifestantes pró-impeachment (25%) não sabiam quem poderia solucionar a crise que o Brasil se encontrava naquele momento, 21% acreditavam que o Congresso Nacional teria essa competência, para 16% caberia a oposição resolver a crise e 12% apostavam em Aécio

Neves. Já os que protestavam contra o impeachment dividiam a responsabilidade pela crise entre o Congresso Nacional (34%) e a oposição (33%), enquanto 17% a atribuíam a todos os membros do governo. Já a expectativa de solução da crise, entre os manifestantes contra o impeachment caberia a Lula (26%), ou a todos os membros do governo (25%), e mesmo à própria presidente Dilma (19%).

Nota-se, portanto, que os manifestantes pró impeachment atribuíam a culpa da crise ao governo e negavam a responsabilidade da crise aos impasses gerados pelo congresso e oposição, que fomentavam a ingovernabilidade do país naquele momento e ainda ressentiam a derrota de Aécio Neves nas urnas. Já os que manifestantes contra o impeachment percebiam mais claramente o papel do Congresso e da oposição na crise do país e, ainda que depositassem expectativas no presidente Lula para a superação da crise, atribuíam essa responsabilidade também ao governo como um todo, um governo que era composto por diversos partidos e que, no momento da crise bloqueavam a agenda proposta.

### **2.3.e. Polarização política**

A metade (51%) dos manifestantes pro-impeachment declarou não ter preferência por nenhum partido político, percentual que aumentou 8 pontos em relação ao ano anterior (2015). O PSDB era o partido que liderava, com 27% da preferência partidária desse grupo. Entre os manifestantes contra o impeachment, ao contrário, metade (52%) declarava preferência pelo PT e 25% pelo PSOL, (partido que havia ampliado sua participação nas manifestações contra o impeachment em 15 pontos percentuais, em relação a março de 2015) e 13% não tinha preferência por nenhum partido político.

Entre os manifestantes pró-impeachment, a maioria havia votado em Aécio no 2º turno nas eleições de 2014 e quase a totalidade, não havia votado em Dilma e não estava satisfeita com seu governo (91%), também não acreditavam que ela estava cumprindo suas promessas de campanha (95%). Já os que se manifestaram contra o impeachment, no dia 18, 87% havia votado em Dilma no 2º turno das eleições de 2014 e cerca de dois terços (63%) haviam votado nela e estavam satisfeitos com seu governo, assim como acreditavam que ela estava cumprindo, ao menos em parte as promessas da campanha.

Embora o voto em Aécio do pleito anterior tenha sido comum a cerca de dois terços dos manifestantes pró-impeachment, naquele momento se houvesse novas eleições, ele obteria apenas 32%, teria perdido, portanto, 30% de seu eleitorado e Jair Bolsonaro seria a principal opção, com 27% das intenções de voto entre esses manifestantes. Por outro lado, entre os manifestantes do dia 18, se houvesse novas eleições, sem a candidatura de Dilma, Lula seria a opção para 68% e 10% votariam em Ciro Gomes.

Quanto ao posicionamento no espectro político, a maior parte dos manifestantes pró-impeachment se autodeclarou de direita (44%) ou centro (40%), enquanto entre os manifestantes contra o impeachment 83% se posicionou a esquerda.

A democracia era vista como a melhor forma de governo por ambos os grupos (85% e 93% dos manifestantes respectivamente, nos dias 13 e 18), porém 11% dos manifestantes pró-impeachment admitiam que em certas situações seria melhor uma ditadura do que um regime democrático. Quatro em cada 10 manifestantes pró-impeachment consideravam que quem tem ideias diferentes da maioria poderiam ter suas ideias desde que não tentasse convencer os demais e 38% se posicionavam a favor de que ideias diferentes da maioria poderiam ser discutidas e tentar convencer os demais. Dentre os manifestantes contra o impeachment prevalecia a ideia de que quem pensa diferente da maioria pode ter suas ideias e tentar convencer os demais (46%), contra 30% que acreditam que quem defende ideias diferentes pode ter suas ideias desde que não tente convencer os demais, uma diferença mais na graduação democrática.

A diferença na preferência partidária e voto na eleição anterior entre os grupos manifestantes, deixa clara a inconformidade com o resultado dos urnas e demonstra desde já, uma certa tendência mais autoritária entre os manifestantes que reivindicavam o impeachment, sobretudo devido a maior adesão desse grupo a possibilidade de um governo ditatorial e, principalmente, ao apontarem Jair Bolsonaro como possibilidade de voto acaso houvesse uma nova eleição naquele período, político que sequer havia sido candidato na eleição de 2014, considerado do chamado “baixo clero”, deputado pouco relevante do Congresso, de carreira corporativa, sem nunca ter papel de liderança nos partidos políticos a que pertenceu, nem nunca ter assumido cargos no governo federal ou posições de destaque na Câmara dos Deputados. Sempre defendeu interesses de militares e teve apenas 2 projetos aprovados em seus 27 anos de mandato. Era notável por suas falas polêmicas, sempre favoráveis ao fechamento do congresso, à ditadura, à tortura e à

morte. Também sempre apresentou posições absolutamente contrárias às minorias, principalmente a comunidade LGBT e as mulheres e com fortes alianças aos grupos conservadores ligados à líderes evangélicos.

Com isso, pode-se notar, que quem foi às ruas pedindo o impeachment, de alguma maneira já flertava com a expectativa de um governo de ultra-direita ou abriu espaço para esse campo se propagar e lançar Bolsonaro como o representante da indignação do povo contra os governos do PT e contra a própria democracia, não predisposto a dialogar com os demais partidos, algo comum às democracias mais avançadas, mas se fechando em seu próprio grupo, em defesa de interesses singulares.

Assim, quem foi às ruas plantando o impeachment, colheu o que havia de pior na política brasileira em termos de respeito e compromisso com a democracia - Jair Bolsonaro, o “mito” que iria salvar o país, segundo seus seguidores, e que se elegeu 2 anos depois.

### **2.3.f. O PT e imagem partidária**

Parte dos manifestantes que apoiavam o impeachment, defendiam a opinião que o PT deveria ser independente do governo, criticando se o governo Dilma não fizesse as mudanças no país que o partido defendia (40%), enquanto os demais se dividem entre a ideia de que o PT deveria dar apoio ao governo Dilma em qualquer situação, já que é o partido dela; e que o PT deveria dar apoio ao governo Dilma, sem deixar de criticá-lo quando o governo erra (18%, ambos). Por outro lado, a maior parcela (58%) dos manifestantes que eram contra o impeachment, acreditavam que o PT deveria dar apoio ao governo Dilma, sem deixar de criticar quando o governo erra; 28% consideravam que o PT deveria dar apoio ao governo Dilma em qualquer situação, e 12% que o PT deveria ser independente, criticando o governo Dilma se acaso não fizesse as mudanças no país que o partido defendia.

Cerca de dois terços (67%) dos manifestantes pró-impeachment cobravam que o PT admitisse que errou, pedisse desculpas ao país e deve acabasse, nunca mais voltasse a ser um partido político. Os manifestantes que não apoiavam o impeachment, em sua maior parte (58%) reconhecia que PT deveria admitir erros, pedir desculpas ao país e renovar seu modo de agir, enquanto outros 31% pensam que o PT não devia pedir desculpas ao país porque não errou e é um partido que estava ajudando o Brasil a ser um país melhor.

Nota-se, também por essa perspectiva que os manifestantes que eram contra o impeachment defendiam uma postura crítica do PT aos erros do governo, mantendo o apoio ao governo, sinalizando para uma posição mais democrática e de negociação, enquanto entre os defensores do impeachment já apontavam para a criminalização do partido, com a maior parcela dos manifestantes negando a possibilidade de sua existência, uma intolerância política que só se vira nas ditaduras.

## 2.4. Expressões de intolerância frente ao golpe (impeachment) de 2016

Dilma foi a primeira mulher eleita Presidente do Brasil, depois de mais de oitenta que anos separam a conquista do direito ao voto pela mulher até a deposição da presidenta Dilma Rousseff. A eleição de uma mulher para o cargo máximo de poder do Estado brasileiro representou uma mudança significativa para a história das mulheres. Segundo Luis Felipe Miguel,

A conquista do direito de voto foi, por muitas décadas o ponto focal do movimento de mulheres. Da metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o sufrágio foi a face pública das reivindicações feministas. O acesso à franquia eleitoral representava o reconhecimento, pela sociedade e pelo Estado, de que as mulheres tinham condições iguais às dos homens para gerir a vida coletiva e também que elas possuíam visões de mundo e interesses próprios, irreduzíveis aos de seus familiares. Afinal, um dos argumentos centrais para a exclusão política delas era que seus interesses já seriam protegidos pelo voto dos maridos ou dos pais. (MIGUEL, L.F e BIROLI, F., 2014, pag 93)

Tal novidade acabou promovendo tensões e expectativas, especialmente porque as instituições pretensamente democráticas são majoritariamente masculinas, pensadas e vividas para e pelos homens.

Foi difícil para o establishment da política suportar a vitória de Dilma Rousseff e a presença de uma mulher no comando do país. Durante todo o seu governo, o questionamento e rebaixamento de sua inteligência, tendo seus discursos constantemente desqualificados, além de especulações sobre sua sexualidade e vida íntima, ofensas e xingamentos foram frequentes. Suas decisões eram questionadas e seu estilo mais determinado, confundido como pouco hábil e de baixo traquejo político, como o poste de Lula ou como “gerentona”. Dilma incomodou até, linguisticamente ao se auto-intitular como presidenta e não como presidente, afrontando ao poder machista. Assim, o ódio ideológico e partidário foi facilmente vinculado, senão superado, pelo ódio de gênero, dirigido contra Dilma Rousseff, com claros traços de misoginia.

Em seu discurso de posse Dilma Rousseff destacou: "Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidentas e para que – no dia de hoje – todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher." A coragem e ousadia daquela mulher chamava a atenção, não só por sua presença marcante e divisora de águas, ao assumir o direito de governar o país, como também indiretamente convocando a milhares de brasileiras a assumir seu desejo e espaço, em um país em que a participação feminina na política é irrisória.

Ao ser reeleita, Dilma acirra ainda mais o ódio machista, encerrando o desprezo e discriminação de determinados grupos e sendo duramente contestada, com níveis de perversidade, em termos de preconceitos, poucas vezes visto, sobretudo envolvendo conotação sexual, com ataques sexistas que superam as críticas ao seu governo, que em seu segundo mandato assume um programa de governo, sobretudo na área econômica, muito próximo ao que a oposição queria, com um ministro da fazenda, Joaquim Levy, ligado à área mais conservadora do mercado financeiro.

Enfim, muito foi dito e escrito acerca dos vieses político, econômico e jurídico do impeachment, porém o discurso e misógino, racista e homofóbico também foi parte central desse processo.

As críticas a Dilma, nesse momento, pareciam não se fundamentar apenas em seu programa de governo, mas nas questões de gênero tradicionais, que relega às mulheres a um status inferior, subjugando sua participação na esfera pública, sua inteligência, capacidade de decisão e poder. O que, sem dúvida, denota mais uma tentativa de silenciamento da história das mulheres no Brasil.

Durante a abertura da Copa do Mundo, realizada no Brasil, em 2014, no estádio Itaquerão, em São Paulo, a ex-presidente foi vaiada e hostilizada após a execução do hino nacional, por torcedores que nada tinham em comum com o público tradicional de estádios de futebol no Brasil - ricos e de direita. Em um evento transmitido para todo o mundo, também puderam ser ouvidas vaias e xingamentos, quase todos envolvendo alguma conotação misógina, como “vagabunda”, “vadia” ou “ei, Dilma, Vai tomar no cu”, expondo-a a humilhação e desrespeito em escala internacional.

O incidente da vai na abertura da Copa mostrou ao mundo o descontentamento de um segmento da população brasileira com o governo, enfraquecendo assim a capacidade de governar da ex-presidenta, em âmbito mundial, traduzindo o ódio sexista e atacando sua dignidade apenas pelo fato de ela ser mulher.

Desde a campanha eleitoral de 2010, a figura de Dilma Rousseff foi estereotipada por estratégias vulgares e desrespeitosas, que incluíam questionamentos sobre sua sexualidade. Deste modo, o sexismo, o machismo e a misoginia compuseram os lances mais lamentáveis e perversos da campanha do impeachment, traduzido em uma das imagens mais grotescas e sem precedentes, que qualquer campanha jamais ousou fazer,

com adesivos com uma montagem de sua imagem de pernas abertas colocados sobre tanques de gasolina de carros.



Os discursos de orientação machista e homofóbicos se multiplicaram, apelando à religiosidade do povo brasileiro, e estimulando o medo e o ódio ao diferente. Foi a tradução do ressentimento de representantes das classes dominantes tradicionais do Brasil, que tinham perdido o poder e se tornavam cada vez mais reativas a possibilidade de um país menos desigual.

Por fim, na votação do impeachment, no dia 17 de abril de 2016, Bolsonaro sela seu voto com um discurso de uma agressividade ímpar, retomando às torturas sofridas por Dilma Rousseff durante a ditadura militar, ao elogiar o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o torturador e assassino que estuprou e torturou Dilma e outras mulheres da esquerda presas pela ditadura militar e lançando já a partir daí seu nome como principal opositor e seu slogan de campanha. Um discurso que nenhuma democracia jamais aceitaria, mas que foi aplaudido pelo Congresso brasileiro:

*"Perderam em 64, perderam agora, em 2016 Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas Por um BRASIL ACIMA DE TUDO, E POR DEUS ACIMA DE TODOS, O MEU VOTO É SIM!"*  
(Jair Messias Bolsonaro, 17/04/2016)

## **2.5. O golpe de 2016, novas configurações de forças e novas prioridades**

### **2.5.a. A construção do processo de impeachment**

A trama do impeachment no Congresso foi costurada, como veiculado na própria imprensa pró-golpe, sob a liderança de Eduardo Cunha de Michel Temer. Esses dois personagens simbolizaram o golpe. Apesar de insatisfeita com o governo da ex-presidente Dilma Rousseff e do desejo de mudanças, nenhum dos dois eram vistos pela opinião pública como as soluções para a crise que o Brasil estava vivendo.

Eduardo Cunha, como presidente na Câmara de Deputados, foi o responsável pela a condução do processo de impeachment, tendo protocolado o mesmo como um ato de vingança, contra o PT, ao saber que os três deputados petistas votariam contra ele no Conselho de Ética, por quebra de decoro parlamentar na CPI da Petrobras e que, com isso seria investigado e o Supremo Tribunal Federal poderia decidir tanto pelo seu afastamento da presidência da Câmara quanto determinar a perda o mandato. Cunha também figurava junto com outros políticos, em uma lista de parlamentares suspeitos de envolvimento no escândalo da Petrobras, divulgada pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Além disso, um dos delatores da Lava Jato, o lobista Júlio Camargo afirmou que o deputado havia recebido US\$ 5 milhões de propina em um contrato de navios-sondas da Petrobras.

Famoso por travar sessões do Congresso, inviabilizando votação de projetos importantes para o governo, passou a acusar o governo de incentivar “vazamentos seletivos” e rompeu com o Planalto, contrariando sua declaração de compromisso com a estabilidade política e econômica, ao ser eleito presidente da Câmara.

Michel Temer liderava, nos bastidores, as articulações pelo afastamento de Dilma, junto com Eduardo Cunha, quando deixou o posto de articulador político do governo e passou a negociar cargos para o novo governo com partidos do centrão, antes mesmo da abertura do processo de impeachment. Temer seria o principal beneficiário do processo, com o cargo. Alguns dias depois da abertura do processo por Cunha, foi divulgada uma carta pessoal escrita pelo vice-presidente Michel Temer, direcionada a Dilma, na qual Temer relata sua insatisfação com a desconfiança e com o limitado papel que lhe era permitido desempenhar, deixando clara a tensão dentro do governo.

No dia 15 de março de 2016, a presidente anunciou Lula como ministro da Casa Civil. A nomeação, contudo, foi suspensa. Um áudio de uma conversa grampeada pela

Polícia Federal durante a investigação da Lava Jato vazou a conversa entre Dilma e o ex-presidente Lula sobre o documento de posse que Lula assinaria para assumir o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil, e ao término da ligação o ex-presidente se despede de Dilma com a frase: “*tchau, querida!*” A frase de despedida de Lula, o “*Tchau, querida!*” passou a ser uma das frases mais usadas para se referir ao impeachment.

### **2.5.b. Votação do processo de impeachment pela Câmara em 17 de abril de 2016**

Com 367 votos, a Câmara dos Deputados aprovou o prosseguimento do processo de impeachment para votação no Senado, onde a continuidade dependeria da maioria simples dos votos (41 de 81). Aprovada a instituição do processo, a presidente Dilma seria afastada por 180 dias e seu vice Michel Temer assumiu.

11 dias depois de Temer assumir, foi vazado um áudio entre o senador e ministro Romero Jucá, e Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, em que o conteúdo do diálogo sustentou a hipótese levantada de que o processo de Impeachment era um golpe que visava atrapalhar o seguimento da Operação Lava-Jato.

MACHADO – Tem que ter um impeachment.

JUCÁ – Tem que ter impeachment. Não tem saída.

MACHADO – E quem segurar, segura.

(...)

MACHADO – Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ – Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. ‘Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha’. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO – É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ – Com o Supremo, com tudo.

MACHADO – Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ – É. Delimitava onde está, pronto.

No dia 29, o PMDB anuncia rompimento com o governo, consolidando o isolamento da presidente no Congresso.

O que estava em jogo não era apenas o futuro do governo, e sim o futuro da nossa, ainda frágil, democracia. Ilegítimo, o processo do impeachment não contou crime de responsabilidade ou crime de extrema gravidade contra a nação, cometidos pela ex-presidente eleita. As razões apresentadas para a condução do processo de impeachment foram pedaladas fiscais e o remanejamento de despesas sem alteração do orçamento geral da União, o que não constitui crime de responsabilidade e a utilização desse argumento

para propor o impeachment da presidente rompeu com a constituição – sendo tratado aqui como golpe.

O termo pedaladas fiscais foi popularizado pela oposição para justificar o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, alegando que ela havia cometido improbidade administrativa. As chamadas pedaladas fiscais consistem no atraso de pagamentos a bancos públicos, que podem incidir em juros a mais e acabar por impactar no Orçamento Geral da União.

Segundo o jurista Dalmo Dallari, *"A pedalada é apenas um jogo contábil, transferência de fundos públicos para órgãos públicos. A presidenta não obteve nenhum ganho pessoal nem deu dinheiro público irregularmente para algum amigo ou partido. É simplesmente um jogo contábil e todos os governos anteriores fizeram o mesmo"*.

Para os proponentes do impeachment, Dilma seria responsável pelo atraso dos repasses feitos ao Banco do Brasil no Plano Safra, crédito subsidiado para agricultores familiares. Perícia realizada por especialistas do Senado Federal que avaliaram o processo de impeachment concluiu que as parcelas com vencimento entre os meses de janeiro e novembro de 2015 foram de fato pagas com atraso, em dezembro de 2015, o que gerou o pagamento de juros a mais, mas não foi identificada participação ou responsabilidade de Dilma que *"tenha contribuído direta ou imediatamente para que ocorressem os atrasos nos pagamentos"*.

Os analistas afirmaram que a presidenta não foi alertada de crime pela área técnica. Ou seja, a *pedalada* ocorreu, mas não foi por interferência direta dela. Em crime de responsabilidade, a autoria precisa ser identificada, não existe ato de omissão.

A defesa de Rousseff afirmava, desde o início, que ela não havia realizado a chamada pedalada fiscal, um dos crimes de responsabilidade pelos quais ela estava respondendo e que, portanto, não existiam justificativas para o impeachment com base neste argumento da acusação.

“No que se refere ao Plano Safra, a minha presença em nenhum ato foi constatada. Portanto, consideraram que eu não participei em nenhum momento do Plano Safra porque isso não é papel do presidente da República. Nós viemos dizendo isso há muito tempo, mas agora a própria perícia do Senado constatou isso”, declarou Dilma Rousseff

A presidenta também era acusada de ter autorizado a publicação de quatro decretos de créditos suplementar, sem a avaliação do Congresso Nacional, o que contraria

a Constituição federal. Segundo os analistas, os decretos teriam tido impacto neutro no Orçamento, e acabaram sendo retirados do processo.

Por fim, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso concluiu que o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) ocorreu por falta de apoio político e não porque a petista cometeu pedaladas fiscais.

A falta de apoio político apontada por Barroso pode ser observada por meio dos principais articuladores do processo de impeachment, que além de Michel Temer e Eduardo Cunha, ambos do PMDB, também traziam as oligarquias que compõem partidos e o campo político definido na nova aliança pró-impeachment, muitos dos quais envolvidos em processo de corrupção há tempos na política do país. Entre outros representantes de setores poderosos da economia, também integraram essa aliança os presidentes de grandes bancos, o presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e representantes da CNI (Confederação Nacional da Indústria), além da Rede Globo e Editora Abril, concessionárias dos principais veículos de comunicação do país

Para garantir a quantidade de votos necessária para o impeachment, foi necessário um realinhamento de forças que gerou essa nova coalizão, liderada pelo PMDB, que desembarcou do governo, e se alinhou com a oposição e outros partidos que debandaram da base. A nova coalizão liderada por Temer conquistou ampla quantidade de votos para a aprovação do impeachment e foi composta por 9 partidos totalmente fiéis a proposta do impeachment (PSDB, DEM, PRB, SD, PSC, PPS, PV, PSL e PMB), além de outros 6 com mais de 70% de adesão (PSB, PMDB, PHS, PP, PSD e PTB), além de PR e PROS.

Com exceção do PDT, (que inclusive puniu os deputados que votaram contra Dilma, expulsando-os) todos os demais partidos da base votaram majoritariamente contra o governo. Os partidos que apresentaram maioria dos votos contra o impeachment, além do PT, foram PC do B e PSOL (100%), PDT (63,2%), REDE e PEN (50%, ambos). O governo obteve apenas 137 votos.

### **2.5.c. Votação do Impeachment no Senado**

A denúncia originada da autorização da Câmara dos Deputados para o Senado instaurar o processo, foi aprovada no dia 17 de abril. De acordo com o documento produzido, a

presidente Dilma Rosseff havia cometido crimes de responsabilidade como parte de um modus operandi de governo para se “perpetuar no poder”.

O Senado aprovou o processo de admissibilidade do impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff, na manhã de 12 de maio. Eram necessários 39 votos para que Dilma fosse afastada, o resultado foi 55 votos a favor e 22 contra. Os partidos que votaram a favor do impeachment foram: DEM, PP, PPS, PR, PRB, PSC, PSDB, PTC e PV.

Os que votaram totalmente contra foram: PT, PCdoB e Rede. Os Senadores que eram contra o impeachment alegavam que o relatório, não apresentava provas de que a presidente afastada tinha cometido crime.

O presidente do Senado, Renan Calheiros estabeleceu o processo, garantindo absoluta isenção e total neutralidade, mas no Senado, surgiram novas polêmicas acerca da legitimidade do processo, quando do afastamento de Eduardo Cunha da Presidência da Câmara.

E em seu discurso de defesa no Senado, Dilma enfatiza sua luta contra o ódio e a intolerância, de que mais uma vez estava sendo vítima, corroborando com o argumento desta tese:

Dediquei todos esses anos da minha vida à luta por uma sociedade sem ódios e intolerância. Lutei por uma sociedade livre de preconceitos e de discriminações. Lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou excluídos. Lutei por um Brasil soberano, mais igual e onde houvesse justiça.  
(DILMA ROUSEFF, 29/08/2016)

Por fim o processo de impeachment foi à votação no Senado, que decidiu em 31 de agosto de 2016, por 61 votos a 20, condenar Dilma Rousseff pelo crime de responsabilidade e retirar seu mandato de presidente da República, mas em uma segunda votação, manteve seus direitos políticos, podendo exercer qualquer função pública.

## **2.6. Governo de Transição e Redirecionamento para a direita**

Assim, pela terceira vez o PMDB assumia a presidência sem vencer a eleição. Os outros momentos foram, pela primeira vez, no período de 1985 a 1990, quando o vice-presidente José Sarney assumiu o lugar do presidente eleito Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir o governo. Em 1992, durante o processo de impeachment do presidente eleito Fernando Collor de Melo, Itamar Franco se desligou do PRN e assumiu o governo, até 1994, pelo PMDB. E agora Michel Temer, em aliança com a oposição, destituiu Dilma de seu mandato.

O projeto de uma sociedade mais justa e igualitária e um país mais autônomo conduzido pelos governos petistas deu lugar a um enorme retrocesso a antigas posturas, não por meio do voto popular, mas de manobras, conduzidas por personagens sobre os quais pesam acusações bem mais graves do que as que afastaram a presidente eleita.

O governo de Dilma Rousseff ficou caracterizado pela maior presença de mulheres nos ministérios. Durante as duas gestões foram empossadas 18 ministras e uma presidenta de empresa pública. Houve o fortalecimento da Secretaria de Políticas para Mulheres com a indicação de uma ministra ligada ao movimento feminista e o aumento do orçamento da pasta em aproximadamente 18% e em 2015, após reforma ministerial, a secretaria passou a ter status de ministério com a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Logo após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, uma das principais alterações feitas pelo governo de transição, do vice Michel Temer, foi a mudança e composição ministerial que reduziu espaço, por meio da fusão (e consequentemente redução de verbas) do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Cultura, Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial e Juventude, recém formalizado por Dilma foi incorporado à pasta de Justiça e Cidadania o que deixa claro que essas não seriam as prioridades do novo governo, já pré-anunciando a ausência de recursos e políticas dirigidas a esses segmentos.

No dia seguinte à posse do governo interino de Michel Temer, esse cenário foi reconfigurado. A divulgação do novo gabinete ministerial revelava a ausência de mulheres, de negros, de índios e de jovens dentre os nomes escolhidos como ministros, o que não ocorria no Brasil desde o governo militar de Geisel. A composição ministerial recebeu fortes críticas e denotava o início de um governo misógino e conservador e o

consequente desmonte das políticas para mulheres. Além da ausência dessas faces identitárias, também chama a atenção a nomeação de 16 ministros alvos de investigações.

Mesmo após o impeachment os atos e manifestações de rua não cessaram. Atos em frente à casa de Temer em São Paulo levaram a polícia a criar uma área de segurança nacional, com um bloqueio de 300 metros. A Virada Cultural Paulista de 2016 também foi a mais politizada das edições, com discursos, mensagens nos telões e gritos de fora Temer. Na 2ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, realizada em 29 de maio, os protestos também se multiplicaram.

Embora seja importante situar a movimentação na arena política que possibilitou essa nova era na política brasileira, mais do que a disputa por mudanças políticas, o que esse estudo pretende retratar são as manifestações da intolerância política nas relações interpessoais, no espaço público, não mediadas pelas relações de governo e poder. A presente pesquisa se propõe a colaborar com a ampliação e o aprofundamento de marcos teóricos necessários para a compreensão da noção de alteridade e intolerância na metrópole, especificamente na cidade de São Paulo, abarcando questões sociais e políticas emergentes, que o contexto atual exige.

### **Cap 3. Velhos alvos da intolerância: Mulheres, Negros, Pobres, (LGBTQI, nordestinos e estrangeiros)**

#### **3.1. Periferias: O Lugar da intolerância**

Formadas a partir de projetos de ampliação territorial que pouco consideraram as necessidades de seus habitantes (CALDEIRA, KOWARICK, ROLNIK, entre outros), as periferias contam com seus moradores para se constituir. São casas autoconstruídas por muitas mãos, ruas, becos e vielas que possibilitam o transitar local, transporte alternativo, movimento de mãos, associação comunitária, igrejas, saraus no bar, baile nas ruas, samba na barraca de lanche.

As periferias dos grandes centros urbanos foram formadas a partir de projetos de segregação socioespacial formulados no início da industrialização, nos primeiros anos do século XX, por meio de cidades altamente concentradas e heterogêneas; “as funções da cidade não eram espacialmente separadas, as fábricas eram construídas perto das casas” (CALDEIRA, 2000, P. 213), havia pouca distância entre as casas de ricos e pobres.

Essa característica (heterogeneidade e concentração), passa a ser combatida, por uma série de ações políticas, principalmente a Lei do inquilinato (1942), que congelou os preços dos aluguéis e a opção pelo sistema de transporte de ônibus. Tais ações estimularam a dispersão da cidade com a construção das casas dos trabalhadores nas franjas da cidade, forma que MARTINS (2001, 1997), AZEVEDO (1958) e BONDUKI (2002) denominaram subúrbios.

Terrenos não legalizados passam a ser ocupados, em um entorno sem infraestrutura básica para a garantia de direitos fundamentais de seus moradores, como hospitais, escolas, asfalto, saneamento, tratamento de água, energia elétrica. Com poucos recursos, a população dessas regiões construiu suas casas sem planejamento. Enquanto a classe média tinha suas residências financiadas por instituições públicas, como o BNH e SFH, nas regiões mais estruturadas e beneficiadas de equipamentos públicos VILLAÇA (2012), ROLNIK (2017), BONDUKI (2002) e, VÉRAS, (2018).

As contribuições teóricas que, a partir dos anos 70 apontam para um modo de explicar a situação de transformação pela qual passa a realidade urbana continuam válidas até hoje. Se naqueles estudos a periferia urbana foi entendida como um território já de extrema pobreza, com o padrão de crescimento periférico essa tendência só veio a aumentar.

Problemas que já existiam desde essa época permaneceram ou pioraram, como a violência decorrente da proximidade com o crime organizado, as condições precárias de trabalho (alta rotatividade, terceirização e rotinas exaustivas), a falta de opções de lazer, a precariedade de serviços e equipamentos públicos, as dificuldades com a locomoção urbana, o aumento do custo de vida, o aumento do endividamento e a crescente especulação imobiliária que dificulta a locação e a compra de imóveis em territórios mais bem servidos dos equipamentos públicos.

A heterogeneidade do espaço periférico é, portanto, relativa, porque já traz em si desigualdades fundamentais que estabelecem uma certa “diferença na desigualdade”, trata-se da heterogeneidade dos territórios da pobreza, caracterizada pela intensa segregação entre áreas ricas e pobres da cidade, que as transformações urbanas recentes trazem.

Mais que um distanciamento geográfico, criou-se também um distanciamento estrutural entre as diferentes classes sociais dos centros urbanos, ficando a maioria da população, negra, pobre e migrantes de regiões mais empobrecidas e nos espaços mais precários das cidades. Analisando no período mais recente, temos

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, destaca se por ser o programa que, relativamente a seu tempo de existência, mas construiu casas populares na história da política habitacional brasileira. Com o objetivo de combater o alto déficit habitacional no país, o programa também contribuiu para impulsionar o setor da construção civil e fortalecer a economia brasileira que passara pelos efeitos negativos em 2009 da crise econômica mundial...

No entanto no meio dessa lógica que aparenta ser linear, há inúmeros fatores que escapam ao controle das ações estatais. Mesmo com o intuito de ser uma política de combate a uma desigualdade específica como acesso à moradia, como foi mencionado anteriormente, e até mesmo ofertando um número significativo de unidades habitacionais para quem realmente necessita, os objetivos relacionados ao bem-estar social e à diminuição da desigualdade não podem ser analisados só pelos números da produção habitacional. Os números mostram também que a maior parte da produção habitacional está sendo direcionada para as classes médias e que as moradias voltadas para a população de baixa renda estão concentradas nas regiões periféricas das cidades, longe dos centros urbanos. (DEPIERI, 2018, pag. 63)

Ainda que se tenha experimentado alguma mobilidade social ao longo dos últimos 20 anos, pouco se relaciona essa melhora com políticas do governo. Na verdade, tais melhoras aparecem mais como pequenos alívios ao cotidiano. Outros, sequer sentiram melhorias materiais em suas vidas, continuam a se sentir desprotegidos e reféns de uma insegurança estrutural que afeta de modo geral aqueles que fazem parte das classes trabalhadoras precarizadas. Tal insegurança se relacionava principalmente com as dinâmicas de espoliação urbana (KOWARICK, 2000; HARVEY, 2014)

Porém, com o advento de algumas políticas públicas de efeito mais efetivo e pessoal, como o Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Família, acesso a melhores salários melhores e escolaridade mais alta durante os governos Lula, a sensação de que as escolhas eleitorais poderiam impactar diretamente em suas vidas e os votos angariados pelo PT nos bairros de periferia da cidade ao longo do tempo aumentaram. Os moradores da cidade de São Paulo com os menores níveis de renda e escolaridade continuaram votando no partido aparentemente até 2012, quando o petista Fernando Haddad foi eleito prefeito da cidade (VENTURI, 2010).

As medidas implementadas pelos governos federais petistas que beneficiaram o moradores das periferias das grandes cidades, como os aumentos do salário mínimo, a criação de empregos ou mesmo a construção de moradias populares, são elementos que podem explicar a confiança e a lealdade depositadas no governo Dilma e a presença mais intensa dessas camadas populares na defesa de seu mandato, contra o impeachment.

A partir das condições colocadas, as populações passam a criar alternativas para sobrevivência no território. Elas resistem, se reinventam e se reformulam frente aos modelos excludentes da sociedade. Dessa forma, segundo Veras, 2018

... não se deve pensar a segregação e a desigualdade territorial apenas como um enclave fixo, como no caso da habitação, sem dúvida, este importante marcador desse fenômeno; mas que também é preciso compreendê-las como derivadas de uma escala móvel e relacional na cidade. A dupla natureza da concepção de desigualdade permite nutrir os conceitos originais de segregação urbana com outro enfoque, centrado nas práticas cotidianas e suas diferentes esferas e espaços de interação e troca, superando análises tradicionais voltadas apenas às áreas fixas da moradia (VERAS, 2018, pag. 35)

Muitos espaços de interação, passam a ser construídos e improvisados pela população residente nos bairros periféricos: bailes de rua, saraus, rodas de samba, times de futebol, associações recreativas e de ajuda mútua no bairro, clubes comunitários e coletivos culturais. Conforme se organizam territorialmente, a partir de suas necessidades, atores locais ressignificam seus bairros, atribuem significados positivos a ele e constroem um sentimento de pertencimento ao território.

Essa reconfiguração do que antes era visto como territórios da carência e privação não foi acompanhada pela organização política dessa população, seja ela expressa em partidos políticos progressistas ou movimentos sociais populares, cuja capacidade de mobilização decresceu nas últimas décadas. Isso não quer dizer que não esteja ocorrendo. As classes populares estão sempre em movimento buscando saídas e alternativas, mais ou menos radicais, para seus dilemas e desafios históricos. Este momento é e reconstrução de bases das quais se possam produzir novos fazeres políticos, em um momento em que as principais representações de classes populares nas últimas décadas entram em crise. É tempo de reforçar a potencialidade de alguns processos e superar aqueles que já não oferecem respostas analíticas e organizativas.” (D'ANDREA, 2013),

Conforme Tiarajú Pablo D'Andrea (2013), a adesão à “identidade periférica” foi um meio pelo qual a população conseguiu perceber-se e assumir-se como parte de um coletivo portador de uma condição social, experiência e visão de mundo comuns. Nestes contextos os coletivos surgem potencializando elementos positivos e fomentando o protagonismo de periferias.

“Grande parte da atuação política desses coletivos artísticos se deve a uma gramática apreendida pelos pais de operadores desses coletivos (ou por eles mesmos quando muito jovens) nas mobilizações ocorridas nas periferias nos anos 1980, dos quais alguns dos principais articuladores foram o PT e as CEBs. Com a diminuição da presença destas duas forças políticas, somadas às características peculiares da década de 1990, toda uma geração foi empurrada a produzir cultura para resolver suas questões de sobrevivência mais imediatas pela inexistência de um referencial político. Passado o turbilhão dos anos 1990, esses coletivos se depararam com um momento histórico marcado pela hegemonia lulista onde se verifica uma melhora nas condições de vida da população mais pobre ao mesmo tempo em que a possibilidade de crítica social diminui seu alcance e capacidade de reverberação.” (D’ANDRÉA, 201, p. 274).

De acordo com o autor, a partir dos anos 1990 se, por um lado, os atores da periferia negavam os elementos exclusivamente negativos atribuídos a ela, como pobreza e violência, usavam dos mesmos para denunciar a realidade que viviam no território.

“(…) quando os moradores da periferia passam a fazer uso do termo periferia o fazem em caráter de denúncia da realidade. Para tanto, enfatizaram os elementos de violência e pobreza, existentes, dentro outros, na realidade periférica. Os moradores da periferia sabiam que a periferia não se compunha só por essas duas características. Porém, enfatizá-las tinha um duplo propósito: criticar a sociedade como um todo, verdadeira responsável pelas mazelas da periferia, e alertar e induzir essa mesma sociedade a contribuir na resolução desses dois problemas da periferia, apresentados em forma de denúncia.” (D’ANDRÉA, 201, p. 276).

Nesse sentido, também nos parece esclarecedor o fato de as manifestações anti impeachment terem maior participação desses sujeitos periféricos, jovens, mais negros, com renda e escolaridade baixa, que de uma maneira ou de outra se sentiam minimamente atendidos por alguns dos programas sociais dos governos petistas, sendo portanto os que menos apoiavam o golpe e que vieram a ser, na sequência, as principais vítimas de retiradas de direitos.

Considerando as dimensões negativas e positivas vivenciadas pelos sujeitos periféricos, o autor atribui à palavra periferia “violência, pobreza, potência e cultura”. Mais que um sentido crítico, o termo periferia vocaliza também uma certa

realidade social, marcada por uma identidade étnico-racial e de classe social, que passa a ser referência para uma atuação política.

Os moradores das periferias, ainda que não tivessem participado de programas de transferência de renda nos governos petistas, assim como outros setores mais empobrecidos da população, como negros, mulheres grupos LGBTQI, também foram beneficiados pelas políticas do governo federal, com melhoras em seus níveis de renda e potencial de consumo em comparação aos períodos de governos anteriores, estavam empregados ou conseguiram se empregar, uma vez que o desemprego atingiu os menores patamares nesse período e reconheciam melhoras expressivas em suas condições de vida.

Se é verdade, que esses setores (moradores das periferias, setores mais empobrecidos da população, como negros, mulheres, grupos LGBTQI) foram os que mais apoiavam a permanência de Dilma no governo, se posicionando contra o impeachment, como vimos no capítulo anterior, também é verdade eu foram esses grupos, já historicamente discriminados, os que passaram a ser os principais alvos da intolerância do governo posterior.

### **3.2. Os alvos da intolerância: sempre foram as mesmas - O avanço da intolerância sobre os sujeitos sociais**

A partir das manifestações de 2013 percebe-se um crescimento tanto dos movimentos de direita quanto nos movimentos de resistência. Se, por um lado, os movimentos de direita avançam nas ruas, também se observa uma multiplicação de coletivos e novos sujeitos se contrapondo a eles no espaço público. Há uma tensão explícita, que os coloca em oposição, em um lugar extremo, a ponto de uns tolherem a liberdade e ação de outros, na forma de cerceamento de suas atividades.

Ambos os grupos, respeitadas as suas diferenças, viviam um estado de insatisfação e não encontravam canais políticos institucionais de expressão. Para uns, escolhas eleitorais, decepçõnara e o auge do petismo chegara ao fim.

Para outros, o petismo e tudo ao que a ele se associava era negativo e deveria ser eliminado. Os políticos, os partidos e o sistema político como um todo eram vistos como corruptos, de modo que, qualquer associação ao sistema era vista negativamente. Até mesmo o voto era mais associado a uma obrigação do que a um direito. A política estava desacreditada e desejo de protestar contra os políticos de modo geral se estendeu para diversos segmentos da população e se materializou a partir das manifestações de junho de 2013.

A multiplicidade de pautas e a falta de credibilidade no sistema político, foram circunstâncias políticas que, involuntariamente, acabou por abrir espaços para a candidatura de Jair Bolsonaro, que se apresentava como “contra tudo o que está aí!” Sua campanha se focou na desqualificação do sistema político e suas instituições passando a ser o candidato antissistema. Teve como principal alvo as esquerdas e os governos anteriores, especialmente os do PT, e os considerava os supostos culpados por todos os problemas do país, prometendo vingança punição aos culpados.

Associava as políticas públicas em favor das minorias, como as cotas e os benefícios aos quilombolas e aos presidiários (auxílio-reclusão), a regulamentação e homologação das terras indígenas, as políticas de inclusão da população LGBTQI, entre outras com tudo de mau que acontecia ao país e prometia combatê-las.

O discurso “contra tudo que está aí” funcionou porque coincidia com o diagnóstico de boa parte da população, insatisfeita com a insuficiência e má qualidade dos serviços públicos, a criminalidade, o desemprego, a violência e, principalmente, a corrupção, e também porque prometia punição e vingança aos supostos culpados por esse coisas.

O conceito de espaço público ganhava, então, novos contornos, com uma nova massa de pessoas desacostumada a ir às ruas, que assimilava seu uso cotidiano, segundo Frúgoli:

“(…) a cidade e seus espaços públicos têm sido alvos de múltiplas apropriações e ocupações, o que tem suscitado diversos debates sobre uma espécie de expansão das relações dos habitantes com o contexto urbano, suas ruas e equipamentos.” (FRÚGOLI., 2018, p. 75–86.)

Mas também encontrou respostas, vinda dos ativismos que incorporam movimento de pessoas nas ruas e espaços públicos e de uma série de interações e as ruas passam a ser o lugar privilegiado de participação direta do cidadão, utilizadas como espaço de manifestação de demandas políticas. A cidadania passa a ser disputada por meio de identidades, que se somam e se contrapõem, na disputa pelo espaço e constituição do sujeito e torna essa identidade bem mais plural.

“Uma das grandes novidades é a existência de novos clamores em favor dos direitos civis, os ‘direitos à diferença’, evocados por uma série de movimentos sociais, como o movimento negro, o movimento LGBT, o movimento quilombola, o movimento feminista, entre tantos outros” (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p. 506).

Diversas ações de coletivos referem-se aos direitos à vida cotidiana, a fim de obter mudanças concretas no uso regular dos espaços públicos. Alguns grupos têm construído discursos de ódio voltados a determinados segmentos sociais, os mesmos observados como as principais vítimas dos crimes de intolerância já medidos, por exemplo, na pesquisa de mestrado “Do preconceito aos crimes de ódio: As marcas da intolerância na Metrópole paulista” que levantou na Decradi, que 25% dos crimes de ódio praticados na cidade de São Paulo, se relacionados à racismo e 25% à orientação sexual, além de 6% de crimes neo-nazistas.

De maneira geral, os alvos da intolerância, aparentemente continuam a ser os moradores da precariedade, sobretudo das periferias, os negros, LGBTQI+ e mulheres, em explícito processo multidimensional da exclusão e rejeição sociais. Embora as formas de resistência surjam mescladas, pois os movimentos se apresentam, de certa forma, híbridos em sua composição e direções temáticas, ainda assim é possível destacar as principais características de seus componentes, suas formas de ação e seus objetivos.

Da mesma forma, nas áreas periféricas abordadas neste estudo, a batalha que se trava é principalmente por direitos ligados à vulnerabilidade que, nesses territórios, se dão por racismo, machismo, intolerância religiosa e homofóbica. Observa-se nesses territórios e sobre esses sujeitos, práticas de violência e discriminação institucionais, sobretudo por meio das políticas de segurança pública. As demandas sociais por segurança e manutenção da ordem, levaram ao incentivo da repressão policial e São Paulo preconizou uma atuação estatal autoritária e antidemocrática, como forma de controle dos crescentes níveis de criminalidade e violência urbana.

No ano de 2017, 19,5% das mortes violentas em São Paulo foram causadas por policiais, segundo levantamento feito pelo Monitor da Violência, uma parceria entre o G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e correspondia a maior taxa de letalidade policial registrada no país. Segundo o pesquisador Bruno Paes Manso, do Núcleo de Estudo da Violência da USP, os crimes haviam diminuído no estado, mas a violência policial havia aumentado.

As políticas de segurança pública adotadas, em sua maioria, terminam por conter e segregar determinados segmentos populacionais tidos como indesejáveis. As medidas repressivas adotadas afetam, principalmente, a juventude pobre, negra e residente das periferias, vítimas das abordagens seletivas e violentas das ações policiais, marcadas por preconceitos e discriminações raciais de classe e gênero, onde agentes policiais selecionam os tipos sociais considerados suspeitos ou quem deve ser abordado de acordo com a aparência física, a cor da pele e o local de moradia.

Em geral, têm como alvo preferencial a juventude “PPP” - preta, pobre e periférica, reconhecida pelo estigma de “vagabundos”, “bandidos”, “traficantes”, “maconheiros”. Aqui, vale lembrar, a chacina ocorrida em dezembro de 2019, durante uma operação da Polícia Militar no **Baile da 17**, uma festa de funk que costuma reunir milhares de jovens em Paraisópolis, uma das maiores favelas de São Paulo, onde nove jovens morreram pisoteados e dezenas ficaram feridos. Segundo a PM, havia cerca de 5 mil pessoas no Baile da 17, no momento da operação e a festa já chegou a reunir cerca de 30 mil pessoas nas vielas de Paraisópolis.

Assim como nessa data, não é pouco comum que um grupo de policiais entre nas comunidades durante uma perseguição a um suposto grupo de criminosos e atuem com violência indiscriminada contra todos os moradores que se encontram nesses espaços, em ações desproporcionais e abusivas.

Busca-se entender a relação entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio através dos processos de cerceamento que surgem no interior do território, na disputa por direitos e cidadania. Para ressocializar a cidade, torna-la solidária e integrada é necessário repensar os mecanismos que vinculam o pertencimento à um grupo à um perfil de marginalidade e para isso é necessário rever a atuação das instituições mediadoras.

Finalmente, se a cidadania, e não a classe, a renda, o status do emprego ou a 'raça' está se tornando o pivô central do encerramento excludente e do direito a transferência de bens e serviços provenientes da coletividade nacional, então necessitamos seriamente de um entendimento sociológico adequado dessa instituição, central para a modernidade e ainda marginal para a teoria e a pesquisa sociais. ." (WACQUANT, L., 2001, p. 173-174)

Ainda, conforme Lefebvre (2008), o direito à cidade envolve não só o direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida, mas também o direito à criação, à atividade participante e à apropriação da cidade. Nesse sentido, o direito à cidade envolve também o direito à cidadania. A segregação espacial torna as relações sociais mais complexas e dolorosas, e expõe as contradições do espaço urbano, onde a heterogeneidade e simultaneidade não podem desaparecer.

As resistências à segregação espacial procuram utilizar certas ações e espaços locais a fim de restituir, ainda que de maneira insuficiente e irrisória, as possibilidades de encontros e a manutenção da diversidade presentes no território.

Ao analisar os movimentos surgidos na última década, não exclusivamente, mas sobretudo nas periferias, do Brasil, a partir das jornadas de junho de 2013, observamos a forte resistência à essa segregação espacial. Suas principais reivindicações recaem justamente sobre essa multiplicidade de direitos que ora convergem e ora opõe sujeitos que habitam o mesmo espaço, notadamente marcado pela segregação e desigualdades nas cidades.

É nesse contexto, de desigualdades socioespaciais que movimentos sociais periféricos e outras instituições e atores locais, entram em conflito. A flagrante ausência do Estado nessas periferias, implica na reprodução da ausência de cidadania e perpetua relações de injustiça e desigualdade, segregando grande parte da população, tradicionalmente excluída, do circuito de apropriação da cidade.

Do ponto de vista político e social, as visões sobre as periferias brasileiras são marcadas pela ideia de precariedade, falta, ausência, vulnerabilidade e violência,

deixando pouca margem para a compreensão da vida cotidiana e das construções que marcam a dinâmica desses territórios. No entanto, as chamadas periferias do país, ao mesmo tempo em que concentram as maiores vítimas das desigualdades e exclusão, possuem também atores que protagonizam diversas ações criativas, culturais e políticas que dão forma às agendas emergentes e às iniciativas autônomas que respondem aos problemas imediatos da população local.

Os coletivos, artistas e movimentos sociais de periferia, aparecem como atores fundamentais para a apresentação de resistências aos retrocessos políticos e sociais que se tornaram crescentes nos últimos tempos. Pode-se supor que diante da ausência de efetivação de garantias do Estado para a execução e suas atividades, desde a negociação de data e espaço para que aconteçam junto ao poder público, a dificuldade para obtenção de equipamentos de som e luz, a logística para adequar o tráfego e a segurança locais, além da negociação com outros poderes locais como o tráfico e associações de moradores.

É, sem dúvida, considerando esse fundo de dificuldades crônicas, que surgem ali e acolá as atividades de entretenimento barato, para arrebanhar os jovens. Os saraus, como também os shows de rap, surgem dessa necessidade de suprir demandas reprimidas de uma população carente, em que se articulam modos de convivência misturada com recreação cultural. São encontros sociais que em circunstâncias outras não ocorreriam. Os espaços públicos na periferia não são lugares convidativos para o encontro social a partir de determinado horário. Podemos apontar a insegurança, a falta de transporte público, a presença do tráfico, a intransigência policial, como algumas dessas ações o que não impede os participantes dos saraus (Binho e Cooperifa) de cumprirem suas peregrinações com um alento nos Cora ações. (BIN, 2018, pag. 137)

Os coletivos de periferias, na luta contra a homogeneização cultural e diante da dificuldade de construir uma identidade periférica que reconheça processos construtivos desenvolvido à margem da cultura globalizante e na tentativa de difundir conceitos e práticas de participação entre as classes populares e periféricas e produzir novos sentidos, passam também a sofrer cerceamento, sobretudo devido às pautas pelas quais lutam, sendo as lutas antirracistas e feministas as que mais tensionam.

Mais uma vez, gênero e raça são marcas que se inscrevem no espaço público e demandam todo esforço em questionar a realidade de desigualdade que se estabelece a partir de práticas que estimulam a pensar a equidade e autonomia dos antes chamados “movimentos de minorias” (negros, mulheres, gays, lésbicas, trans) grupos sociais para quem o espaço público não parece ser destinado e que propõe “*uma ação transformadora capaz de encontrar maneiras de (re)inventar um mundo possível.*” (BORGES, 2016)

O impulso em direção ao cercamento, ultrapassa as frentes de atuação e recaem sobre marcadores sociais da diferença já conhecidos e recorrentes, como o machismo e o

racismo, independente de seus temas de atuação ou territorialização. Segundo Mbembe, “as fronteiras contemporâneas correm o risco de se tornarem lugares de reforço, reprodução e intensificação da vulnerabilidade para grupos estigmatizados e desrespeitados” (MBEMBE, 2019) e é contra isso que os coletivos das periferias resistem.

Nesse sentido, esta pesquisa aponta como indicativo aprofundar o olhar para o ativismo periférico em São Paulo, dada a sua representatividade e potencialidade, e entender que as disputas que estão postas para a construção dessa identidade periférica, a partir também das dimensões do conflito, dada a necessidade de mediação de múltiplos interesses na dinâmica constante de disputa pelo espaço público, é a disputa pela cidadania.

Em tempos de avanço do conservadorismo, onde esse mesmo conservadorismo passa a ocupar as ruas como já vinha fazendo os movimentos sociais progressistas desde o século passado, os grupos das periferias se apresentam como contraponto às pautas conservadoras no campo das políticas públicas e de reconhecimento às diversidades. Isso os leva a enfrentar mais conflitos nos espaços públicos, agora em disputa com organizações do campo da direita.

### **3.3. Gênero: A misoginia projetada na figura de Dilma Rousseff**

Quando se analisa a presença das mulheres na política, o Brasil é um dos países menos igualitários do mundo. Segundo dados da União Interparlamentar, atualizados em 1º de março de 2017, o Brasil ocupa o 153º lugar entre 194 países pesquisados, quanto à presença de mulheres nos parlamentos. (IPU, 2017). Desde 1997, com a chamada Lei das Cotas (Lei 9504/1997), os partidos são obrigados a garantir 30% de mulheres em suas listas de candidatos para as eleições proporcionais.

A eleição de Dilma muda radicalmente esse cenário. A presença de Dilma no governo anterior de Lula e, posteriormente, sua eleição e atuação como presidenta da República têm uma clara perspectiva política. Não é admissível, para os políticos tradicionais, pensar sua trajetória no governo federal.

Durante a campanha a favor do impeachment, tanto nas redes sociais quanto nas manifestações de rua conduzidas por uma classe média urbana e elitizada, trouxeram à tona o preconceito contra a mulher e a questão de gênero na política surgiu da forma mais primária possível. Seja na observação de sua vida privada, perpassando suas relações familiares e afetivas que a mostram ora como uma mulher solitária, separada, sem marido; ora a mulher casada duas vezes; ora como assexuada ou na condição de lésbica. Para o político homem, ter passado por dois, três ou mais casamentos, em nada o desabona na ótica patriarcal, chegando a ser até valorizada, em uma perspectiva que justifica o machismo.

As ofensas sexuais, em adesivos e nas redes sociais, bem como os palavrões e xingamentos, como ‘vaca’, ‘puta’ e ‘arrombada’, foram fortemente direcionados à presidenta Dilma Rousseff, evidenciando o nível de preconceito contra a mulher no país. A desqualificação beira a misoginia, tanto no conteúdo como na forma.

Além disso, o passado político de Dilma e sua militância em Organizações Revolucionárias na juventude, que a obrigou a viver na clandestinidade e, ainda a levou a prisão por três anos, onde foi submetida à tortura durante a ditadura militar, tendo seus direitos políticos cassados, aumenta ainda mais a rejeição da direita conservadora.

O Dia 8 de março, no pronunciamento de Dilma, por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher, foi organizado um grande “panelaço” durante os 15 minutos de seu discurso, em áreas nobres de várias capitais brasileiras, com destaque para a cidade de São Paulo. O formato da manifestação, por meio de panelaço, também pode ser encarado como uma expressão de misoginia em dois sentidos: o primeiro, pelo

instrumento utilizado, em forte alusão de que o lugar da mulher é o espaço doméstico, lugar de mulher é na cozinha e não no espaço público, em cargos políticos, exercendo o comando do país; o segundo como “mansplaining”, utilizando do ruído produzido pelo painel como uma maneira de fazer calar a voz da mulher, mesmo em assuntos que elas dominam.

A evidência do preconceito contra a mulher também se demonstrou no campo da política. Na observação de sua vida pública, também não faltaram expressões preconceituosas para justificar o golpe. Era citada como histérica, irascível. Era comuns, no circuito político, falas sobre o quanto Dilma era dura, não tinha jogo de cintura, não negociava, não cedia às tramas necessárias, ela não era política.

A inabilidade radical com o outro, o suposto inimigo no jogo do poder e nos interesses da economia, de uma neófito em toda a possibilidade de negociação política ou pública, só era superada pela incrível inabilidade na lida com os próprios parceiros de poder, com as constantes escaramuças, divididas e rupturas com os próprios homens, equipe de governo. Alguns pequenos exemplos do modo que, reza a lenda, se tornou sistemático de Dilma Rousseff gerir – afinal, segundo a ideologia que a sustentou, ela mais do que uma política e menos do que uma governante, era uma gerentona... uma palavra muito feia... - que parece ter acontecido em todos os níveis de sua ação, da burocracia oficial aos embates com os grandes interesses. (AB’SABER, Tales – 2015, pág. 18)

Mesmo grupos e partidos políticos, muitos deles ligados à esquerda, além da sociedade civil como um todo, pouco reafirmam o espaço da mulher na política, ao contrário, o consenso reafirma que “o lugar da mulher não é na política” e como o gênero teria sido considerada uma variável importante na deslegitimação de Dilma Rousseff para legitimar o golpe parlamentar.

No presente, não bastou ser desprovida de qualquer virtude política. Foi necessário também o ridículo e o desrespeito; foi necessário transformá-la em pessoa assexuada ou sexualmente “desviante”, desprovida de atrativos e de inteligência. O gênero foi acionado na maioria das vezes como recurso negativo da figura pública da mulher Dilma Rousseff, o que de certa forma é o padrão. Mas o espectro e diversificação das formas da deslegitimação foram tão amplos, que só estudos mais sistemáticos poderão analisar o seu efetivo impacto no processo do impeachment. De início o que surge é um período marcado por muito preconceito e misoginia.” (RUBIM, L. e ARGOLO F., 2018, pág. 50)

Além disso, os governos de Dilma Rousseff também vinham dirigindo e investindo fortemente em políticas públicas de gênero, como o cadastro prioritário de programas sociais Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, em nome das mulheres; aprimoramento da Lei Maria da Penha, de combate à violência contra a mulher, sancionada em 2006, pelo Presidente Lula, mas com ampliação da rede de Delegacias de Mulheres e instauração de medidas protetivas de afastamento cautelar do agressor, além

da ampliação de rede de apoio à mulher vítima de violência doméstica por meio da inauguração da Casa da Mulher Brasileira; a criação do Programa “Mulher: Viver Sem Violência”; além da Lei do Femicídio, sancionada por Dilma em 2015.

Além das políticas distributivas com foco nas mulheres e o aprimoramento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, também na área do trabalho as mulheres foram beneficiadas na gestão Dilma, com a regulamentação do emprego de doméstica, em 2015, que assegurou novos direitos aos trabalhadores da categoria, como FGTS, adicional noturno, seguro-desemprego, salário-família, entre outros, o que incomodou fortemente a direita e a camada mais conservadora da sociedade brasileira.

Os Governos Dilma, deu lugar de destaque à Secretaria Especial de Política para Mulheres, no que diz respeito ao incentivo para a implementação de políticas de combate à desigualdade de gênero e abriu espaço para a reflexão sobre o lugar social da mulher e a perspectiva de gênero. Essas iniciativas, sem dúvida, estimularam a perspectiva misógina que o golpe revelou.

Imediatamente após assumir o governo Temer anuncia o fim das políticas para mulheres, com duros cortes orçamentários. Em relação ao governo anterior, a redução foi de 61% à verba para o atendimento à mulher em situação de violência; a assistência teve uma queda de recursos também da ordem de 60% e as verbas das políticas de incentivo à autonomia das mulheres diminuíram mais de 50% no orçamento. Ao reduzir drasticamente os recursos a estas políticas, o Estado acabou por sobrecarregar ainda mais as mulheres perpetuando a feminização da pobreza

Assim, a presidenta da República Dilma Rousseff foi afastada do cargo no dia 31 de agosto de 2016, em nome de um discurso pautado em “Deus” e na “Família”. Era evidente que a resistência à presidenta da República, tanto pelos congressistas, quanto por parte da população brasileira, se refugiava em discursos de natureza econômica e política, mas traziam em si outras dimensões associadas às questões de gênero, afinal, no imaginário brasileiro, a figura da mulher na política sempre esteve associada ao papel da esposa, companheira, cúmplice e solidária às ambições do marido.

A imagem da mulher “bela, recatada e do lar”, foi prontamente adotada pelo governo interno de Michel Temer, na pessoa da primeira dama, Marcela Temer, em uma oposição clara ao que Dilma representava.

A dominação masculina se fundamenta a partir da ideia de que a mulher as mulheres são inferiores e se legitima socialmente a partir do pressuposto de que existe uma “primazia universalmente concedida aos homens” nas relações sociais; nos aspectos de produção e reprodução; e na divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2002). Às mulheres, durante muito tempo, foram excluídas de assuntos sérios, que envolvessem decisões e o destino da sociedade, restando-lhes o espaço doméstico e preocupações de cuidado consigo, com a família e com sua imagem e aparência física.

Esse discurso torna possível as mais diversas formas de violência de gênero, expondo a mulher a opiniões e julgamentos alheios e concedendo a ela um papel incompleto, naturalizando o direito de aviltá-las, agredi-las e humilhá-las, quando suas atribuições e competências não correspondem a expectativa externa desejada. Além disso, a herança da sociedade patriarcal, onde as mulheres eram tratadas como meios de troca, permitindo aos homens acumular capital social e simbólico e, se expressa nos dias de hoje por sua aparência, corpo, maquiagens, roupas, porte, posturas e comportamento, a partir de determinados atributos como a delicadeza, a feminilidade, a maternidade, como indicativos da reprodução das relações tradicionais entre os sexos nas sociedades em que vivemos (BOURDIEU, 2002).

A importância de trazer a misoginia para o debate político se dá na medida em que problematizar a violência simbólica e física sofrida por mulheres ocupa um espaço interdito de representação social que necessita ser revelado.

O golpe demonstrou o forte conservadorismo presente na sociedade brasileira, relacionado às dimensões de gênero. Dilma era apenas uma mulher e mulheres não sabem fazer política. Sociedade como a nossa, pautadas no patriarcado concebem que cabe ao homem a esfera pública, enquanto a mulher deve ser restrita a vida privada, a intimidade das famílias, a invisibilidade na vida social, econômica e política. Dilma estava “fora do lugar”.

### **3.4. Raça: Extinção da SEPPIR e políticas de reparação de igualdade racial**

Assim como às mulheres é negado espaço no cenário político do golpe de 2016, também estão ausentes os negros, os indígenas e os trabalhadores das classes populares. Um dos grupos mais afetados em seus direitos, pela virada política para a direita no Brasil desde o golpe de 2016 foram os negros.

As forças reacionárias que atuam no Brasil a partir das manifestações de 2013, trazem como sua base ideológica e práticas políticas e culturais de violência e menosprezo, coisificação e ódio ao escravizado, traduzido atualmente para a população mais pobre, negros, pretos e pardos. O fundamento do fascismo brasileiro é a escravidão e o racismo.

Desde o início da colonização brasileira até os dias de hoje, a instituição que englobou todas as outras formas de opressão foi a da escravidão. Essa é a base de toda a opressão, de todo ódio e ressentimento da sociedade brasileira. Considerada a semente de toda desigualdade e exclusão, a escravidão influenciou, e continua influenciando ainda hoje, a economia, a política e a justiça do país (SOUZA, 2017).

O golpe político de 2016 marca a ascensão de grupos conservadores, instaurando uma coalizão contrária às políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, que ganharam força a partir de 2003. Até o golpe de 2016, o Brasil vinha desenvolvendo uma experiência importante de políticas de combate ao racismo e seus impactos sociais na vida da população negra.

Mais do que os discursos de ódio racial e as declarações abertamente racistas ou, no mínimo, contrárias ao combate ao racismo, que afloram no Brasil após o golpe, o governo também passa a atuar de modo a enfraquecer tais políticas e os aparatos institucionais constituídos para dar apoio a elas. Discurso e ação política passam a ser estratégias para a destruição das políticas de igualdade racial no Brasil.

O novo governo passa a tornar inexequível que o combate ao racismo seja uma política de Estado, retirando a pauta do orçamento, ou seja, não direcionando recursos orçamentários para nenhuma política pública de combate ao racismo. A SEPPIR, Secretaria de promoção da igualdade racial, que nos governos anteriores tinha status de Ministério, passa a compor Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). O programa para Promoção da igualdade racial e superação do racismo, que em 2019 tinha um orçamento de 10,3 milhões, não chegou a gastar 70% dos recursos autorizados no ano e em 2020 não recebeu 'sequer 1 real' do governo federal. Esse

retrocesso nas políticas de igualdade racial traz sérias consequências para os direitos da população negra.

As primeiras políticas de ação afirmativa no Brasil, advém da década de 1980, localizadas no âmbito de estados e municípios, com ações que visavam a promoção da cultura negra e valorização da sua contribuição para o mosaico cultural do país. A criação da Fundação Cultural Palmares, em 1998, compõe uma ‘segunda geração’ de ações de combate ao racismo, seguida pela Lei Caó, na Constituição de 1988, que prevê a criminalização da discriminação, do racismo e da injúria racial, deslocando o foco para a repressão aos atos concretos de discriminação, o que vai levar inclusive à criação de delegacias especializadas em crimes raciais. A mesma constituição também proporcionou atos de reconhecimento e titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos.

No ano de 2003 tem início a implementação de cotas raciais para ingresso de estudantes negros em universidades públicas estaduais. No início de 2003 houve também a promulgação da Lei 10.639, que institui a obrigatoriedade do ensino sobre História da África e contribuições dos africanos e afrodescendentes para a história da formação da sociedade brasileira. Também nesse ano, em 20 de novembro, foi assinado o Decreto Federal 4.887, que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas

Em 2003, também em março, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), uma secretaria com status de ministério, e principal estrutura institucional voltada para a superação do racismo no Brasil, colocando a pauta racial em outro patamar no Estado brasileiro, e sendo um marco a partir do qual emerge um conjunto de políticas de reconhecimento.

O SINAPIR, criado em 2013 com a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial, constitui um importante instrumento para as políticas de igualdade, voltado às áreas da saúde, educação, cultura, trabalho, religiosidade, acesso à terra e moradia, meios de comunicação e marcos institucionais. Além disso, vale mencionar a promulgação da Lei 12.711 de 2012, chamada Lei das Cotas Raciais, que obriga as instituições vinculadas ao Ministério da Educação e as instituições federais de ensino técnico de nível médio a reservar vagas para o ingresso de estudantes negros, expandindo uma medida que já vinha sendo implantada em âmbito estaduais.

Entre os anos de 2003 e 2015, cotas nas universidades e em concursos públicos, ações em campos como educação, saúde, mercado de trabalho, cultura, planejamento

urbano; políticas de Combate ao Racismo Institucional, que tem como foco o comportamento de instituições; o Plano Juventude Viva, focado em órgãos de segurança, entre outras, constituem o que vem a ser chamadas de “ações afirmativas”.

Em conjunto com outras políticas universalistas, como a elevação do valor real do salário-mínimo, a expansão dos direitos trabalhistas e ações com foco no combate à pobreza, como a política do Bolsa-Família, ainda que não tenham foco em raça, esse conjunto de medidas tem importante impacto na redução das desigualdades raciais.

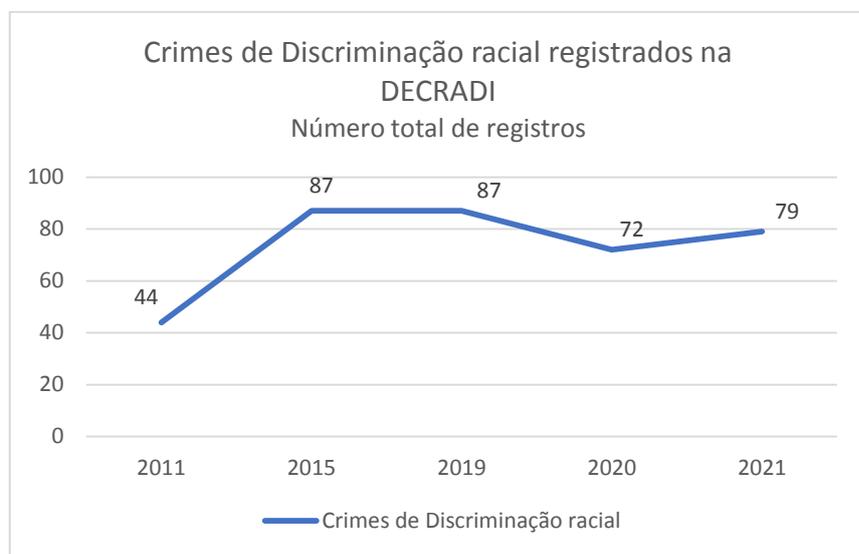
Assim, em meio a batalhas partidárias e ideológicas, emergem discursos críticos a políticas que vinham sendo construídas nos vinte anos anteriores. Frases como “gente diferenciada circulando em Higienópolis com a chegada de estação de metrô”; “acabar com essa farra de empregada doméstica indo pra Disney”, passam a fazer parte do imaginário social dos que se consideravam “prejudicados” por uma política redistributiva e a aproximação social dos pobres (sobretudo, negros). O processo de virada conservadora veio se desenhando no Brasil desde, ao menos, 2013.

Com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, chega ao fim esse ciclo de reparação de desigualdades. Com uma “virada política neoconservadora”, incomodada com o avanço de pautas de redução de desigualdades raciais e transformação de costumes, representantes das classes médias urbanas estabelecidas, que pouco a pouco sentia perder aspectos de distinção em relação aos pobres, como o acesso à universidade e outros bens, implantam uma agenda de desmonte de todas essas políticas públicas.

A criação da DECRADI (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância), objeto de estudo na dissertação de mestrado realizada em 2011, sobre o título **“Do preconceito aos crimes de ódio: As marcas da intolerância na metrópole paulista”** foi criada em 2006 em São Paulo e expandida para diversos municípios brasileiros, ainda nos governos petistas, tem o objetivo de combater aos crimes de racismo, preconceito e intolerância, sobretudo religiosa contra as religiões de matriz africana e homofobia.

À época (2011), o número de registro de crimes de intolerância era de 174 casos, e a discriminação racial representava 25% deles, 44 casos e sofreram importante evolução ao longo dos últimos 10 anos. No ano de 2015, mais de dois terços dos inquéritos instaurados no pela DECRADI se originaram de denúncias de discriminação de raça, cor, etnia, totalizando 87 casos dessa natureza, de um total de 125 registros. Em 2019, o número de registros de crimes de discriminação racial na DECRADI se manteve em 87 casos, representando, aparentemente, o pico do número de registros deste tipo de delito nessa delegacia especializada, que, bom frisar, não é a único acesso a denúncias. Em

2020, os registros de crimes de discriminação racial passaram a 72 e em 2021, foram 79 registros.



O aumento do número de notificações atingindo seu pico no período do golpe e imediatamente posterior a ele (2015/2019) corroboram com nossa hipótese do agravamento das manifestações de intolerância racial deflagrada pelo golpe e seu arrefecimento nos anos posteriores, pode estar relacionado também relacionado à reclusão e os protocolos adotados na cidade de São Paulo de isolamento social devido à pandemia de Covid-19, que limitou as relações sociais a partir de 2019, na cidade.

É difícil afirmar que o aumento no número de denúncias signifique o aumento da intolerância racial. No entanto, o aumento da visibilidade dos casos de racismo, por meio de denúncias, faz parte do processo de pressionar as instituições para que reconheçam a existência do racismo no Brasil. Embora o racismo não mude de condição apenas com a questão penal e punitiva, essa é uma parte importante para criar condições para que a igualdade entre negros e brancos, de fato, exista.

Assim, a partir do golpe de 2016, ao invés da redistribuição, inclusão e reconhecimento da diversidade cultural, temos a retirada de direitos, hiper exploração da força de trabalho através da precarização social e supressão de direitos trabalhistas e de todos os sistemas de proteção, a pilhagem dos recursos naturais, o enfraquecimento de legislações de regulação ambiental e a negação da titularidade de territórios indígenas,

<sup>8</sup> Elaboração própria a partir de dados fornecidos nos sites de notícias uol e G1

quilombolas, ribeirinhos, abrindo espaço para a hiper exploração dessas terras pelo latifúndio, garimpo, madeiras e pecuaristas, inclusive ilegais.

Essa destruição se constitui no alicerce da perpetuação do racismo um fenômeno perverso que produz efeitos devastadores em nosso país e alimenta o genocídio da população negra brasileira. Uma das formas de o racismo se alicerçar e ganhar espaço no cotidiano, nas práticas e na política é por meio da propagação dos discursos de ódio racial:

“O movimento negro, os vagabundos do movimento negro, essa escória maldita”. “Não tenho que admirar Zumbi dos Palmares, que pra mim era um filho da puta que escravizava pretos. Não tenho que apoiar Dia da Consciência Negra. Aqui não vai ter, zero – aqui vai ser zero pra [Dia da] Consciência Negra.” (Sérgio Camargo, Presidente da Fundação Cultural Palmares, s, chama movimento negro de 'escória maldita' em reunião. G1, 2020. Disponível em. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/sergio-camargo-presidente-da-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita-em-reuniao.ghtml> Acesso em 27 jun. de 2021.

Seja por meio de narrativas ou de gestos, os discursos de ódio que afloram no Brasil sobretudo após a ascensão da extrema direita ao poder são práticas sociais que caminham junto com o ódio e a violência. É a isso que temos assistido quando acompanhamos a trajetória dos governos pós golpe.

É inegável que está em curso no Brasil um processo sistemático de exclusão, extermínio e criminalização do povo negro, que tem como foco a população jovem. Vivemos diante de um verdadeiro genocídio da população negra.

O reconhecimento do “Estado” como uma arena de disputas complexas e multifacetadas, pode garantir a efetividade das lutas dos grupos subalternizados e sua legitimidade. Trazer as relações raciais para o bojo das ações do Estado, por meio de políticas transversais de igualdade racial, implementadas em todos os ministérios, bem como uma política estrutural, com orçamento próprio e ações específicas pode ampliar as discussões sobre a formação do estado brasileiro.

O Estado é, portanto, central na definição e distribuição de recursos e direitos de cidadania, instaurando práticas que, no limite, podem compreender formações necropolíticas (MBEMBE, 2016) ou mesmo o “racismo de extermínio” (WIEVIORKA, 2007). O Estado Democrático de Direito deve garantir, como pontua a Constituição Federal de 1988, a pluralidade e a diversidade humana. Portanto os crimes de racismo e genocídio vão na contramão dos princípios da nossa Constituição da República.

As desigualdades raciais existentes no Brasil desde a época da escravidão, tornaram-se mais evidentes na medida em que as transformações na sociedade ocorriam de modo cada vez mais acelerado. Essas diferenças foram sendo naturalizadas na sociedade, que ano após anos foram sendo reproduzidas e enraizadas. Para tentar reduzir os impactos do preconceito racial, as políticas afirmativas adotadas no Brasil durante os governos petistas, se fundavam na questão racial, e buscavam reduzir desigualdades com contornos classistas, da baixa condição econômica de uma população de determinada origem étnica, tradicionalmente excluída.

O objetivo dessas políticas é também lançar luz à ideia de que as desigualdades existentes na sociedade não podem ser vistas apenas como uma questão econômica ou meritocrática. Fechar os olhos para a origem do problema, na questão racial é contribuir para perpetuar o racismo, que precisa ser combatido para que a sociedade possa ser de fato, justa e igualitária.

### **3.5. Gênero e raça e conceito de interseccionalidade - a sobreposição da opressão sobre sujeitos periféricos, uma agenda necessária**

Durante o processo de redemocratização brasileiro, diversos movimentos sociais ergueram a bandeira da luta contra a discriminação e o preconceito, em prol do exercício legítimo da cidadania e a favor da igualdade de direitos. Na atualidade, os sentidos da discriminação são recolocados em disputa devido à nova visão do governo atual, na tentativa de desmobilizar, desestruturar e desconstruir a legislação e políticas públicas antidiscriminatórias.

A ideia de discriminação constitui-se, sobretudo, como um elemento central na expressão da lógica da diferença, realçando as especificidades dos segmentos sociais, e contribuindo para a construção de sujeitos políticos.

“Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

“III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;” (“Art. 3 da Constituição Federal de 88 - Jusbrasil”)

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

(BRASIL, Constituição Federal, 1988)

De acordo com a Constituição, o Estado tem como objetivo promover o bem da população através de políticas e ações universalistas, sem qualquer tipo de discriminação por raça, cor, sexo, origem ou idade dentre outros atributos. O Estado não deva exercer nenhum tipo de restrição ou formular suas ações, pautando-se em preconceito.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um importante referencial político-jurídico no enfrentamento à discriminação de diversos segmentos sociais, como as mulheres e as minorias étnico-raciais e religiosas.

No âmbito da sociedade civil, alguns movimentos sociais, como o movimento negro, o feminismo e o movimento LGBTQIA+, enfatizaram a importância da luta contra a discriminação e o preconceito na construção de uma sociedade mais justa e solidária desde a década de 1970. Tais movimentos exerceram um papel central durante o contexto político da redemocratização. No caso brasileiro, os movimentos negro e feminista foram especialmente importantes na constituição de uma agenda reivindicatória orientada, sobretudo, pela garantia dos direitos civis e pelo exercício da cidadania plena, em que o direito à não-discriminação tem um peso particularmente relevante.

Podemos afirmar que, a partir dos anos 1990 e 2000, estes movimentos sociais passaram a reivindicar do Estado uma postura ativa no combate à discriminação e na superação das desigualdades raciais e de gênero. No âmbito do poder executivo, as reivindicações por políticas públicas de combate à discriminação racial e à violência contra a mulher obtiveram ressonância em diversos setores da administração pública.

O reconhecimento das desigualdades sociais e das diferenças pelo Estado, em seus diversos níveis (municipal, estadual e federal) e esferas (executivo, legislativo e judiciário), tem favorecido o surgimento de leis e políticas públicas focalizadas, direcionadas a segmentos sociais específicos, organizadas pelo governo brasileiro, na década de 2000, no sentido de minimizar as desigualdades e combater o preconceito e discriminação.

Mas afinal, o que é discriminação? E quais são os sentidos do discurso antidiscriminatório que têm sido acionados pelas mobilizações políticas em torno de identidades sociais? As transformações na ação social, a partir de 2013 trouxe práticas e estratégias inovadoras, desenvolvidas por uma multiplicidade de sujeitos sociais em busca do seu reconhecimento enquanto sujeitos, para além do alcance de objetivos imediatos e da legitimidade das suas reivindicações.

Consideramos relevantes as formas como são constituídas historicamente as identidades sociopolíticas, levando em conta a importância do território nas construções identitárias. Esta postura vincula-se diretamente as especificidades das relações raciais e de gênero no Brasil. O recorte espacial também se relaciona ao associativismo, o que potencializa essas identidades, permitindo expandir as suas formas de atuação (política, social e comunitária).

O objetivo foi focalizar como objeto de análise, o campo da intolerância política no país a partir das manifestações que impulsionaram o golpe de 2016, com vistas a compreender o preconceito, a discriminação e a vitimização no Brasil, e em especial em São Paulo, identificando as diferenças sociais enquanto focos da discriminação os segmentos sociais aqui tratados, tomando a questão da territorialidade, gênero e raça como determinantes.

No âmbito do senso comum, é possível compreender algumas das concepções sobre discriminação como um tipo de ação, atos discriminatórios, capazes de estabelecer uma forma de distinção social, geralmente relacionados a preconceitos ou estereótipos, geralmente relacionados a algum marcador social da diferença tais como gênero, idade,

cor, raça, aparência, tipo físico, condição social, posicionamento político, crença religiosa, identidade e orientação sexual, entre outros.

Atos discriminatórios podem ocorrer em diferentes circunstâncias da vida cotidiana. Para além dos atos discriminatórios individuais, nos interessa, especialmente, a discriminação institucional e estrutural que é a forma como as instituições sociais tratam diferentemente os cidadãos, seja na abordagem policial de suspeitos de delitos; na seleção de candidatos a empregos; no tratamento ofertado na saúde pública, nas escolas e espaços públicos além de outras circunstâncias sociais. A discriminação, enquanto ação corresponde, sociologicamente, a uma forma de construção de uma relação social e não exatamente a uma percepção individual, com um sentido único e exclusivo.

Os atos discriminatórios são tratamentos desiguais considerados como injustos, injustificáveis e até mesmo, ofensivos, na ótica daqueles que se sentem, individual ou coletivamente discriminados, independente do sentido da conduta do agente responsável pela discriminação. Isto é particularmente significativo, na medida em que a discriminação não encerra apenas uma forma de ação, mas também as consequências desta ação. As práticas discriminatórias têm impactos emocionais sobre os indivíduos, além de consequências sociais, culturais e econômicas que ultrapassam a dimensão individual, atingindo, sobretudo, determinados grupos e segmentos sociais.

Como afirma Pager (2006, pag. 67), em virtude de normas sociais e sanções legais, as formas contemporâneas de discriminação raramente são abertas, o que torna inumeráveis casos de ação discriminatória invisíveis para as próprias pessoas que foram alvo. As formas de discriminação indiretas, em alguns casos, correspondem a processos psíquicos inconscientes para os agentes discriminadores. Ainda que os agentes não tenham uma intencionalidade específica, não significa que estes processos não representem prejuízos ao indivíduo ou segmento social que o sofre.

A discriminação direta pode ser mais facilmente apreendida, gerando maiores consequências emocionais, já as discriminações indiretas são mais sutis, mas mesmo assim provocam consequências sociais e econômicas.

O debate sobre a discriminação relaciona-se com a trajetória dos Direitos Humanos e o Sistema Internacional de Direitos Humanos, cuja principal expressão é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e fundamenta-se em documentos, tais como acordos e convenções, em que a eliminação da discriminação é mencionada como

um ideal. Estas convenções refletem a insuficiência da enunciação universal de direitos e, desta forma, explicitam especificidades de alguns sujeitos de direitos, em especial as mulheres e os segmentos étnico-raciais minoritários.

A Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial apresenta a seguinte definição de discriminação racial:

*“Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de sua vida”* (NAÇÕES UNIDAS, 1979 apud RIOS, 2008, p. 20).

O debate internacional no campo dos Direitos Humanos influenciou de modo decisivo a ordenação dos dispositivos constitucionais relacionados ao combate à discriminação de forma geral, e na rejeição ao racismo e ao sexismo, de forma particular. Esta influência é nítida na formulação da Constituição brasileira de 1988, na qual se expressa, em diversos artigos, os princípios formais da igualdade jurídica entre os cidadãos brasileiros e, particularmente, entre homens e mulheres.

A proibição de práticas discriminatórias no âmbito das relações sociais cotidianas é mencionada na Constituição, no capítulo 1, artigo 5º, parágrafo 42, afirma que —a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, enquanto o parágrafo 41, indica que —prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. O texto constitucional especifica ainda a proibição da discriminação no trabalho em relação a critérios como sexo, cor, idade ou estado civil.

A especificação de princípios constitucionais e instrumentos regulatórios voltados para a garantia de direitos não-discriminatórios explicita os limites do princípio proibitivo de discriminação baseado exclusivamente a partir do princípio da igualdade formal. Segundo Rios (2008), a igualdade formal de direitos não garante as condições concretas de igualdade entre os indivíduos e, neste sentido, as normas jurídicas devem ser especificadas de modo a impedir as práticas discriminatórias.

No campo econômico, é acentuada a influência dos estudos de discriminação no mercado de trabalho, principalmente da discriminação racial e de gênero e comprovam a importância da discriminação na estruturação do mercado de trabalho e na geração de desigualdades socioeconômicas, a partir de evidências como a diferença salarial e

ocupacional. Pelos impactos socioeconômicos que produz, a discriminação pode ser compreendida como um mecanismo de regulação do mercado, que impõe diferenciação ocupacional e salarial, independentemente das interações sociais.

No entanto há mecanismos responsáveis pela reprodução das desigualdades sociais, neste âmbito, e a discriminação não deve ser tomada como um aspecto isolado. Ela oculta outras abordagens, como a atuação dos agentes: quem discrimina? Quais são os mecanismos acionados? E, principalmente, por quê?

Nesse sentido, a discriminação é um dos determinantes das desigualdades raciais e de gênero na sociedade brasileira. A perspectiva de análise da discriminação, No entanto, não deve ser tomada apenas como um fenômeno econômico, ela também ocorre em outros âmbitos da vida cotidiana (inclusive na esfera privada) como as relações no familiares e da vizinhança, o que demonstra a extensão da problemática em questão.

A discriminação, ultrapassa, portanto, um simples tratamento desigual, estando relacionado, em diversas circunstâncias, a preconceitos e estigmas profundamente enraizados, e, em outras, a condutas extremamente violentas e agressivas. Convém analisar não apenas pelo ponto de vista teórico, a relação entre preconceitos e estigmas sociais, dinâmicas discriminatórias e padrões de discriminação associados à violência (por exemplo, agressões físicas e verbais).

A natureza do preconceito e a gênese de comportamentos preconceituosos não se localiza nas diferenças individuais, mas nas hierarquias sociais que reproduzem e consolidam preconceitos. A discriminação institucional é um importante fator de manutenção e reprodução dessas expressões e é importante identificar as políticas públicas voltadas ao enfrentamento de práticas discriminatórias na vida coletiva e o papel exercido por elas no reconhecimento e combate à discriminação.

Pensar o surgimento de categorias que se sobrepõe através de diferenciações, articulando-se gênero e raça, como categorias de interseccionalidades que permeiam o social, contribuem para analisar uma problemática relevante no Brasil contemporâneo: a feminização e racialização da pobreza. Esses pontos, considerados como marcadores sociais da diferença, ganham maior complexidade quando analisados por uma ótica transversal e se observa a interseccionalidade entre eles.

e as maneiras como o poder opera sobre essas populações à margem dos processos de poder.

Características de poder e do político, inclui noções muito específicas sobre relações de dominação e subordinação, exploração, coerção, controle e desigualdade e colocam a universalidade da hierarquia e da subordinação feminina e racial. O poder social não é unificado, coerente e centralizado, é uma miríade de relações desiguais.

Trabalhar com a categoria interseccionalidade nos permite pensar em ferramentas analíticas capazes de apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. Não se trata mais apenas da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça há outros fatores como geolocalização, inserção profissional, habitus e capital social adquiridos. É a diferença, em sentido amplo. O debate sobre as interseccionalidades permite perceber a coexistência de diversas abordagens. Elas variam em função de como são pensados diferença e poder e como estes são concedidos aos sujeitos.

Aqui a interseccionalidade aparece voltada para revelar o poder das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação, dominação e marginalização. A ‘interação’ entre formas de subordinação possibilita superar a noção de superposição de opressões. Gênero não é o único fator de discriminação, assim como raça também não é. Outros fatores estão operando conjuntamente. Gênero, raça e classe são pensados como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam identidades, exclusivamente vinculadas aos efeitos da subordinação social.

Raça, gênero e classe não são âmbitos diferentes de experiência que existem isoladamente uns dos outros. Essas categorias existem por meio das relações entre elas. Por esse motivo são categorias articuladas. Assim, gênero está vinculado à sexualidade, mas também ao trabalho subordinado e raça é uma questão que vai além da cor da pele, incluindo a força de trabalho, atravessada por gênero e por local onde se mora.

Tais marcadores de identidade, como gênero, classe ou raça não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles também oferecem pistas, simultaneamente, que possibilitam pensar se a diferença remete à desigualdade, opressão, exploração ou as potencialidades que contém e permitem pensar o igualitarismo, diversidade e emancipação.

O conjunto de políticas e de discursos de desconstrução de direitos de todos os tipos, construídos em quase um século de lutas, interditou o avanço do debate e levou a uma onda regressiva de desenvolvimento econômico, social, político e cultural. A democracia regrediu e as liberdades e direitos civis precisam ser retomados.

A fúria neofascista acirrou a intolerância contra a igualdade racial, entre homens e mulheres, a liberdade de identidade de gênero e orientação sexual, a pluralidade de crenças e culturas, a preservação do meio ambiente e o direito à paz. A onda conservadora vem manipulando esses conceitos e mobilizando forças para erradicar essas pautas do debate público. Assistimos, desde o golpe de 2016, a exacerbação dos discursos de ódio e ataques constantes e formais a negros, mulheres, homossexuais, pobres e periféricos e à própria democracia.

Cabe a nós, prosseguir reivindicando a promoção da diversidade e o direito à diferença.

## Considerações Finais

Mesmo sem resultados empíricos, consideramos de suma relevância apresentar este estudo como um conjunto de hipóteses indicativas do que deve ser observado quanto à polarização política que tomou conta do Brasil pós 2013 e trouxe transformações à história recente do País. Como qualquer trabalho em ciência, é também sugestivo de que novos debates e reflexões possam surgir a partir dele.

As mudanças afetam não apenas as condições materiais da existência dos chamados grupos “identitários”, (aqui colocados entre aspas justamente para chamar a atenção para que esses grupos formam a expressiva maioria da população brasileira e que esse é, portanto, temas que devem ser debatidos por toda a sociedade e não apenas internamente entre os pertencentes aos grupos), mas também e principalmente as relações de sociabilidade que envolvem os sujeitos e seus territórios específicos, notadamente os periféricos, além das formas de fazer política e de compreender o mundo.

A inclusão financeira se revelou um processo altamente ambíguo. Se um lado, por um lado, mercado e governo estimulavam o consumo, por outro a sociedade se apresentou mais como uma sociedade escravocrata, subestimando, subvalorizando, discriminando e super explorando segmentos populacionais que expõem os marcadores sociais simbólicos da diferença. Apesar de certas mudanças, o Brasil manteve-se profundamente segregado, violento, racista, misógino, homofóbico e desigual.

A imprensa brasileira passou a discutir o racismo, a discriminação de classe, a homofobia e o feminicídio, como expressões claras do machismo, denunciando o apartheid à brasileira, que se caracteriza justamente por essa interseccionalidade.

A partir de 2013, os coletivos se multiplicaram no Brasil, e não apenas coletivos de direita, mas também coletivos de resistência, formados não exclusivamente, mas principalmente nas periferias, onde a ausência do Estado estimula práticas de sociabilidade solidárias, agregando atores historicamente oprimidos, como negros e mulheres. A lógica operacional predominante nesses espaços é marcada pela autonomia, descentralização e horizontalidade, questionando a hierarquia e centralização do Estado, em seu “status quo”.

Isso nos ajuda a pensar que, em tempos de crise política, a polarização, comumente associada a existência de campos homogêneos e antagônicos, que ao se identificarem com a extrema direita, produzem discurso do ódio e são avessos ao diálogo, não é apenas reducionista, mas esconde o fato que traz também em seu avesso, o fortalecimento de identidades e pautas estimulando a discussão sobre temas polêmicos históricos. O momento parece propício e traz outras implicações positivas, para que as discussões avancem e pode abrir caminhos férteis que revelem a necessidade de não abandonar essas pautas.

Assim, esperança e ódio não devem ser vistos como categorias excludentes, mas coabitam ganhando maior ou menor espaço conforme o contexto. Isso nos ajuda a compreender que este período revela não só a “virada conservadora”, mas também oferece espaço para o diálogo e construção de discursos alternativos, capazes de produzir orgulho e autoestima a uma população historicamente marginalizada, que reivindica reconhecimento em um novo modelo de nação, que aposte em uma sociedade democrática.

Esperamos, com esse trabalho, contribuir para a compreensão de que a pluralidade significa a agregação de lutas e de interesses, respeitando-se as diferenças, mas somando-se as potencialidades e se fortalecendo para continuar, juntos, lutando pela democracia e pela vida em todas as suas formas de expressão.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ADORNO, T. W. Estudos sobre a personalidade autoritária. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- AZEVEDO, Aroldo (Org.) A Cidade de São Paulo, estudos de geografia urbana. Vols. I a IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- BIN, Marco Antonio. O espaço segregado e as culturas das margens em São Paulo. In: VERAS, Maura P. B. (Org.) Desigualdades Urbanas, Segregação, Alteridade e Tensões em Cidades Brasileiras. 1ª ed. Jundiaí (SP) : Paco, 2018
- BOITO JR. Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS et al (org.). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016
- BONDUKI, Nabil Georges. Origens Da Habitação Social No Brasil: A Produção Rentista De Habitação E O Autoritarismo Da Ordem Sanitária. Editora Estação Liberdade, 3ª Edição. São Paulo, 2002
- BORGES, Rosane. Política, imaginário e representação: uma nova agenda para o século XXI?. Acesso em: 25/11/2021/ Disponível em:<https://blogdaboitempo.com.br/2016/02/16/politica-imaginario-e-representacao-uma-nova-agenda-para-o-seculo-xxi/>
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BURKE, E. Reflexões sobre a revolução na França. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014
- CALDEIRA, Teresa. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. À beira do abismo, Uma sociologia política do bolsonarismo – 1 ed. – Rio de Janeiro, Amazon, 2020
- COLLINS, Patrícia Hill. Interseccionalidade, 1ª ed. - São Paulo, Boitempo, 2021
- D' ANDREA, Tiarajú. A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia. São Paulo, 2013.
- DEPIERI, Marcelo A. de Lima. Programa Minha Casa Minha Vida como Política Pública: O papel do Estado no âmbito das desigualdades urbanas. In: VERAS, Maura P. B. (Org.) Desigualdades Urbanas, Segregação, Alteridade e Tensões em Cidades Brasileiras. 1ª ed. Jundiaí (SP) : Paco, 2018

DIAS, Adriana A.M. Os Anacronautas do Teutonismo Virtual: uma etnografia do neonazismo na internet, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

DIAS, L. A e SEGURADO, R. O Golpe de 2016: Razões, Atores e Consequências, S.Paulo, 2018

FRUGOLI, Jr, H. Ativismos Urbanos em São Paulo. *Caderno CRH*, 31(82), 75–86, 2018.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a

HALL, Stuart. Quem precisa de a identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995

\_\_\_\_\_. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HARVEY, D. Cidades rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

JUDENSNAIDER, Elena, et al. Vinte Centavos: A luta contra o aumento. Editora Veneta, São Paulo, 2013

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. São Paulo, Paz e Terra, 1983

\_\_\_\_\_. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: *Documentos*, 1969.

LEMOS, Amarildo Mendes. Menos Marx, mais Mises: o pensamento liberalconservador no Brasil do Século XXI. Vitória, Revista *Ágora* n. 29, 2019. p. 123-143

MARTINS, José de S. Depoimento. *Espaço & Debates*. São Paulo, ano XVII, n. 42, p.75-84, 2001.

\_\_\_\_\_. *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997

MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. *Revista Serrote* N. 31. São Paulo: Revista Serrote, 2019.

\_\_\_\_\_. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo – Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MIGUEL, L.F e BIROLI, F. Feminismo e Política: Uma introdução, 1ª edição, São Paulo, Botempo, 2014

PAGER, Devah. Medir a discriminação. Tempo Social, São Paulo, v.18, n. 2, p.65-88, novembro, 2006

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento. Política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996

RIOS, Flavia Mateus. Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROCHA, Camila. Petismo e lulismo na periferia de São Paulo: uma abordagem qualitativa. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 24, nº 1, jan.-abr., 2018, pag 29-52

\_\_\_\_\_. Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil (1006-2018), 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROLNIK, R.. Territórios em conflito: São Paulo - espaço, história e política. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

RUBIM, Linda e ARGOLO Fernanda (Organizadoras) –O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador, Edufba 2018.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia M. Sobre o autoritarismo Brasileiro. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

SINGER, André. Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. Classes e ideologias cruzadas, Revista Novos Estudos, USP, São Paulo, 2013

\_\_\_\_\_. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo Psicologia USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 7-14, apr. 2015.

\_\_\_\_\_. Cutucando onças com varas curtas. Revista Novos Estudos, USP, São Paulo. 2015.

\_\_\_\_\_. A encruzilhada de junho. In: *O Lulismo em crise. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018, pp.99-127.

SOUZA, Amaury de & LAMOUNIER, Bolívar. A classe média brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, apud SINGER, André Vitor. Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

SOUZA, Jesse. A Cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais, *Revista Interesse Nacional* Ano 7 - número 27 outubro-dezembro 2014: p. 35-57

\_\_\_\_\_. (org). A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. A Radiografia Do Golpe: Entenda Como E Por Que Você Foi Enganado, Editora Leya, 2016.

\_\_\_\_\_. A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro. Leya, 2017.  
SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1a. ed.. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VERAS, Maura P. B. Desigualdades Urbanas: Algum marco conceitual. In: VERAS, Maura P. B. (Org.) *Desigualdades Urbanas, Segregação, Alteridade e Tensões em Cidades Brasileiras*. 1ª ed. Jundiaí (SP): Paco, 2018

VERAS, M. P. B. - Cidade, vulnerabilidade e território. *Revista Ponto e Vírgula*, nº 7, 2010.

VERAS, M.P.B. - A Vida Social e sua Concha: notas sobre Henri Lefebvre e a cidade. *Revista Ponto e Vírgula*, nº 7, 2010.

VÉRAS, M.P.B. (Coord.) *Hexápolis - Desigualdade e rupturas sociais em Metrôpoles Contemporâneas, comparações São Paulo e Paris*. São Paulo. Educ, 2004.

VÉRAS, Maura P. B. - Cidades, vulnerabilidade e Território. *Revista Ponto e Virgula* n. 7, São Paulo, 2010.

VERAS, M.P.B. - Tempo e espaço na metrópole- breves reflexões sobre assincronias urbanas. *São Paulo Perspectiva* vol.15 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001.

VENTURI, G. “PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária”. *Perseu*, vol. 5, nº 200, p. 196-214, 2010.

VILLAÇA, Flavio - *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.

WACQUANT, L. Os Condenados da Cidade: Estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2001.

WIEVIORKA, Michel. Em que mundo viveremos? São Paulo: Perspectiva, 2006.

OESP – Opinião – Puro vandalismo, 08 junho 2013, Acesso em: 25/01/2017 Disponível em: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,puro-vandalismo-imp-,1040106>